



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

**EUROCENTRISMO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA ARGUMENTAÇÃO**

São Carlos
2024



Bárbara de Souza Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

EUROCENTRISMO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM
ESTUDO ENUNCIATIVO DA ARGUMENTAÇÃO

BÁRBARA DE SOUZA FREITAS

Bolsista: CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soeli Maria Schreiber da Silva

São Carlos – São Paulo – Brasil

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Bárbara de Souza Freitas, realizada em 21/06/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP)

Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde (UFSCar)

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

AGRADECIMENTOS

A minha matrícula do Doutorado foi um período muito feliz na minha jornada acadêmica e na minha vida. Ela aconteceu no início de 2020, concomitantemente à minha defesa no Mestrado. Foi um momento regado a muitas expectativas e animação, e eu nunca imaginaria que esse período seria marcado por algo que mudaria a minha vida e das pessoas do mundo inteiro: a Covid-19. No mês que se iniciariam as disciplinas do Doutorado, as escolas, estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes e elas, as universidades, fecharam. O Brasil parou. Começaram, então, os planos de como dar continuidade aos cursos e, desse modo, veio o ensino remoto. Por dois anos, estive na universidade sem estar fisicamente nela, sem ver os professores e colegas presencialmente, sem me reunir fisicamente nos eventos e com o meu grupo de pesquisa. Foi um momento extremamente difícil para todos, assim como para mim.

Os dois últimos anos do meu Doutorado foram mais leves, regados à vacina que passou a salvar vidas e um retorno aos encontros presenciais, aos abraços. Mas, como todo Doutorado, as dificuldades sempre permanecem e a conclusão desse ciclo só foi possível pelo empenho de muita gente que direta ou indiretamente me estendeu a mão e contribuiu para que essa jornada se concluísse. A muitos deixo o meu agradecimento, alguns deles, primordiais nesse processo, nomearei aqui.

Agradeço muito aos meus pais, Rita e Miguel, que sempre se esforçaram para garantir a mim uma Educação de qualidade, incentivo ao desenvolvimento da minha vida profissional e me deram um grande apoio, acolhimento e muito amor. Sem eles, toda essa trajetória não seria possível.

Ao meu marido, companheiro e grande amigo, Filipe, por ser um apoio intelectual e emocional, me oferecendo sempre boas conversas, risadas, reflexões filosóficas e o seu colo, que por tantas vezes precisei.

À minha orientadora, Soila, não só por ter me proporcionado amparo teórico e no desenvolvimento da pesquisa, mas por ter sido compreensiva e solícita em momentos meus de dificuldades pessoais. Além de ter contribuído para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos meus irmãos, Aline e Miguel, pelo carinho e incentivo sempre.

Aos meus sobrinhos, Alice, André, Beatriz, Lucas e Millena, por me arrancarem sorrisos em momentos de cansaço e desânimo.

A Margareth, sempre cuidadosa e carinhosa comigo, estando ao lado da minha família por tantos anos.

À CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa, me possibilitando a dedicação exclusiva ao Doutorado durante esses quatro anos.

Aos professores e coordenadores do PPGL que não só se empenharam bastante durante e depois da pandemia para o funcionamento do ensino e das atividades remotas e ao atendimento aos alunos, mas também me ajudaram a desenvolver novas habilidades, em especial, o professor Cleber e a professora Luzmara, com os quais estive, dentre algumas situações, durante a construção do novo Regimento Interno do Programa.

Às professoras Sheila de Oliveira e Marília Blundi, que participaram da minha banca de exame de qualificação, contribuindo bastante para o aprimoramento da minha pesquisa.

Ao meu grupo de pesquisa, UEHPOSOL, pelas discussões sempre frutíferas e pelas contribuições ao meu trabalho, em especial, agradeço às professoras Carolina, Luciana, novamente a Soila, ao colega Gabriel e às colegas Ana Laura e Nayara, que foram ótimas parceiras de trabalho, conversas e incentivos.

Novamente, agradeço ao professor Cleber, às professoras Sheila e Carolina, e também ao professor Luiz Francisco por aceitarem o convite para a minha banca de defesa e pela leitura do meu trabalho.

Ao meu psicólogo, Anderson, que vem me auxiliando no processo de aprimoramento das habilidades sociais e numa melhor administração das dificuldades na minha vida, inclusive na jornada acadêmica.

Aos meus familiares e amigos por terem me proporcionado momentos de descontração e leveza durante essa caminhada.

A esses que contribuíram diretamente para a conclusão desta etapa e também aos não citados aqui, mas que me ajudaram de alguma maneira, registro aqui a minha gratidão a vocês.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 177).....	49
2 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 178).....	50
3 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 182).....	51
4 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 182).....	51
5 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 183).....	51
6 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 184).....	52
Figura 7 Esquema da relação entre línguas. Fonte: Guimarães (2018, p. 28).....	56
Figura 8 Esquema de representação da fórmula X mas Y. Fonte: Guimarães (1987, p. 111).....	64
Figura 9 Esquema 2 de enunciadores. Fonte: Guimarães (1987, p. 156).....	65
Figura 10 Esquema de enunciadores. Fonte: Guimarães (1987, p. 156).....	65
Figura 11 Esquema da configuração dos lugares enunciativos. Fonte: Guimarães (2018, p. 118).....	81
Figura 12 Exemplo de escala de gradualidade da argumentatividade. Fonte: Guimarães (2018, p. 121)	83
Figura 13 Esquema de gradualidade da argumentatividade	88
Figura 14 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R3].....	91
Figura 15 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R4].....	93
Figura 16 Esquema de gradualidade da argumentatividade	94
Figura 17 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R5].....	96
Figura 18 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R6].....	98
Figura 19 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R7].....	102
Figura 20 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R7].....	103
Figura 21 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R8].....	107
Figura 22 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R9].....	111
Figura 23 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10].....	115
Figura 24 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10].....	116
Figura 25 Esquema 3 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10].....	117
Figura 26 Esquema de gradualidade da argumentatividade	122
Figura 27 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R11].....	123
Figura 28 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R11].....	124

Figura 29 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R12].....	127
Figura 30 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R14].....	130
Figura 31 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R15].....	133
Figura 32 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R16].....	134
Figura 33 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R17].....	137

Resumo: A colonização da América é um marco na história no que se refere às relações de poder que foram estabelecidas entre diferentes povos. Com a colonização europeia dessa região, estabelece-se uma dualidade que diferencia europeu de não-europeu, branco de não-branco, colonizador de colonizado, civilizado de selvagem. Essas dualidades surgem pela ideia de raça que passa a infiltrar as relações entre diferentes povos nas colônias e que coloca o europeu em evidência, como superior. Assim, surge o conceito de eurocentrismo, que é o colocar o europeu como centro de desenvolvimento, progresso e referência política, econômica e social. Pensando nos impactos disso nas relações sociais e mais especificamente na escola, na construção do conhecimento desde a vida escolar, estudamos essa temática em materiais de ensino. Nosso objetivo geral é investigar como livros didáticos de História apresentam posições eurocêntricas por meio de uma análise semântico-enunciativa da argumentação nesses materiais. Para isso, embasamo-nos aqui na Semântica Histórica da Enunciação/Semântica do Acontecimento, fazendo um estudo da argumentação como relação de sentido que se constrói na enunciação. Para nós, a argumentação é uma sustentação de posições. Nas nossas análises, utilizamos conceitos dessa teoria, como agenciamento enunciativo, relações de articulação e reescrituração, argumentação e argumentatividade. A partir desses conceitos, delineamos os nossos procedimentos de análise, que são, principalmente: seleção dos dados por meio da sondagem; identificação das relações de articulação e reescrituração; identificação do tipo de argumentatividade presente nos enunciados; descrição do funcionamento da argumentação e da configuração das figuras enunciativas, aliada à elaboração de esquemas que resumem essa configuração. Nosso *corpus* constituiu-se de recortes das obras *História 1: Ensino Médio* (Vainfas, 2016), *Araribá Plus: História* (Apolinário, 2018) e *História Sociedade e Cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018), sendo todas elas do Programa do Livro e do Material Didático – PNLD. Com as análises, identificamos que as posições eurocêntricas que aparecem nos livros didáticos apresentam dois tipos de regularidades: de temática e de classes de palavras. Em relação à temática, as temáticas mais frequentes nos recortes foram a conquista europeia na América e a escravização. Em relação às classes de palavras, identificamos que conjunções e adjetivos (muitas vezes antepostos aos substantivos) eram usados frequentemente para sustentação das posições eurocêntricas projetadas pelo lugar social de historiador constituído nas enunciações. Assim, definimos essas classes de palavras como estratégias argumentativas de sustentar posições em favor do europeu nos livros didáticos.

Palavras-chave: eurocentrismo; livro didático; Semântica do Acontecimento; argumentação.

Abstract: Colonization of America is a landmark in history when we think about power relationships established among different folks. This process of colonization creates dualities that differs European and non-European, white people and non-white people, colonizer and colonized, civilized and savage. These dualities arise from race concept, which infiltrates this relationship among folks in the colonies and puts European people in evidence, as they are superior to the others. From this process, the eurocentrism concept arises, which means to put the European as center of development, progress, reference in politics, economy and social issues. Thinking about the impacts of this in social relationships and, more specifically, in Education and knowledge built in schools, we study this topic in teaching materials. This work aims to investigate how history textbooks present Eurocentric positions by making an enunciative semantic analysis of argumentation on these teaching materials. We base our work on the Historic Semantics of the Enunciation/Semantics of the Event and we study argumentation as a meaning relation built on enunciation. For us, argumentation is support of positions. Our analysis used concepts from this theory such as enunciative agency, articulation and rewriting, argumentation and argumentativity. Based on these concepts, we outline our analysis procedures, which are, mainly: selection of data by sondage, identification of articulation and rewriting relations; identification of the types of argumentativity that the utterances presented; description of the argumentation and set of the enunciative figures. We made our research *corpus* with excerpts from the textbooks *História 1: Ensino Médio* (Vainfas, 2016), *Araribá Plus: História* (Apolinário, 2018) e *História Sociedade e Cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018). All these books are from National Didactic Book and Material Program. As the results, we identify that Eurocentric positions from the textbooks presented two kinds of regularities: topic and word classes. Regarding topic, the more frequent topics we saw on our data was European conquer of America and slavery. Regarding word classes, we identify that the textbooks usually used conjunctions and adjectives (mainly presented before nouns) to support Eurocentric positions designed by the social place of historian in enunciations. That made us define these word classes as argumentative strategies of supporting positions that favor European in these teaching materials.

Key words: eurocentrism; textbook; Semantics of the Event; argumentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1: Eurocentrismo e decolonialidade	27
Capítulo 2: Filiações da Semântica Histórica da Enunciação	34
Émile Benveniste: uma introdução ao estudo da Enunciação	34
Oswald Ducrot: A polifonia e a Teoria da Argumentação na Língua	39
Capítulo 3: Semântica Histórica da Enunciação: fundamentos teóricos	46
Uma introdução à argumentação pela Semântica do Acontecimento.....	60
Capítulo 4: Metodologia	67
Constituição dos sujeitos: o agenciamento enunciativo.....	68
Procedimentos de Seleção e Análise de Dados.....	72
Argumentação e argumentatividade	78
Capítulo 5: Análises – desvendando uma História eurocentrada	84
Discussão dos Dados	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

Alguns autores (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016; Bernardino-Costa, 2018; Botoluci, 2009; Chatterjee, 2004; Quijano, 2005) afirmam que a colonização da América é um divisor de águas no que se refere à organização econômica e ao pensamento/conhecimento global. Para eles, com os processos de conquista da América, passou a existir uma nova ordem mundial que separava povos que faziam parte das colônias, fazendo com que eles fossem identificados como pertencentes a grandes grupos, o que apagava suas identidades. Em outras palavras, diferentes povos indígenas eram denominados todos pela palavra *índios*, povos distintos advindos da África eram todos representados por *africanos*, e assim, as peculiaridades de cada população iam se perdendo e separando as pessoas por dicotomias generalizadoras que distinguiam apenas quem colonizava dos que eram colonizados (Quijano, 2005). Surgiam, então, oposições como conquistadores/conquistados, colonizadores/colonizados, civilizados/selvagens. Nessas relações, o homem branco europeu é sempre representado como o primeiro dos pares e os outros grupos (e aqui incluem-se povos indígenas, africanos, asiáticos etc.) como o segundo dos pares. Essa distinção pautou-se, durante os processos de conquista, na ideia de raça, que presume nessas dicotomias uma relação de superioridade de um povo sobre os outros (Quijano, 2005). Nesse caso, o europeu como considerado superior ao restante, tido como inferior e que foi subjugado nos processos de colonização. A ideia de raça, segundo Aníbal Quijano (2005), foi a justificativa utilizada pelos europeus para exploração e escravização de povos não-brancos durante as conquistas e os períodos coloniais.

Essas dualidades que marcaram o período colonial e que tornaram o mundo num sistema de divisão em que alguns povos passam a ser tomados como inferiores a outros, homens como superiores a mulheres, pessoas que seguiam a tradição cristã da igreja católica como superiores aos que professavam outro tipo de crença (as relações de gênero e religião também entram nessas formas de representação do poder na sociedade) inserem-se no que Aníbal Quijano (2005) definiu como colonialidade do poder, que é um novo padrão de reger o mundo que toma como base as diferenças entre povos nas colônias da América, colocando em evidência o grupo que dominava as relações políticas, de trabalho e de mercado (nesse caso, o europeu era quem tinha o controle dessas relações). Conforme o autor considerou para tratar do conceito, essas dualidades não se restringiram

ao período colonial, se mantendo inclusive após os movimentos de independência na América. A partir do momento em que os europeus se intitulam como povo superior, a sua produção de conhecimento passa a ser tomada também como mais válida e legítima em detrimento do conhecimento advindo das tradições africanas, indígenas da América, asiáticas, muçulmanas etc. (Bernardino-Costa, 2018). Não é por acaso que muitas das nomenclaturas atribuídas a temáticas da disciplina de História tomam como norte a Europa; por exemplo, “antiguidade clássica”, expressão anteriormente usada para designar criações advindas da Europa, enquanto o termo “antiguidade” se referia às criações do restante do mundo (África, América, Ásia...); as nomenclaturas “Velho Mundo” e “Novo Mundo”, que designam os períodos, respectivamente, antes e depois da colonização europeia na América. E essa forma de pensar o mundo a partir de dualidades ou a partir de uma perspectiva que sobrepõe o europeu, ou seja, o perceber o mundo sob a ótica do colonizador, ou mais especificamente, sob a ótica do europeu é descrita por Quijano (2005) como eurocentrismo.

O nosso interesse por esse conceito, norteador da temática desta pesquisa, surge a partir do estudo que desenvolvemos na dissertação de mestrado intitulada “Significando o *conquistador* e o *indígena*: uma análise enunciativa de livro didático” (2020). Esse trabalho foi motivado pela necessidade de debruçar um olhar mais cuidadoso para a figura do indígena em livros didáticos, considerando a fragilidade da temática indígena nos manuais, apontada não somente por pesquisas sobre livros didáticos, mas pelos próprios documentos oficiais de orientação para livros didáticos no Brasil (Brasil, 2016).

Nessa pesquisa, analisamos as palavras *conquistador* e *indígena*. Identificamos, em relação ao primeiro substantivo que sua designação de alguém que conquista um território e subjuga um povo se construía sob o memorável da “legitimação da dominação portuguesa” (Freitas, 2020), o que colocava o conquistador numa situação de superioridade em relação aos povos que colonizou, nas enunciações do livro didático analisado. Em relação ao segundo substantivo, notamos que houve no manual analisado um apagamento da figura indígena e essa palavra era significada de dois modos. Primeiramente, o termo *indígena* designava nativo, primeiro habitante. No entanto, houve, nas enunciações analisadas, passagens nas quais o lugar social de historiador mobilizado pela enunciação do livro de História apresentou o dizer do colonizador europeu e, desse modo, a designação de *indígena* passou a ser selvagem, aquele que precisava ser civilizado (Freitas, 2020). Identificamos esses resultados na pesquisa como

a presença de um discurso que privilegiava a Europa/o europeu no livro didático analisado.

Tendo isso em vista, estabelecemos para esta pesquisa a proposta de investigar as maneiras como o livro didático articulava seus enunciados e mobilizava suas figuras enunciativas para constituir esse tipo de discurso. Considerando aqui o discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2015, p. 20), dadas as relações entre linguagem e sujeitos. Buscamos, então, analisar os modos como, nas narrativas de acontecimentos históricos, o livro didático poderia significar ideias em favor do europeu/da Europa. Assim, estabelecemos como objetivo principal nesta pesquisa atual a investigação de como livros didáticos de História apresentam posições eurocêntricas por meio de uma análise semântico-enunciativa da argumentação nesses materiais.

Para que se esclareça o que entendemos aqui como ideias em favor do europeu, ou seja, posições eurocêntricas, esclarecemos primeiramente que a noção de *posição* que adotamos aqui é a mesma adotada por Eduardo Guimarães (2018), ao definir o conceito de argumentação. Para o autor, “[...] o sentido da argumentação não é a busca da persuasão ou do convencimento, é o da sustentação de uma posição relativamente ao que se diz” (Guimarães, 2018, p. 127). Assim, para nós, posição é “[...] a ideia sustentada pelo lugar social do locutor na enunciação” (Freitas; Schreiber da Silva, 2023, p. 116), um ponto de vista que prevalece numa dada enunciação. Nossa perspectiva de entender *posição*, não é, portanto, a adotada na Análise de Discurso. Diferentemente do modo como abordamos aqui, para a Análise de Discurso, a posição é “[...] um ‘lugar’ que o sujeito discursivo ocupa para ser sujeito do que diz” (Orlandi, 2015, p. 47, grifo nosso). Assim, para essa teoria,

Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam” (Orlandi, 2015, p. 47)

Nota-se com a citação que as concepções de *posição* da Semântica Histórica da Enunciação/Semântica do Acontecimento e da Análise de Discurso se diferem. Sendo, portanto, respectivamente, a noção desenvolvida na primeira teoria relativa à ideia sob a qual o lugar social da enunciação sustenta a sua argumentação; e a noção desenvolvida

pela segunda, o lugar do qual o sujeito enuncia, situando a partir de que posição social ele enuncia.

Desse modo, posição eurocêntrica se define neste trabalho como a significação de aspectos relacionados ao europeu/Europa, isto é, pontos de vista em relação à Europa/europeu com um olhar sempre positivo. Por exemplo, não há como se falar positivamente do europeu ao enunciar sobre a escravização de povos africanos e povos indígenas, então, a posição eurocêntrica seria, nesse caso, modos específicos de enunciar sobre isso, amenizando as atrocidades dos europeus e tirando deles a responsabilidade pelo início da exploração do trabalho escravizado no Brasil. Outro exemplo também é a supervalorização de aspectos positivos do europeu e da Europa, como fazer uso de uma descrição exagerada para apresentar acontecimentos históricos nos quais o europeu conquistou algo ou obteve vantagem. Veremos que esse tipo de posição se constrói sob discursos específicos nas enunciações de livros didáticos e veremos, com as análises, que discursos são esses.

Tendo esclarecido isso, procuraremos, nas nossas análises, além de identificar as posições eurocêntricas:

- apontar as maneiras pelas quais o livro didático constrói essas posições, ou seja, quais estratégias linguísticas são adotadas para a construção desse tipo de ideia e sob quais discursos elas se constituem;
- identificar que figuras enunciativas sustentam essas posições e por quais modos de dizer elas o fazem;
- refletir sobre os possíveis impactos da apresentação das narrativas de acontecimentos históricos sob uma perspectiva eurocêntrica em materiais escolares e a respeito da necessidade de discutir acerca da descolonização do saber.

Para nossa investigação, montamos um *corpus* composto de enunciados recortados de livros didáticos que fazem parte do Programa do Livro e do Material Didático – PNLD. Esses manuais são:

- 1) *História 1: Ensino Médio* (Vainfas, 2016), uma obra direcionada para primeiro ano do Ensino Médio que foi selecionada para ser utilizada nas escolas durante os anos de 2018, 2019 e 2020;
- 2) *Araribá Plus: História* (Apolinário, 2018), manual direcionado para o 7º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, direcionado ao uso no período de 2019 a 2023; e

3) *História, Sociedade e Cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018), também voltado para o Ensino Fundamental – Anos Finais, mas utilizado em turmas de 6º ano durante os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Sobre a segunda obra, *Araribá Plus: História*, é importante destacar que ela é uma reformulação da coleção *Projeto Araribá* (que analisamos na dissertação de mestrado *Significando o conquistador e o indígena: uma análise enunciativa de livro didático*), da Editora Moderna, já alinhada com as orientações propostas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2018, p. 7).

Assim, a BNCC é o documento oficial que orienta sobre as diretrizes de ensino, currículo e avaliação da Educação Básica, seguindo além das teorias da aprendizagem de cada área, preceitos éticos e políticos que atuam no desenvolvimento da cidadania e dos alunos como indivíduos no mundo. Ela descreve detalhadamente as competências e as formas como elas devem ser trabalhadas por cada área do conhecimento. A BNCC foi aprovada e publicada em 2017, entrando em vigor como documento oficial de fato em 2018, quando foi homologada pelo então ministro da Educação Rossieli Soares¹.

A importância e relevância desse documento pauta-se na responsabilidade que carregam os materiais trabalhados nas escolas, como a responsabilidade que a própria escola carrega já que “Enquanto instituição, a escola trabalha na organização do conhecimento na sociedade” (Pfeiffer, 2011, p. 235). Assim, a escola possui grande influência nos modos de entender, interpretar e significar os conhecimentos e, então, a História, mobilizando perspectivas diversas de enxergar o mundo e, portanto, discursos que circulam na sociedade.

¹ Fonte: site da Base Nacional Comum Curricular, disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>

Sobre as competências trabalhadas por esse documento e que devem ser aplicadas na escola, é importante ressaltar a importância delas em particular para esta pesquisa que estamos desenvolvendo, no sentido de entender a consonância entre os livros didáticos, em especial de História, e os documentos que regem a Educação Básica brasileira. Destacamos aqui, então, a primeira competência descrita logo no início do documento que diz respeito aos conhecimentos históricos e afirma o seguinte:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 9).

Essa competência, em especial, muito nos interessa, já que o foco do nosso trabalho envolve analisar materiais da disciplina de História e como suas narrativas são constituídas. A competência sinaliza a forma como as nossas análises podem alertar para reflexões que precisam ser levantadas e, talvez, revistas pelos livros didáticos utilizados nas escolas. Pensando no assunto de que trataremos aqui, eurocentrismo no livro didático, ele se relaciona com essa competência citada pelo documento oficial, já que influencia na concepção que os alunos podem desenvolver sobre sua própria cultura, sua estrutura social e em como está estabelecida a questão da inclusão no seu contexto.

Sobre as influências exercidas pelo social, não só nos livros didáticos, mas também na Educação de um modo geral, não podemos deixar de citar a Computação, isto é, a digitalização proporcionada pelo avanço tecnológico. A BNCC discorre sobre as maneiras de inserção da computação na Educação Básica e isso é importante não somente porque a escola deve acompanhar o ritmo do mundo globalizado e que tem a internet como um dos principais veículos de informação atualmente, mas também pelo momento que vivenciamos no período de 2020 a 2022 – a pandemia da Covid-19, na qual o digital passou a ser ainda mais presente na vida das pessoas, incluindo alunos da Educação Básica.

Apesar das grandes vantagens que o mundo digital possui (como a possibilidade de acesso maior e mais rápido a informações, conexão entre pessoas que estão fisicamente em locais muito distantes, possibilidade de menores custos quanto à aquisição de serviços e contratação de mão-de-obra em modalidade *home office*), a (praticamente) exclusividade do digital durante a pandemia impôs desafios significativos à Educação. Não podemos deixar de citar aqui os desafios sofridos por esta pesquisa, por exemplo. Se

tratando de uma pesquisa sobre livro didático e que necessitava desse tipo de material para ser executada, destacamos aqui a nossa dificuldade na coleta de materiais de análise em meio à pandemia da Covid-19, que resultou no ensino remoto e, portanto, no acesso dificultoso às universidades e, principalmente, às escolas. Outro desafio bastante relacionado ao que prevê nas normas da BNCC é a responsabilidade de tratar de um tema necessário e delicado que impacta de tantas maneiras na sociedade e, então, no ambiente escolar: que é o impacto do eurocentrismo na construção do conhecimento. Por último e não menos significativo, é preciso citar que o objetivo em si desta pesquisa também foi um desafio, mas não diretamente relacionado às questões da Educação Básica. Diferentemente da pesquisa que realizamos no mestrado e de algumas realizadas nesta área (da Semântica do Acontecimento), não temos neste trabalho um termo ou temática específica a ser analisada; aqui investigaremos uma posição que é sustentada nas enunciações de livros didáticos e que advém de diferentes modos de significar os acontecimentos históricos nas obras, assim, analisaremos algo que pode aparecer em qualquer parte dos livros didáticos e não necessariamente nas narrativas de uma temática específica. Assim, isso requer uma apreciação mais criteriosa porque, em vez de analisar *o que* uma expressão significa na enunciação, analisaremos *como* a enunciação significa um determinado aspecto em vários conteúdos dos livros didáticos, as estratégias utilizadas para constituir determinado sentido nos livros tomados como um todo. Por esse último desafio que decidimos realizar uma análise argumentativa.

Embasaremos nossos estudos na Semântica Histórica da Enunciação/Semântica do Acontecimento, adotando, uma perspectiva histórica de compreensão do sentido na linguagem. Sobre essa perspectiva à qual nos filiamos aqui, faremos um esclarecimento que diz respeito à distinção necessária de ser mencionada entre as diferentes concepções de história que aparecerão neste trabalho. Como se poderá notar, o próximo capítulo explana um pouco sobre a decolonialidade, trazendo contribuições principalmente de sociólogos sobre a temática do eurocentrismo. A descrição sobre esses estudos traz uma ideia de história pautada na sucessão de fatos, cronologicamente, e nos impactos deles para a construção de concepções na sociedade. Também nessa linha, o suporte do qual retiramos nosso *corpus* de pesquisa, ou seja, os livros didáticos de História tendem também a apresentar uma noção de história nessa direção. Para melhor compreender como isso se dá, vejamos abaixo algumas considerações sobre os livros didáticos analisados e as concepções que eles trazem de história:

- a) O livro *História 1: Ensino Médio* (Vainfas et al., 2016) inicia a sua apresentação, perguntando “Para que serve a História?”. Essa pergunta leva a uma breve explanação sobre a disciplina e o estudo do passado, chegando à seguinte afirmação: “[...] estudar o passado é essencial para compreender o presente”. Essa afirmação é brevemente debatida, enfatizando sobre a importância de entender o passado para constituir um raciocínio crítico sobre o que acontece na atualidade. Enfim, o parágrafo que resume a concepção de História que o livro adota diz o seguinte:

A História pode ajudar, sim, a compreender melhor o presente, a avaliar criticamente a sociedade e o mundo no qual a cidade, a região e o país em que vivemos estão inseridos. Mas o valor da História, como conhecimento, não é somente esse. Ela também permite, sobretudo, conhecer o passado – outros tempos, outros modos de vida, outras sociedades. / Esta coleção procura levar o leitor a fazer uma grande viagem no tempo (Vainfas et al., 2016, p. 3)

- b) A obra *História, sociedade e cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018), no primeiro capítulo, “História e tempo”, traz um tópico intitulado “O que a História estuda?” que afirma o seguinte:

[...] a História estuda as mudanças e também as permanências. Procura perceber o modo como as pessoas viviam nos tempos antigos e como vivem hoje, bem como a relação entre aqueles tempos e os tempos atuais. Ou seja, a História estuda o tempo passado e também o presente. Por isso, pode-se dizer que a História é o estudo dos seres humanos no tempo (Boulos Júnior, 2018, p. 9)

- c) O manual *Araribá Plus: História* (Apolinário et al., 2018) afirma, em sua apresentação, que a História

[...] é uma viagem que fazemos ao passado orientados pela bússola do tempo presente. Como toda viagem, ela é capaz de nos proporcionar prazer e emoção, mas também dor, estranhamento, perplexidade diante das tragédias e crimes humanos. Mas o saldo é quase sempre positivo, pois temos a oportunidade de aprender com outros povos, tempos e culturas e descobrir que não existe fatalidade na história, que algo que aconteceu poderia não ter acontecido, que outros caminhos poderiam ter sido trilhados. Somos nós que fazemos a história, ainda que limitados, em certa medida, pelas condições sociais em que vivemos (Apolinário, 2018, p. 3)

Podemos ver com essas definições dos livros que, apesar de eles apresentarem uma concepção de História como uma disciplina que fala não só do passado, mas também do presente e que ela não é, necessariamente, um estudo de fatos do passado, todas as obras ainda afirmam ser a História um estudo de povos, culturas ao longo do tempo. O tempo é decisivo nas descrições sobre o que é História para atestar a veracidade do que os manuais afirmam sobre diferentes povos, culturas, sociedades. E embora se afirme na apresentação da obra *Araribá Plus*, por exemplo, que “nós que fazemos a história”, um forte indicativo de que os manuais propõem o tempo como legitimador daquilo que se narra nos livros é a ideia proposta por duas das obras de que os livros proporcionam uma “viagem no tempo”, um retorno ao passado. Assim, o que podemos constatar é que a história de que tratam os livros didáticos diz respeito ao que aconteceu e vem acontecendo ao longo do tempo, sem que isso seja, necessariamente, relacionado àquele que conta a história e os modos pelos quais ela é representada.

Considerando o tempo que já se passou e a brevidade dos livros em suas narrativas, podemos dizer que, embora os manuais se refiram a “viagem ao passado” e descoberta de outros povos, modos de vida, culturas que já existiram ao longo do tempo, podemos afirmar que o acesso ao tempo é ainda restrito, selecionado e configurado para caber nesses manuais. Sobre isso, Paul Veyne (1998, p. 18) afirma:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. Especular sobre a defasagem que sempre separa a experiência vivida da reflexão sobre a narrativa levaria, simplesmente, à constatação de que Waterloo não foi a mesma coisa para um soldado e um marechal, que é possível narrar essa batalha na primeira ou na terceira pessoa, referir-se a ela como uma batalha, como uma vitória inglesa ou uma derrota francesa, que se pode deixar entrever, desde o início, o seu epílogo ou simular descobri-lo; essas especulações podem dar ocasião a experiências estéticas divertidas; para o historiador, são a descoberta de um limite [...] Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos

O que Veyne sugere é que a história conta os acontecimentos que ocorreram ao longo do tempo e que eles são filtrados e narrados de maneira a resumir o tempo de acordo com uma perspectiva do historiador. O limite de que fala Veyne sobre a apreensão dos eventos de maneira incompleta e lateral refere-se justamente ao que propõe Apolinário (2018), quando afirma que a história é feita por nós de acordo com o nosso contexto social. Os documentos, citados por Veyne, são a legitimação do que se narra, conforme proposto pela ideia de viagem no tempo. O autor ainda completa o seu raciocínio sobre documentos e fontes, dizendo que o que se nomeia de documento é “[...] antes de tudo, um acontecimento, grande ou pequeno: documento pode ser definido como todo acontecimento que deixou, até nós, uma marca material” (Veyne, 1998, p. 54). Isso quer dizer que embora sejam tomados como verdade, o que narra o documento é sempre maior e rico em detalhes, sendo o documento, portanto, a materialidade de um acontecimento que é, desse modo, recortado e contado por alguém. Daí dizer que “[...] toda historiografia é subjetiva [...] o historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual” (Veyne, 1998, p. 44-45).

Embora o autor afirme ser a história contada e por alguém e subjetiva, no sentido de que quem narra um acontecimento, o faz à sua maneira, ele afirma que há nas palavras do historiador a verdade. Assim, Veyne (1998, p. 169), afirma que “O primeiro dever do historiador é estabelecer a verdade, e o segundo, explicar a trama”. Isso quer dizer que o historiador narra o passado por meio da seleção de acontecimentos registrados na disciplina História e explica como esses acontecimentos se deram.

Ainda defendendo o caráter de verdade da história, Veyne propõe que há um limite para o historiador e ao propor esse limite e uma maneira lateral de apresentar as narrativas históricas, Veyne (1998), de certa forma, aborda uma perspectiva de história que está de acordo com o proposto pela BNCC:

[...] o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala [...]” (Brasil, 2018, p. 397)

Conforme explicita o documento oficial, os acontecimentos históricos são narrados sob a compreensão daqueles que o estudam, não sendo transpostos fielmente nos manuais de História, mas à luz de quem os interpreta e narra. Isso não é, no entanto, pontuado de maneira explícita pelos manuais de História que analisaremos, nos quais o tempo é o cerne e os acontecimentos são abordados como “viagem no tempo”. Essa diferença sutil entre a BNCC e os livros didáticos nos modos de entender a História torna ainda mais importante a análise destas obras, no sentido de entender de que maneira determinadas concepções são encaradas como verdade e se propagam socialmente.

Para compreender essas nuances, é preciso também explicitar a concepção de história que adotamos para realizar as nossas análises de enunciações de livro didático. Não podemos negar que, assim como as concepções acima destacadas, a noção de história que aqui se desenvolve também relaciona presente e passado. A diferença consiste, no entanto, nos modos de entender passado e presente. Para nós, o tempo não se trata desse decorrer de anos, nos quais os acontecimentos vão se dando numa ordem de sucessão. A história para nós está ligada à significação dos eventos como acontecimentos de linguagem. O passado é para a Semântica Enunciativa com a qual operamos um já significado, que se atualiza ao interferir na significação do presente. Sobre o passado numa perspectiva enunciativa, Eduardo Guimarães (2002, p. 66) afirma que

[...] a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade. A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo

Desse modo, o passado ao qual nos referimos é enunciativo, é o modo como um já significado corrobora na compreensão do presente e dos seus sentidos. Um exemplo fornecido pelo autor Luiz Francisco Dias para explicitar de maneira mais clara os modos pelos quais o já significado, o passado, se atualiza no presente atribuindo-lhe também sentido é o surgimento da diferença entre TV analógica e TV digital. As televisões da década de 1970 não recebiam o nome de TV analógica, no entanto, atualmente, sabe-se que essas TVs eram as do tipo analógica. Essa nomeação surge a partir do momento em que a tecnologia possibilita um novo tipo de TV, a TV digital, e passa a ser necessária, então, a distinção. “Em suma, o ponto de vista *digital* cria o campo de enunciação

analógico. Na década de 1970, não tínhamos esse campo de enunciação” (Dias, 2018, p. 29).

Ainda sobre a influência do passado e da história na constituição dos sentidos, Dias (2018, p. 120) afirma que

Do ponto de vista de uma abordagem enunciativa, trata-se de saber que há um cenário de constituição de sentidos (domínio de mobilização) que precede e motiva um nome [...] Um nome resume uma história enunciativa da percepção das entidades expressa nos enunciados descritivos. Essa percepção das entidades e situações advém da constituição do seu sentido na história. A descrição dessa entidade já é efeito de um gesto de percepção de uma entidade ou situação, tendo passado por sua estabilização na história

Isso pode nos direcionar a pensar, considerando o propósito da nossa pesquisa, como as enunciações com posições eurocêntricas nos livros didáticos não significam somente ali e são sentidos novos relacionados aos acontecimentos históricos. Essa posição eurocêntrica assumida em relação à narrativa histórica tem um passado de significações, é uma posição já estabilizada que vem se perpetuando desde o período colonial, no qual o europeu passou a significar outros povos e outras nações como subalternas a ele. A colonialidade, nesse caso, é o cenário de constituição desses sentidos que hoje motivam uma narrativa histórica eurocentrada e excludente.

É importante destacar ainda sobre o conceito de domínio de mobilização² sinalizado na citação acima e que nos será útil para discutir sobre a posição eurocêntrica que analisaremos nos livros didáticos. Esse conceito “[...] advém da ideia de que as expressões simbólicas expressas individualmente são mobilizadas pelas diferentes visões sociais sobre o mundo e sobre o próprio homem” (Dias, 2018, p. 57). Sendo, como destacou Veyne (1998), o historiador alguém que seleciona e recorta o passado para que sejam construídas narrativas, essas seleções tendem a trazer com elas visões de mundo, que não deixam de ser condições sociais de construção da história, conforme também pontuado pela coleção *Araribá Plus* que analisaremos nesta pesquisa.

Retornando à questão da história e suas concepções, embora utilizemos livros didáticos de História e tracemos aqui um percurso de estudos tratados principalmente por teóricos da Sociologia, analisaremos acontecimentos da História como significados nas enunciações de livros didáticos, ou seja, enquanto acontecimentos de linguagem que

² Desenvolveremos melhor esse conceito no tópico de Metodologia, mais adiante.

significam pelas condições sociais às quais estão relacionados e pelos modos como constituem os seus sentidos e os seus sujeitos. A concepção de história que adotamos aqui, portanto, é a proposta pelos estudos da Semântica Histórica da Enunciação. Tomaremos a história e os sentidos como marcados pelos efeitos de sentido produzidos na linguagem, relacionados com a exterioridade da língua e suas condições de produção (Orlandi, 2015).

Sendo essa a nossa perspectiva teórica, as nossas análises estão voltadas para o estudo do texto, entendendo como seu papel,

[...] dentre outras coisas, produzir uma direção para o enunciável, orientar para o enunciável para uma unidade. A unidade textual é resultado de um projeto de orientação do que deve/pode ser enunciado segundo determinadas condições de produção (Dias, 2018, p. 39)

Assim, realizaremos análises focadas em como os acontecimentos históricos são enunciados e como a orientação dos seus sentidos nos mostram as condições sociais dessas enunciações e os modos como os sujeitos se constituem no dizer sobre a História. Para entender como essa análise se dá, pensemos em recortes sobre a colonização portuguesa na América. Eles serão analisados tomando a colonização enquanto acontecimento significado em textos de manual didático e considerada pelos discursos que a envolvem e pelos lugares sociais que ela constitui ao ser enunciada.

Considerando, portanto, esse modo de conceber o sentido, dizemos que para nós,

A significação adquire, assim, uma natureza relacional. Com efeito, na nossa perspectiva, significar é relacionar. Desse ponto de vista, a principal questão que se apresenta é: qual o motor dessa relação? O que mobiliza essa relação? Nos termos do nosso trabalho, há que se perguntar pelas razões enunciativas da articulação entre as formas linguísticas (Dias, 2018, p. 15)

Assim, quando tomamos o sentido pela sua natureza relacional, tomamos o sentido a partir das relações entre as palavras num enunciado, entre enunciados, entre textos e também a relação das palavras com as questões sociais e na constituição dos sujeitos que constituem o social e que interferem nos seus significados. Por isso analisamos como se constituem os sentidos frente à mobilização dos sujeitos, a fim de identificar o que move as relações entre as formas linguísticas.

Sobre as formas linguísticas, Luiz Francisco Dias afirma que elas podem ser entendidas como fato linguístico e este é definido da seguinte maneira:

[...] a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade formal, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado (domínio de mobilidade), de outro. Dessa maneira, dizemos que a forma linguística é afetada por uma relação tensa entre o plano da organicidade e o plano do enunciável (Dias, 2018, p. 38)

Em outras palavras, as formas linguísticas organizam-se em duas dimensões, uma ligada à estrutura linguística (o plano da organicidade) que faz com que as formas se relacionem de determinada maneira que as torne gramaticais e que, portanto, possam produzir sentido; e outra dimensão ligada à forma como a língua se relaciona ao que lhe é exterior e significa aspectos que extrapolam a estrutura, isto é, uma dimensão relacionada ao fator social da produção do sentido e que, portanto, constitui o âmbito enunciativo (plano do enunciável). É importante citar sobre essas dimensões da linguagem, já que os usos não são totalmente explicados pela via da estrutura ou das regularidades que regem a língua. Para exemplificar isso, podemos mencionar a situação descrita por Dias (2012) em seu artigo “O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa”, ao falar sobre o utilização de adjetivos em formações nominais. O autor traz um exemplo da nomeação de uma via pública em Campina Grande, na qual temos uma anteposição do adjetivo em relação ao substantivo. O nome da rua estudado pelo autor é “Coronel João Lourenço Porto”, no entanto, ela é comumente conhecida por *Antiga Rua da Floresta*. Em relação a esta formação nominal, o autor analisa que o adjetivo *antiga* que se relaciona à *Rua da Floresta* não indica algo que caracterize ou qualifique a rua. O uso desse adjetivo na formação nominal deve ser compreendido numa dimensão discursiva/enunciativa, já que o adjetivo *antiga* refere-se não ao fato de a rua ter muito tempo de existência, mas aos habitantes da cidade terem resistência em chamá-la pelo novo nome que a rua recebeu. O adjetivo, nesse caso, sinaliza aspectos estruturais no que se refere à ordem com que aparece em relação ao substantivo, no entanto, extrapola o caráter estrutural à medida que o adjetivo não é usado na caracterização/avaliação do substantivo, mas no caráter social de uso do nome da rua.

Desse modo, é preciso pensar as estruturas da língua a partir do seu caráter enunciativo e portanto, relacionado ao que é exterior à língua. Entendendo, portanto, o sentido de maneira simbólica – como constituído na e pela linguagem – e histórica, faremos um estudo enunciativo da argumentação como relação de sentido que se dá na

enunciação. Assim, para nós, “A argumentação é uma sustentação que um *eu* faz a um *tu* relativamente a *algo* sobre que fala” (Guimarães, 2018, p. 97). Considerando a argumentação dessa maneira, “[...] como uma sustentação numa alocação a propósito do que se diz retira da argumentação qualquer sentido normativo ou impositivo. [...] o argumento não é uma mentira, nem uma verdade” (Guimarães, 2018, p. 127). Desse modo, a argumentação aqui não deve ser entendida como uma persuasão para convencer alguém sobre algo.

Para entender a argumentação, mobilizaremos outros conceitos da Semântica do Acontecimento, alguns deles primordiais para a realização das análises argumentativas, são eles:

- a) agenciamento enunciativo/cena enunciativa – o conceito de agenciamento enunciativo é primordial para a análise argumentativa, já que ele se refere à configuração das figuras enunciativas na enunciação e como elas interagem na constituição do sentido;
- b) relações de articulação e reescrituração – são relações fundamentais que ocorrem no interior do enunciado e entre enunciados, que significam a forma como os sujeitos constituem suas posições na enunciação;
- c) argumentatividade – diretamente ligada à argumentação, a argumentatividade revela a maneira como os lugares de dizer significam posições por meio das articulações por incidência; dentre outros conceitos que apresentaremos nos capítulos.

Nosso trabalho será dividido em cinco capítulos. No primeiro, “Eurocentrismo e decolonialidade”, discutiremos brevemente sobre questões que embasam a temática desta pesquisa, eurocentrismo, apresentando considerações sobre colonização, modernidade e colonialidade do poder. No segundo capítulo, “Filiações da Semântica Histórica da Enunciação”, apresentaremos alguns conceitos de teorias com as quais a Semântica do Acontecimento possui relação, enfatizando em autores dos estudos enunciativos que tiveram maior influência no Brasil, Émile Benveniste e Oswald Ducrot (Dias, 2018). Iniciaremos com reflexões de Benveniste, ao esmiuçar questões relativas ao estudo do sentido com base no conceito de enunciação e, depois, traremos alguns pontos debatidos por Oswald Ducrot e que norteiam os estudos da Semântica Histórica da Enunciação. Já o terceiro capítulo, “Semântica Histórica da Enunciação: fundamentos teóricos”, versaremos sobre os princípios básicos da teoria que adotamos para desenvolver nossa pesquisa, apontando também a maneira como ela se filia aos autores da Semântica da

Enunciação. O penúltimo capítulo, “Metodologia”, continuaremos com apresentação de conceitos da Semântica Histórica da Enunciação, mostrando categorias semântico-enunciativas e procedimentos de seleção e análise de dados. Por fim, o último capítulo, “Análises: desvendando uma História eurocentrada”, traremos a análise das obras didáticas selecionadas e a interpretação e discussão dos dados obtidos.

Capítulo 1: Eurocentrismo e decolonialidade

A modernidade pode ser entendida por algumas perspectivas, uma delas é a histórica/temporal, que toma como referência mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na Europa entre os séculos XVI e XVIII (por exemplo, a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa) (Nascimento, 2009) e que marcaram esse período por terem sido positivas no que se refere aos novos modos de organização social e do conhecimento na Europa. Esse momento passou a ser considerado, assim, como o período da História em que se procurou o rompimento com a tradição para provocar mudanças na estrutura econômica e social, gerando progresso, sendo, portanto, representado filosoficamente como o momento em que se fortaleceram “[...] ideias de desenvolvimento, progresso, melhoramento, superação do que se tornaria típica presença dos seres humanos na ordem social” (Nascimento, 2009, p. 4).

Para alguns pesquisadores, junto à ideia de modernidade, nasce simultaneamente a noção de capital, no entanto, esses pesquisadores também afirmam que o pensamento moderno, isto é, a preocupação com o desenvolvimento e o progresso em vários âmbitos, tomando como parâmetro uma noção de modernidade de base europeia, nasce a partir dos processos de conquista da América, iniciados no século XVI (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016; Bernardino-Costa, 2018; Botoluci, 2009; Chatterjee, 2004; Quijano, 2005). A busca por poder e os meios dos quais se vale o imperialismo europeu para dominar uma série de territórios ao redor do mundo, principalmente na América, configuram o que se nomeia de pensamento moderno tempos depois quando se procura uma expansão no mercado da Europa. Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 107):

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um

lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Conforme o autor explica, a colonização da região que hoje se chama América não significou apenas uma tomada de território pela Europa, mas uma mudança que provocou o surgimento de um padrão que influenciou e influencia o mundo de um modo geral. Esse padrão de poder está ligado às influências que a Europa passou a exercer nas relações mundiais de mercado, de política, de sociedade e enfim, entre etnias. Ao conquistarem a América, os europeus passaram a encarar as relações de subjugação dos povos nativos e de povos trazidos depois com base na ideia de raça, isto é, os brancos europeus estariam numa posição de superioridade, seriam uma raça superior podendo, portanto, submeter outros povos, de outras raças consideradas inferiores, à exploração em prol do capital e submissão às suas tradições. É essa ideia de raça que passa a guiar, conforme o autor, as relações de trabalho e, assim, de capital e mercado. Quijano (2005) salienta, em seu artigo “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, que essa ideia de raça, ao estabelecer diferenças entre os povos, estabelecia também uma diferença na forma de distribuir e organizar o trabalho. Nessa distribuição desigual, o trabalho desempenhado por raças consideradas superiores seria assalariado e outros povos, considerados inferiores, trabalhariam em regime de escravização ou exploração até a morte. Mais especificamente, estabeleceu-se que o branco europeu deveria ser assalariado, enquanto povos indígenas e, mais tarde, povos africanos seriam escravizados.

O padrão de poder mundial que se instaura com a conquista da América foi analisado por Aníbal Quijano (2005) sob o conceito de colonialidade do poder. Esse conceito é que embasa a ideia de raça e o racismo que se consolidaram no período das conquistas na América e configuram um novo padrão de poder porque passam a reger as relações de poder (econômico e social) em escala mundial. É com base na ideia de raça, como já sinalizado, que povos indígenas passam a ser escravizados e povos africanos são trazidos para a América com essa finalidade. Como pontuado pelo autor acima, a colonialidade do poder estabelece no mundo dicotomias que dividem os povos entre conquistadores e conquistados, dominadores e dominados, civilizados e selvagens. Essas

dualidades mostram a maneira como a colonialidade do poder retira dos sujeitos e dos povos as suas peculiaridades. Estando o primeiro dos pares sempre numa situação de vantagem e reconhecimento mundial, resta ao segundo dos pares os danos do apagamento. Povos que antes eram marcados pelas suas línguas, suas culturas, suas identidades, por exemplo, astecas, maias e incas, passam, após a colonização, todos a serem nomeados por indígenas e diversos povos africanos, como zulus, congos, iorubas, achantes, vindos mais tarde para a América, resumem-se todos à nomeação de negros (Quijano, 2005).

O processo de colonização na América impõe um novo padrão de poder porque, ao longo do tempo, faz com que a Europa passe a influenciar não somente as relações de mercado que regulam o trânsito do capital, o fortalecimento do capitalismo ao redor do mundo, mas os aspectos que regem os povos de um modo geral. Dito de outro modo, a Europa passa a ter controle da “[...] subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 110). Esse novo modo de encarar o mundo, tendo como referência a Europa, que se inicia com as conquistas do século XVI é nomeado de eurocentrismo. Conforme Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17-18), a noção de eurocentrismo pode ser entendida como

[...] o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados

Essa diferença entre conquistador e conquistado é o que sustenta as disparidades e a hegemonia que rege a produção de conhecimento no mundo. Os teóricos consagrados e as teorias que embasam o pensamento filosófico e as humanidades de um modo geral são europeias e isso não se dá simplesmente pela qualidade das produções, mas pelo parâmetro de bom e ruim, avançado e “atrasado” – como nas palavras dos autores – que regulam o conhecimento e como se encaram as tradições dos povos. Sobre tradições, vale aqui fazermos um breve comentário sobre uma outra dualidade que se origina no processo de colonização, a diferença entre civilização e cultura. Sobre isso, Eni Orlandi (1990, p. 46) afirma:

[...] civilização se liga à idéia de processo e cultura à de produto (...) Essa divisão – civilização/cultura – transplantada para o colonizado se instala, no mínimo, em uma contradição. Nós, submetidos aos desígnios (dever ser) da civilização ocidental, somos seres culturais, sobretudo quando resistimos em nossas diferenças, mas para isso perdemos a possibilidade de termos uma história. Já que é pela parcela que nos cabe na civilização ocidental que somos contados em uma história (a da colonização).

As palavras de Orlandi associam-se à noção de modernidade que estamos discutindo aqui, a ideia de processo, que se associa a civilização, pode ser relacionada com a noção de desenvolvimento, de progresso, intrínseca à noção de modernidade. Nessa direção, sendo o progresso, a civilização tudo que tiver origem na Europa, o que é cultural passa a fazer parte do que se produziu pelo processo. A cultura passa a ser relacionada ao produto da civilização, aos que foram civilizados, aos colonizados. É nessa perspectiva que nossa história passa a ser contada sob a ótica do colonizador, seguindo o parâmetro do progresso tomado como produto da civilização colonialista, e nossa história passa a ser contada sob uma ótica eurocentrada. Nesse processo, surge o discurso da colonização, na qual o sujeito colonizado é representado sob a ótica do colonizador, restando ao colonizado o apagamento ou uma posição determinada pelas posições discursivas ocupadas pelo colonizador (Orlandi, 1990).

Sobre o eurocentrismo, Quijano (2005, p. 116) articula algumas considerações de suas características e a relação que elas possuem com a forma como se produz conhecimento no mundo:

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna européia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a idéia de raça; e c) a distorcida realocização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder.

O autor, assim, destaca como aquilo que se configura como eurocentrismo cria e, ao mesmo tempo, é o que sustenta o que se denomina de colonialidade do poder. As

características do eurocentrismo ou, dito de outra maneira, as características que nascem no contexto de colonização da América estabelecem no mundo o novo padrão de poder que se prolonga por toda a História e pela produção de conhecimento. São essas características que fortalecem e sustentam a colonialidade do poder no passar do tempo e que na linguagem, representam os acontecimentos históricos a partir de um discurso da colonialidade.

A ideia de modernidade está imbricada nesse processo de formação da colonialidade do poder e foi com base nos parâmetros que ela estabeleceu como sendo o que se considerava de qualidade e desenvolvido que ela acabou se consolidando como o período áureo da História, em que se iniciou uma onda de avanços tecnológicos e melhorias na ciência, na saúde e no mercado mundial. O discurso da modernidade, do avanço guiou outros processos de colonização mesmo fora da América, em países do oriente. Especificamente, citamos aqui a colonização inglesa na Índia. Neste país o discurso da modernidade foi utilizado como argumento contra a independência. Segundo Pharta Chatterjee (2004, p. 63),

[...] houve um tempo em que a modernidade era colocada como o mais forte argumento em favor da continuada sujeição colonial da Índia: o governo estrangeiro era necessário, nos diziam, porque os indianos deviam antes se tornar esclarecidos.

O discurso da modernidade serviu para a manutenção da relação colonial não somente porque ele próprio se sustenta em meio a uma ordem mundial capitalista, mas porque, segundo o autor, a colonização na Índia, particularmente, passou por dois momentos e, portanto, dois tipos de colonizadores: os que procuravam difundir a religião cristã e guiados pelo “fanatismo religioso” (Chatterjee, 2004, p. 23) invadiam os territórios com violência; e os que invadiam os territórios, mas com o pretexto de que buscavam disseminar o progresso e o esclarecimento. O primeiro tipo de movimento colonial foi produzido pelos portugueses e o segundo, pelos ingleses, franceses e holandeses (Chatterjee, 2004).

A Índia é um exemplo de como o discurso da modernidade favoreceu que as conquistas da Europa fossem encaradas pela perspectiva do desenvolvimento e progresso gerados, e não pela violência que uma conquista presume. Embora se tenha tido muitos movimentos para a independência na Índia, ela só foi consolidada em 1947. Assim, ainda que uma colonização seja uma imposição de cultura e submeta o povo a ser colonizado a

violências de todo tipo, é o discurso da modernidade que se mantém vivo quando se narra a História. A truculência do colonizador é destacada em manuais, mas as concepções de mercado, ciência, conhecimento possuem o protagonismo europeu. Desse modo, a expressão “colonialidade”, utilizada por Quijano (2005) para cunhar o conceito de colonialidade do poder, traduz bem uma nova tendência que se alastra mundialmente porque mostra o caráter duradouro de um processo que é dado como encerrado, mas que se perpetua na construção da História, das referências que se tem de mundo, de modernidade.

É pertinente acrescentar aqui a analogia que Pharta Chatterjee (2004, p. 63-64) faz ao relacionar a modernidade a um supermercado:

A modernidade para nós é como um supermercado de bens importados, dispostos nas prateleiras: pague e leve o que você quiser. Ninguém aqui acredita que possamos ser produtores da modernidade. A verdade amarga sobre nosso presente é a nossa sujeição, nossa inabilidade de sermos sujeitos de nosso próprio direito.

Quando faz essa analogia, Chatterjee está se referindo justamente ao eurocentrismo que se instaura com a ideia de modernidade. Somos consumidores de um saber produzido pelo outro, pelo europeu. A modernidade de que tratam os manuais didáticos e o conhecimento de um modo geral é a modernidade europeia, não fazendo parte dessa noção o que se produz pelos ditos colonizados. A posição de colonizado impede a produção de uma modernidade própria, a nossa realidade é ditada pela modernidade de origem europeia.

É com o objetivo de resistir à colonialidade do poder e em busca de ecoar as vozes dos que são silenciados pela História e pela ideia de modernidade que surge um grupo de pesquisadores ao redor do mundo que desenvolve pesquisas nessa direção. Como essas pesquisas não se configuram apenas como produção de conhecimento, mas como um movimento contra o padrão mundial, afirma-se que elas se constituem como um projeto decolonial. Nas palavras de Bernardino-Costa (2018, p. 123-124), o projeto decolonial

[...] se constitui numa estratégia epistêmica e política de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser, simultaneamente à tentativa de estabelecer um novo diálogo entre os sujeitos que experienciam o lado mais escuro e as consequências mais nefastas da modernidade eurocentrada. O projeto decolonial aponta para uma dimensão da resistência e reexistência política que vai além dos processos de independências e descolonizações que ocorreram nas Américas no

início do século XIX e na segunda metade do século XX na África, Ásia e Caribe. Em outras palavras, o giro decolonial tem como horizonte político concluir o processo incompleto da descolonização, seja dos países latino-americanos, seja dos países africanos, asiáticos e caribenhos. Significa, portanto, uma confrontação direta das hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas, estéticas etc., que estruturam o sistema de dominação e exploração do sistema-mundo moderno/colonial, que denominamos colonialidade do poder.

Assim, vemos que os processos de independência que constituem o fim da colonização de países da América nos séculos XVIII e XIX, e de outros países pelo mundo no século XX marcam uma independência formal deles, mas a descolonização considerada nas palavras de Bernardino-Costa não envolve somente uma independência econômica e de gestão, mas uma desvinculação, em certa medida, das concepções de mundo, da produção do conhecimento e das práticas culturais com o colonizador. Isto significa dizer que para haver uma descolonização, é preciso que haja uma descentralização do saber no mundo, levando em conta as diferentes produções advindas de povos colonizados pelo Europeu e entendendo a modernidade como constituída pelas mudanças em diferentes realidades e em dimensões distintas. Pharta Chatterjee (2004) chega a falar em diferentes modernidades para que associemos o progresso e o desenvolvimento aos povos não-europeus. É preciso desconstruir os padrões impostos pela colonização e pelo eurocentrismo que subjaz nesse processo, desconstruindo, portanto, o que se denomina de colonialidade do poder. Ao dizer que há “hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas”, Bernardino-Costa faz referência às raízes branca, masculina, da heteronormatividade e de uma tradição cristã/católica, que são características do conquistador europeu e que regem o padrão de poder mundial, conforme discutido até aqui. Por isso, descolonizar implica entender países, sobretudo da América, da Ásia e da África, como construtores da História e da conjuntura global da atualidade, não como fazendo parte somente do que se toma como Antiguidade. É preciso pensar em múltiplas modernidades para que a Europa não seja a referência única e para que não sejamos “sempre consumidores da modernidade universal” (Chatterjee, 2004, p. 58) de base eurocêntrica. Assim, é preciso pensar e discutir sobre a “descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, ou mais propriamente entre grupos e elementos de existência social europeus e não europeus” (Quijano, 2005, p. 124).

Tendo como base o que discutimos neste tópico, pensamos na importância de refletir sobre a decolonialidade na Educação, considerando a luta pela descolonização do saber, da construção do conhecimento. Por isso, consideramos de suma importância a

discussão dessa temática nos materiais didáticos mais frequentes nas escolas brasileiras, os livros didáticos. Nossa proposta aqui é pensar o livro didático como um objeto de estudo e, sobretudo, como um caminho para a reflexão sobre a decolonialidade no ambiente escolar e na Educação de um modo geral, visando o rompimento com determinados padrões de pensamento e produção do conhecimento.

Capítulo 2: Filiações da Semântica Histórica da Enunciação

Neste capítulo, percorreremos brevemente por teorias da enunciação, mostrando aspectos primordiais para compreensão de questões relativas aos estudos enunciativos de um modo geral e focando, principalmente, em conceitos que são importantes para a compreensão de aspectos da teoria da Semântica Histórica da Enunciação, fundada por Eduardo Guimarães. Faremos uma passagem por considerações sobre enunciação desenvolvidas por Émile Benveniste, basilar para os estudos enunciativos, e também desenvolvidas por Oswald Ducrot, autor de uma teoria com a qual a Semântica Histórica da Enunciação tem estreita relação.

Émile Benveniste: uma introdução ao estudo da Enunciação

Os estudos de Émile Benveniste sobre o sentido têm fundamento no que Ferdinand de Saussure desenvolveu para fundar oficialmente a Linguística. Mais do que desenvolver uma teoria da enunciação, as obras marcantes da produção benvenistiana, a saber *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II*, trazem discussões acerca de noções saussureanas, mantendo alguns de seus conceitos, mas explicitando problemas que deveriam ser melhor esmiuçados no âmbito dos estudos da linguagem. Dois grandes aspectos da teoria de Saussure e que viriam a ser trabalhadas por Benveniste anos depois da publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, são a ideia de língua como “[...] sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (Saussure, 2012, p. 42) e a dicotomia *língua e fala*. Sobre o primeiro, Benveniste constrói suas considerações sobre a língua e seu funcionamento com base no conceito de signo, sem negar sua raiz estruturalista. No entanto, ao adentrar na questão de como as estruturas da

língua se mobilizam naquilo que foi excluído por Saussure, ou seja, na fala, Benveniste inicia uma das principais questões de sua teoria: já que não se pode pensar separadamente em língua e fala, como se vai da língua à fala e quais são os meios pelos quais uma se alia à outra? É nesse sentido que surge a proposta da enunciação, mas para isso, Benveniste discute, primeiramente, alguns aspectos que perpassam esse questionamento, como a relação entre forma e sentido.

Iniciemos pela ideia de forma. Ela está diretamente ligada às estruturas que fazem parte da língua, considerando língua como “sistema orgânico de signos linguísticos” (Benveniste, 1991, p. 127). Para estudar as estruturas linguísticas, Benveniste propõe a noção de nível, que separa as estruturas dos signos e da combinação entre eles entre níveis menores e maiores. Assim, Benveniste propõe que elementos de uma dada estrutura linguística sejam manipulados por meio de dois procedimentos, segmentação e substituição. Esse modo de analisar os níveis linguísticos, tomando como base o que Saussure desenvolveu sobre a sincronia e a diacronia,

[...] consiste em definir cada elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática) (Benveniste, 1991, p. 128)

Para estudar a maneira como a análise com base na segmentação e na substituição funciona em elementos linguísticos maiores, Benveniste utiliza como exemplo o segmento *leaving things* (no português, “deixando coisas”), tomando como ponto de partida a sua transcrição fonética [li:viŋθiŋz]. Num breve exercício de tentativa de substituições, a partir dos fonemas [i], [ŋ] e [θ], Benveniste mostra algumas combinações: [iθŋ], [iŋθ], [θiŋ], [θŋi], [ŋiθ] e [ŋθi]. Dentre elas, o autor sinaliza que a única possível de ser retirada do segmento completo e ser utilizada numa análise é a combinação [θiŋ] e isso advém de uma condição linguística básica para constituição de uma estrutura maior: o sentido. “O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (Benveniste, 1991, p. 130).

Sobre o sentido, Benveniste propõe que, na distribuição dos níveis linguísticos, desde níveis menores, como o dos fonemas, até níveis maiores, o sentido já se apresenta. A integração sucessiva de elementos menores até elementos maiores, por exemplo, desde o fonema, perpassando morfemas, palavras e por fim, a frase constitui sentidos. Para o

autor, a palavra tem uma função importante, pois está num nível intermediário, podendo ser decomposta em unidades menores, de nível inferior e podendo integrar-se a outras, compondo um nível superior.

A transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e despercebidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades linguísticas admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre elementos de nível diferente, são *integrativas* (Benveniste, 1991, p. 133)

Vemos, a partir da citação acima, que as relações entre os níveis e os modos como as estruturas da língua decompõem-se em unidades menores, isto é, distribuem-se, e integram-se para compor unidades maiores mostram os modos como as estruturas organizam-se e produzem sentido. Nisto se funda a relação entre forma e sentido proposta pelo autor francês:

A forma de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior [...] Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua (Benveniste, 1991, p. 135-136)

Sobre as relações integrativas citadas anteriormente, elas são primordiais para a constituição do sentido. Veremos mais adiante que Eduardo Guimarães, na *Semântica Histórica da Enunciação*, utiliza o conceito de relações integrativas para tratar da constituição do sentido por meio da integração de enunciados num texto. A grande diferença no modo como o autor brasileiro aplica o conceito no estudo do sentido está no nível de análise linguística. Enquanto Guimarães expande a compreensão do sentido a nível textual, Benveniste (1991, p. 134) afirma que “O limite superior é traçado pela frase, que comporta constituintes mas que [...] não pode integrar nenhuma unidade mais alta”.

A frase é elemento primordial nas considerações sobre o sentido elaboradas por Benveniste. Para ele, com a frase, passa-se do “[...] domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (Benveniste, 1991, p. 139). O autor considera que a frase é unidade do discurso (considerando-a segmento de discurso e não um elemento menor que

o compõe e que, portanto, poderia tonar o discurso um nível mais elevado de análise linguística).

Ao adentrar na instância do discurso, Benveniste resgata para os estudos linguísticos a exclusão saussureana: a fala, o falante. A noção de discurso é o que, de fato, estabelece na teoria o sujeito e fala individual. Para tratar da instância de discurso com as estruturas da língua, Benveniste propõe que a categoria linguística que representa o sujeito é a dos pronomes. Para ele, mais especificamente, os pronomes pessoais *eu* e *tu* marcam a subjetividade e a alocação no discurso. Quando se enuncia uma instância de discurso, há um *eu* que enuncia e ele fala sempre a um *tu*, configurando a alocação. Sobre o pronome *eu* e a subjetividade, Benveniste (1991, p. 288) afirma o seguinte: “É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”.

É preciso ressaltar que o *eu* e o *tu* que marcam a subjetividade e a alocação, isto é, a fala e a interação entre falantes, são elementos os quais Benveniste compreende que são marcados na própria língua, assim como ele afirma que o tempo e o espaço também são elementos do sentido identificados por marcadores linguísticos, que o autor identifica por “indicadores da *deixis*”, que são os pronomes (como já visto), os advérbios, os adjetivos, os verbos. Sobre isso, o autor afirma:

É fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. Seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo. Pouco importa que essa noção se marque na flexão de um verbo ou por meio de palavras de outras classes [...]; é problema de estrutura formal (Benveniste, 1991, p. 289)

Conforme veremos mais adiante neste trabalho, Guimarães, assim como Benveniste, também debate sobre o sujeito e a temporalidade ao tratar do sentido, enfatizando no papel do locutor em produzir posições no acontecimento enunciativo, no entanto, não podemos confundir as concepções que cada estudioso adota para falar sobre enunciação. Enquanto para o estudioso francês a temporalidade está relacionada aos tempos marcados por indicadores linguísticos, para Guimarães, ela é constituída pela relação que o presente do acontecimento estabelece com a historicidade, isto é, com um passado de significações, e com as interpretações que são feitas a partir daquele presente

de sentidos. Também o sujeito para o autor brasileiro se difere por ter uma relação direta com a exterioridade da língua, marcando o aspecto social no estudo do sentido.

Benveniste compõe o conceito de enunciação, que detalharemos a seguir, pautado nas categorias da língua que enumeramos acima. Ele utiliza os marcadores da língua para estabelecer categorias de pessoa, lugar, tempo e espaço, que comporão o que o autor chama de aparelho formal da enunciação. Para ele, “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 82). Ainda sobre a enunciação, é importante destacar que:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro [...] Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário (Benveniste, 1989, p. 84)

É deste modo que se constituem o *eu* e o *tu* que sinalizamos anteriormente. A enunciação, além de presumir sempre um outro, o ouvinte, no discurso, ela se trata de uma apropriação do que se nomeia aparelho formal para estabelecer uma posição individual.

Tendo definido a enunciação e como se dá a relação entre forma e sentido na linguagem, discutiremos uma distinção necessária apontada por Benveniste sobre a questão do sentido. Primeiramente, o autor difere dois modos de emprego das estruturas que são o emprego das formas e o emprego da língua. Este último está relacionado à enunciação e, assim, ao funcionamento da língua “[...] por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 82). Já o emprego das formas, este é um

[...] conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis (Benveniste, 1989, p. 81)

Desse modo, existe uma diferença na língua que distingue os modos como as estruturas são significadas na linguagem. Essa distinção está no sentido considerado em seu aspecto semiótico e no sentido numa dimensão semântica. “O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido [...] O nível

semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido” (Benveniste, 1989, p. 21). Já a dimensão semântica “[...] nos introduz no domínio da língua em emprego e ação” (Benveniste, 1989, p. 229), assim, está ligada à apropriação da língua pelo locutor, à enunciação. Retornamos com essas noções à questão do signo e da frase como unidades de sentido:

Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (Benveniste, 1989, p. 230)

Vemos por essa citação os diferentes modos pelos quais Benveniste entendia o sentido, mas vemos também diferenças cruciais nos modos que Eduardo Guimarães considera o sentido na atualidade. Como veremos adiante, este pesquisador não toma a referência como preponderante para a questão do sentido, mas as designações dos termos com base nos seus usos na linguagem. Também, partir da situação de discurso e da atitude do locutor aproxima a concepção de subjetividade ao indivíduo em si, à pessoa física, o que para nós na Semântica Histórica da Enunciação não se dá, já que encaramos o falante numa perspectiva linguística, isto é, como entidade da linguagem, figura constituída na enunciação.

Essas breves considerações sobre a teoria benvenistiana serviram não somente para mostrar nossas bases dos estudos enunciativos, mas para evidenciar as aproximações e distanciamentos entre teorias que fazem parte de um mesmo ramo do estudo, o do sentido na perspectiva enunciativa. Veremos no próximo tópico mais um pouco dos estudos enunciativos, mostrando a maneira pela qual Oswald Ducrot encara o sentido e o sujeito na linguagem.

Oswald Ducrot: A polifonia e a Teoria da Argumentação na Língua

Neste tópico, trataremos brevemente de alguns conceitos desenvolvidos por Oswald Ducrot que foram não somente referência para trajetória da Semântica da Enunciação no mundo, mas também norteadores da teoria da Semântica Histórica da Enunciação e dos caminhos que ela trilhou nos estudos sobre argumentação.

Primeiramente, é preciso deixar clara a forma como Oswald Ducrot entendia os seus trabalhos, o ramo de estudo sob o qual ele classificava as suas pesquisas. O autor, no capítulo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” da obra *O dizer e o dito* (1987), definiu que suas pesquisas se enquadravam numa disciplina a qual ele denominava pragmática semântica. Tendo assim definido, ele afirma que o objeto dessa disciplina era “[...] dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isto, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado” (Ducrot, 1987, p. 164).

Ao estabelecer que a preocupação dessa disciplina era dar conta do que é relativo ao enunciado e, portanto, à fala, surge a necessidade de esclarecermos aqui a forma como o autor entendia a enunciação e o enunciado. Esses conceitos estão imbricados com um outro que emerge ainda das produções de Émile Benveniste ao tratar da fala, é o conceito de discurso. Assim como para este que deu início à teoria da Enunciação, Ducrot toma o discurso como relacionado ao funcionamento da língua na fala e é com base nessa noção de discurso que ele desenvolve suas noções de enunciado e enunciação. O enunciado, para ele, é um fragmento de discurso e a enunciação

[...] é o produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento de discurso, ou, em outros termos, o que acabo de chamar ‘enunciado’ [...] O que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. (Ducrot, 1987, p. 168)

Dessa maneira, Ducrot entende a enunciação como um acontecimento histórico, isto é, uma manifestação de linguagem que passa a existir a partir do momento em que algo é dito. Ressaltamos que, embora Ducrot relacione o aparecimento da enunciação com algo que é falado, isso não implica na sua compreensão do sujeito como pessoa propriamente dita. Em relação à produção do enunciado, Oswald Ducrot afirma que não é relevante para os seus estudos o autor do enunciado, a pessoa em si que enuncia algo. Seus estudos voltam-se para as diferentes formas como o sujeito se manifesta nos enunciados e, portanto, se divide, dando lugar a diversas vozes numa mesma enunciação. É nesse ponto que o autor se diferencia de uma tradição de estudiosos que tomam o sujeito como uno e também elabora uma das fases dos seus estudos: a fase da teoria polifônica da enunciação.

Conforme sinalizado acima, existem diferentes vozes na enunciação que mostram diferentes perspectivas de um mesmo discurso. Oswald Ducrot categorizou essas vozes em tipos de personagens da enunciação, são elas o locutor e os enunciadores. O locutor é definido como

[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. Mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, do seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral (Ducrot, 1987, p. 182)

De acordo com as palavras do autor, percebe-se que o locutor não se configura na pessoa que diz algo, mas na personagem enunciativa que representa a origem do dizer. É justamente pelo fato de separar o locutor da pessoa em si que faz uma fala, que o autor faz ainda duas divisões para entender o locutor na enunciação; ele difere o “locutor enquanto tal”, representado pela letra L, do “locutor enquanto ser no mundo”, representado pela letra grega λ. “L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (Ducrot, 1987, p. 187-188).

Quanto aos enunciadores, eles se configuram na origem dos pontos de vista que o locutor apresenta. É com os enunciadores que se pode pensar na argumentação (Barbisan, 2006). Mas é preciso esclarecer esta última afirmação. Ao dizer que os enunciadores viabilizam a argumentação, estamos nos referindo às diferentes formas como eles apresentam as posições do locutor na enunciação e essa apresentação é feita de um locutor para um destinatário³ (Barbisan, 2006). Sobre isso trataremos mais adiante.

Retornemos agora às personagens da enunciação propostas por Ducrot. Essas personagens se relacionam na enunciação pelas formas como o locutor alia-se ao enunciador. Para mostrar a forma como as personagens da enunciação interagem, Ducrot desenvolveu categorias que classificam os atos de enunciação, são elas: atos primitivos,

³ Não queremos, com o uso dessa expressão – destinatário –, nos filiar a teorias da informação/comunicação, mas utilizar um termo que represente aquele para quem se direciona uma fala, um discurso, uma enunciação. Faz-se necessário também justificar o não-uso da expressão *alocutário*, utilizada por Oswald Ducrot em alguns textos sobre a argumentação. Não fazemos aqui essa menção para que não haja desentendimentos, já que utilizaremos esse termo para abordagem teórica da Semântica Histórica da Enunciação e, também, para as nossas análises.

nos quais o locutor assimila-se ao enunciador numa determinada fala; e atos derivados, nos quais o locutor, como responsável pelo enunciado, escolhe colocar em cena determinado enunciador⁴. Essas relações entre locutor e enunciador geram diferentes sentidos e formas de enunciar, o que acaba levando a algumas construções que Ducrot considera primordiais para desenvolver a argumentação.

Sobre a argumentação, no artigo “Os Topoi na ‘Teoria da Argumentação na Língua’” (1999)⁵, Ducrot traça um percurso de entendimento da significação e sobre o valor semântico para mostrar como a argumentação foi sendo entendida ao longo dos estudos linguísticos. Em seguida, mostra a sua forma de compreender a argumentação afirmando que:

[...] uma sequência de dois enunciados A e C é dita ‘argumentativa’ se supusermos que o locutor apresentou A (chamado ‘argumento’) como uma razão de C (chamado ‘conclusão’): essa caracterização, cujo aspecto muito fluido de forma nenhuma me escapou, engloba os casos em que A tem por função declarada fazer admitir C [...] aqueles enfim em que há, entre A e C, uma simples relação de *causa ou condição a consequente*, possível ou certa: em todos esses casos, C pode ser encadeado a A por conectivos (Ducrot, 1999, p. 3)

A partir disso, o autor mostra que sua concepção de argumentação se difere da comumente trabalhada, principalmente, pela Retórica. Não se trata de uma persuasão para convencer o interlocutor de alguma ideia, mas trata-se de uma relação entre enunciados que são encadeados e relacionados por meio de palavras da língua (os conectivos), gerando uma relação na qual se tem uma proposição (tomada como argumento) que gera uma conclusão que dela deriva.

Segundo Ducrot, a argumentação se mostrou um quesito da linguagem de grande relevância para ser explorado em virtude da frequência com que esse tipo de relação discursiva ocorre. Sobre o fato de o discurso ser uma argumentação, Ducrot (1999, p. 4) afirma:

Quando se diz de um discurso que ele é uma argumentação, entende-se geralmente por isto que seu locutor afirmou um certo número de fatos, e que, fazendo isto, pretendeu procurar fazer admitir pelo destinatário a validade, ou ao menos a legitimidade de uma certa conclusão. No caso particular em que esta conclusão é, também ela, uma afirmação factual,

⁴ Ducrot estabelece um paralelo entre essas noções e o conceito de atos ilocutórios, de John Austin, mas não entraremos em detalhes em relação a esse assunto, pois não é o foco da nossa descrição.

⁵ Esse artigo foi publicado pela Revista Brasileira de Letras, mas ele faz parte do livro *Lieux communs, topoi, stéréotypes, clichés*.

sua validade poderá ser interpretada como verdade e sua legitimidade como verossimilhança. O ponto que eu assinalo, nesta noção de argumentação, é a intenção estampada pelo locutor de *fazer admitir* alguma coisa.

Desse modo, a argumentação para essa teoria da Enunciação é a forma como o locutor procura defender um ponto de vista, uma ideia para que ela gere uma conclusão. Esse *fazer admitir* é o mesmo que encadear enunciados (argumentos) para defender uma conclusão. E isso, como já sinalizado, é feito na língua por meio de conectivos. Esses conectivos, no entanto, aparecem na língua à medida em que frases específicas direcionam o sentido por meio da própria língua, em outras palavras, a argumentação está na língua – a grande premissa norteadora dos estudos argumentativos de Ducrot.

Essa premissa fundamenta-se em alguns aspectos que, de acordo com Oswald Ducrot, fazem parte de uma língua. O primeiro deles é a ideia de que as línguas possuem frases que formam duplas e essas duplas de frases possuem propriedades específicas, que são: elas indicam um mesmo fato, enunciando uma ou outra dessa dupla de frases; e um enunciado de uma e um enunciado da outra não autorizam a mesma argumentação. Para mostrar de maneira mais clara como isso funciona, Ducrot oferece duas frases como exemplo: (a) “Pedro trabalhou pouco” e (b) “Pedro trabalhou um pouco”. O autor mostra que essa dupla de frases parece apontar para uma mesma direção, isto é, ambos enunciados apresentam um mesmo fato (de que Pedro não trabalhou muito), no entanto, eles não justificam uma conclusão da mesma maneira ou não justificam uma mesma conclusão. Para o autor, isso sugere que

[...] a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está ‘na língua’, ‘nas frases’, que as próprias frases são argumentativas (Ducrot, 1989, p. 18)

Em outras palavras, para Ducrot o “valor argumentativo” é intrínseco a algumas frases, que são, naturalmente, argumentativas. Essas frases possuem uma “intenção argumentativa” (Ducrot, 1989, p. 18) que indica como os enunciados tornam-se argumentos.

Essa forma de entender a argumentação leva a um problema. À medida que se considera a argumentação como um conjunto de conclusões possíveis, é preciso reformular a forma de compreensão da “situação de discurso”. Se dizer que “Pedro trabalhou pouco” e “Pedro trabalhou um pouco” levam a uma mesma conclusão, isto quer

dizer que, ao mesmo tempo, é possível que o fracasso e o êxito sejam o resultado do trabalho. Essa ideia, no entanto, conforme explicita Ducrot (1989), é algo particular ao sujeito, que pode, num momento, pensar de um modo e, em outro, de outro jeito. Dessa forma, veiculando os enunciados conclusões diferentes, é preciso abrir mão de uma conclusão para que a outra faça sentido, o que foge à proposta da Teoria da Argumentação na Língua. Para esta teoria,

A ‘situação de discurso’ que está em jogo não é, pois, exterior ao enunciado e ao discurso; trata-se de uma situação que o enunciado e o discurso argumentativo constroem por si mesmos, que eles veiculam. Ela lhes é, por conseguinte, interna e faz parte do seu sentido” (Ducrot, 1989, p. 22).

Dessa maneira, foi preciso fazer alguns ajustes na teoria para que essa premissa se mantivesse. É desse modo que Ducrot desenvolve uma segunda fase da Teoria da Argumentação na Língua.

Para a nova abordagem da argumentação, Oswald Ducrot desenvolveu a noção de elemento semântico, que é um “[...] ponto de vista de um enunciador posto em cena pelo enunciado” (Ducrot, 1989, p. 22). Esse elemento semântico, para o autor, possui um valor argumentativo e atende a algumas condições necessárias para que haja argumentação. A primeira das condições que citaremos aqui é a de que o elemento semântico deve aparecer, na enunciação, como justificando uma conclusão *r*. A segunda das condições e de maior destaque, porque traz para a teoria um novo conceito que se torna fundamental, é a de que a orientação do elemento semântico para a conclusão *r* deve fundamentar-se num topos.

O topos surge na relação na qual dois segmentos, A e C, são encadeados e um apresenta-se como argumento para concluir o outro. Nesse encadeamento, há um aspecto que serve como “garantia” para que se conclua C a partir de A. A essa garantia que forma a estrutura argumentativa Ducrot dá o nome de topos (Ducrot, 2002).

Para melhor entender como funciona o topos na teoria da argumentação, vejamos o exemplo dado por Ducrot (1989): “O tempo está bom; vamos à praia”. Nesse exemplo, representa-se o calor como justificativa para ir à praia e, conseqüentemente, o calor como condição que torna a praia mais agradável. Essas características que passam a ser elementos do exemplo fornecido pelo autor guiam os três princípios dos topoi na argumentação, são eles o da universalidade; o da generalidade e o da gradualidade. O princípio da universalidade está ligado ao fato de ambos falantes envolvidos na conversa, aquele que diz e aquele que ouve, considerarem, de fato, o calor como justificativa para

ir à praia. O da generalidade, de maneira semelhante ao da universalidade, refere-se à ideia comum a todos de que o calor torna a praia agradável. E o da gradualidade trata-se de escalas que o topos acaba determinando; nesse exemplo especificamente, estabelece-se uma escala em que quanto maior o calor, mais agradável a praia. Assim, o autor determina para esse topos (de que o calor torna a praia mais agradável) as escalas que tratam da temperatura e do agradável. Nesse caso, quanto maior a escala de calor, maior a escala do agradável.

Oswald Ducrot faz, porém, algumas observações quanto a esse último princípio dos topoi, destacando que esta característica está restrita ao topos imposto pelo enunciado em questão. Outros topoi levantados pelo enunciado podem ser fruto do valor argumentativo de elementos semânticos utilizados no enunciado “[...] ou ainda, em termos de polifonia, dos pontos de vista argumentativos atribuídos aos enunciadores” (Ducrot, 1989, p. 27). Embora o autor faça essa ressalva em relação ao princípio da gradualidade do topos, ele oferece algumas situações que corroboram para a ideia do caráter gradual do topos. Uma dessas situações é o uso do conectivo *até mesmo* que liga dois argumentos que apontam para uma mesma direção, considerando o que vem depois da expressão ainda mais forte. O exemplo fornecido por Ducrot para explicar isso é “Faz 16°, talvez até mesmo 18°, vamos passear”. Nesse exemplo, o segundo argumento representado pela temperatura de 18° é mais forte que o primeiro e sustenta o topos *o calor torna o passeio mais agradável* e sua gradualidade representada pelas escalas *quanto maior o calor, mais o passeio é agradável* (Ducrot, 1989, p. 29).

Tendo apresentado a Teoria Polifônica da Enunciação e a Teoria da Argumentação na Língua, aliada ao conceito de topos, destacamos aqui, a pretexto de conclusão, alguns dos pontos centrais apontados por Oswald Ducrot como cerne da argumentação e do funcionamento dos topoi nela:

- 1) A língua, vista como um conjunto de frases semanticamente descritas, determina parcialmente pelo menos, as argumentações e valores argumentativos apresentados no discurso. Esta é a tese fundamental da “teoria da argumentação na língua”
- 2) Esta determinação frásica da argumentatividade produz-se particularmente através de operadores argumentativos como *pouco, um pouco, somente, quase... etc.*
- 3) Todo ato de argumentação e, mais geralmente, toda orientação argumentativa de um elemento semântico, implicam que sejam convocados topoi graduais [...] (Ducrot, 1989, p. 38)

Diante dessas breves explicações sobre as teorias Polifônica da Enunciação e da Argumentação na Língua, partimos agora para um tópico que discorre sobre a Semântica Histórica da Enunciação. Neste tópico não somente apresentaremos conceitos fundamentais dessa teoria, como destacaremos as principais influências e suas diferenças em relação à teoria de Oswald Ducrot que acabamos de explicitar.

Capítulo 3: Semântica Histórica da Enunciação: fundamentos teóricos

A Semântica Histórica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento, como o próprio nome já sugere, se insere nos estudos da Semântica da Enunciação, tendo como foco de estudo o sentido construído na enunciação, porém, numa perspectiva histórica. Discutiremos isso ao longo da apresentação da teoria neste tópico, mas reiteramos que o caráter histórico de que se trata essa Semântica não se dá pela narrativa cronológica de fatos, e sim na forma como o sentido construído no presente se atrela a um passado de significações que o constituem e a condições sociais que a enunciação mobiliza. Assim, o sentido nessa vertente de estudos toma, dentre outros aspectos, uma temporalidade específica para a sua constituição.

Antes de definirmos conceitos norteadores da Semântica Histórica da Enunciação, é importante destacar que a língua não deve ser entendida aqui, como em outras teorias, como um sistema linguístico ou uma estrutura/ferramenta de comunicação. A língua, conforme explicita Eduardo Guimarães (2018), deve ser entendida como um conjunto de elementos (que são todas as estruturas que fazem parte de uma língua) que constituem regularidades e é posto em funcionamento quando se diz algo. Este conjunto de regularidades deve ser tomado como “[...] algo histórico, que se apresenta pela prática humana, por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem” (Guimarães, 2018, p. 23 – grifo nosso).

Desse modo, a língua, para essa teoria, é a materialidade da prática de linguagem que se organiza numa estrutura que possui regularidades e essa estrutura significa à medida em que a língua é posta em funcionamento e constitui um histórico de sentidos. Quanto ao sentido em si, ele é “[...] a significação do enunciado, constituído pela

integração do enunciado ao texto, em virtude de sua independência relativa” (Guimarães, 2018, p. 18).

Essa forma de entender o sentido traz outros dois conceitos importantes e que permeiam aquilo que fundamenta o estudo do enunciado e suas análises: os conceitos de texto e enunciado. O texto, para a Semântica Histórica da Enunciação, é

[...] uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação. Esta definição considera de modo direto que o texto é uma unidade de significação. Ela se caracteriza por produzir sentido (Guimarães, 2011, p. 19)

A integração da qual fala Eduardo Guimarães faz referência à relação que se forma entre elementos dos enunciados e dos textos, fazendo com que eles configurem um nível maior de análise linguística. Essa noção tem base no conceito de integração trabalhado por Émile Benveniste que detalhamos no capítulo anterior. Eduardo Guimarães, diferentemente de Benveniste, propõe que o movimento integrativo não se encerra no enunciado/na frase e vai além, de modo que os enunciados relacionam-se, constituindo um nível mais elevado de análise linguística e, portanto, de sentido: o texto. E é preciso atentar-se à ideia de integração num texto, de modo a não entender o texto como um conjunto de enunciados. Não se trata de um conjunto, pois os elementos (ou seja, os enunciados) não são independentes, mas interligados, constroem sentidos pela relação que estabelecem uns com os outros e, assim, o texto também significa pela relação com esses enunciados e entre eles.

O outro conceito que se mostra fundamental para esta teoria é o de enunciado. Este é além de uma “unidade de linguagem”, uma unidade de análise. Sendo uma unidade de análise, a teoria da Semântica Histórica da Enunciação trata do estudo dos sentidos dos enunciados e a análise deles é possível porque eles possuem uma consistência interna e uma independência relativa. Isso quer dizer que, embora haja a integração dos enunciados num texto, eles possuem um sentido próprio que se constrói em seu interior, ou seja, os enunciados podem ser recortados de um texto, sem que isso cause prejuízos à análise. Mas como já indicado, essa independência é relativa, tendo sempre o enunciado uma relação com outros enunciados. Assim, dizemos que “[...] o enunciado é um elemento linguístico que tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos (sintagmas)” (Guimarães, 2011, p. 21).

Diante do conceito de enunciado, considerando a sua significação a partir, dentre outros modos, da integração entre os seus elementos, faz-se necessária uma observação quanto à maneira que abordaremos os elementos que o compõem – os nomeados “sintagmas”, conforme explicitado na citação acima.

A concepção de sintagma atrela-se aos estudos da sintaxe e considera esse tipo de elemento linguístico uma unidade que se relaciona com outras unidades, de modo a formar estruturas complexas e finalmente, uma sentença (Negrão; Scher; Viotti, 2014). Embora, esse modo de entender as estruturas linguísticas considere as diversas possibilidades de uso dos elementos linguísticos numa sentença, ele se dissocia da maneira como encaramos o processo de relação entre palavras e as formas como elas significam na linguagem não só por tomar a sentença como uma “estrutura hierárquica de constituintes” (Negrão; Scher; Viotti, 2014, p. 89), mas também porque em nossas análises, tomamos os elementos linguísticos a partir das relações que eles contraem nas articulações dentro e fora da sentença, com o texto, com outros textos e com o aspecto político e social que envolve a linguagem. É preciso, portanto, utilizar outra nomenclatura que se alinhe à perspectiva linguística que adotamos neste trabalho. Assim, conforme afirma Dias (2018, p. 122),

Numa visão enunciativa, essa necessidade de mudança terminológica culmina na adoção do termo *formação nominal* (FN). Na nossa concepção, então, formação nominal não designa nem o *produto* da constituição de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o *produto* de um corte sintagmático, propulsor do nome *sintagma*, mas a unidade nominal considerada a partir do *processo* de constituição dos nomes

E esse processo, o qual cita Luiz Francisco Dias, considera a temporalidade do acontecimento enunciativo e as diferentes formas pelas quais se enuncia sobre algo (os desdobramentos do sujeito). Com essa mudança na forma de nomear as estruturas linguísticas, podemos “[...]compreender não só as funções dos determinantes, mas também o seu *funcionamento enunciativo*” (Dias, 2018, p. 166).

Ao considerar o estudo das estruturas nominais a partir da concepção de formação nominal, Dias (2018, p. 176) estabelece que o estudo da nominalidade deve ser guiado pela “[...] relação entre a atualidade da enunciação e a memória”. Dessa maneira, não consideramos os constituintes de um enunciado somente pela relação estrutural que eles estabelecem entre si, mas pelo modo como atualizam um passado de significações. Dito

de outro modo, tomamos os elementos do enunciado pelo seu funcionamento enquanto um elemento de uma enunciação, assim, enquanto ligado a um passado de significações, aos modos como relaciona-se a outros elementos na materialidade linguística do presente e enquanto relacionado a fatores político-sociais que regem a produção de sujeito e sentido na enunciação.

Um bom exemplo de elemento da nominalidade e que será amplamente discutido nas análises do nosso *corpus* mais adiante é o adjetivo. Ele é comumente representado como elemento cuja função é caracterizar substantivos, no entanto, essa ideia de adjetivos fica comprometida quando nos deparamos com situações de uso, nas quais o adjetivo determina, mas não necessariamente caracteriza o nome. Isso ocorre, principalmente, em enunciados nos quais a posição do adjetivo não é a comumente utilizada, vindo ele anteposto ao substantivo. Para mostrar que esse tipo de ocorrência do adjetivo explicita o seu caráter enunciativo, Dias (2018) toma como ponto de partida os conceitos de articulação por dependência e articulação por incidência, trabalhados por Guimarães (2009), que abordaremos mais à frente. Para explanar o seu ponto de vista em relação ao caráter enunciativo do adjetivo, Dias (2018) traz alguns exemplos de uso de adjetivos, explorando o seu funcionamento a partir da elaboração de redes enunciativas. A rede enunciativa é um método de exploração dos sentidos de expressões, no qual uma tabela traz exemplos de uso dessas expressões⁶. No primeiro exemplo de uso do adjetivo, o autor analisa as formações nominais *marido ciumento* e *futuro marido*. Dias (2018) inicia, utilizando a primeira formação nominal e desenvolve-a numa rede enunciativa, dissolvendo-a e colocando o adjetivo em outra oração. Vejamos abaixo:

Rede enunciativa 1: marido ciumento

a) Pedro falou sobre o <i>marido ciumento</i> de Sílvia, dizendo que ele não confia na esposa
b) Pedro falou sobre o <i>marido</i> de Sílvia, dizendo que ele é <i>ciumento</i>

1 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 177)

Sobre essa rede, o autor afirma:

A convergência do adjetivo na relação com o substantivo, sustentando a articulação, produz um efeito de agregar informação (ser ciumento)

⁶ Para entender melhor sobre o conceito de rede enunciativa, conferir Dias (2018).

constituída em função do referente (marido) na FN. Sendo assim, enunciar a relação entre um referente e sua perspectivação produz uma relação de dependência entre as duas formas linguísticas (Dias, 2018, p. 178)

Em outras palavras, quando o adjetivo é utilizado num dado enunciado para comentar sobre o seu referente ou sobre o substantivo ao qual está ligado, as formas linguísticas estabelecerão entre si uma relação de dependência semântica, de modo a empregar o adjetivo em função da determinação semântica do seu referente.

Vejamos agora o outro exemplo:

Rede enunciativa 2: futuro marido

a) João falou sobre o <i>futuro marido</i> de Sílvia, dizendo que ele comprou um apartamento novo
b) João falou sobre o <i>marido</i> de Sílvia, dizendo que ele é futuro (?)

2 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 178)

Nessa rede enunciativa, diferentemente da outra, ao colocar o adjetivo numa posição diferente da original (da forma aplicada no primeiro exemplo de cada rede enunciativa), o enunciado teve o seu sentido perdido, tornando a frase confusa. Uma vez que o adjetivo “futuro” vem numa anteposição ao substantivo, o seu funcionamento não está ligado à caracterização da palavra “marido”, isto é, o adjetivo nada informa sobre o seu referente. Nesse caso, ele “[...] concebe o referente (marido) na perspectiva temporal (aquele que será marido após a ocorrência presente do enunciado)” (Dias, 2018, p. 180) e, portanto, numa perspectiva enunciativa.

Vejamos mais este exemplo do autor, que agora trata de um adjetivo usado, primeiro de maneira literal, e depois numa expressão metafórica:

Rede enunciativa 5: bola comprida (i)

a) (...) Depois, retire da bacia, dê uma ligeira amassada, faça uma <i>bola comprida</i> , faça um corte ao meio, coloque numa assadeira untada, cubra com o pano (...)
b) Jânio falou sobre uma <i>bola comprida</i> , dizendo que foi feita com uma massa para fazer pão

c) Jânio falou sobre uma *bola* de massa, dizendo que ela fica *comprida*

3 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 182)

Rede enunciativa 6: bola comprida (ii)

a) “(...) O plano se abre para um grande geral e Roberto Carlos enfia uma *bola comprida*, Ronaldo num jogo de corpo engana dois zagueiros alemães, domina a bola, (...)”

b) Gaspar falou sobre uma *bola comprida*, dizendo que ela fez uma trajetória longa desde o chute do jogador Roberto Carlos

c) Gaspar falou sobre uma *bola*, dizendo que ela fica *comprida* (?)

4 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 182)

Na rede enunciativa 5, o adjetivo caracteriza o formato da bola de massa, de modo a significar um formato alongado de massa de pão. Nesse caso, no exemplo (c) dessa rede, não houve problema em configurar essa caracterização trazendo o substantivo inicialmente e depois o adjetivo *comprida* em outra oração, separando a formação nominal em duas formas linguísticas diferentes, mas que uma ainda determina a outra, ainda que estejam separadas.

Já na rede enunciativa 6, o adjetivo é utilizado de forma figurada, referenciando não a bola em si, mas o trajeto que ela faz. A construção metafórica sobre a trajetória da bola faz com que, ao serem separadas, as formas linguísticas no exemplo (c) não tenham a mesma lógica de relação do primeiro exemplo dessa rede. Assim, o sentido de *comprida* se perde, não sendo mais ligado à trajetória da bola, conforme se propunha inicialmente.

Para finalizar, traremos mais duas ocorrências ligadas à posição do adjetivo analisadas por Dias (2018):

Rede enunciativa 7: candidato calvo

a) Dener falou sobre o *candidato calvo*, dizendo que ele se acostumou com a falta de cabelos

b) Dener falou sobre o *candidato*, dizendo que ele é *calvo*

5 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 183)

Rede enunciativa 8: provável candidato

a) Carlos falou sobre o <i>provável candidato</i> , dizendo que ele ainda não foi escolhido pelo partido
b) Carlos falou sobre o <i>candidato</i> , dizendo que ele é <i>provável</i> (?)

6 Exemplo retirado de Dias (2018, p. 184)

Novamente, assim como no primeiro exemplo de Dias (2018) que trouxemos, o adjetivo da rede enunciativa 7 converge para o substantivo “candidato”, de modo que, quando as formas são separadas, colocando o adjetivo na função de predicativo, ele novamente refere-se ao substantivo sem comprometer a regularidade inicial apresentada em (a) na rede 7. Já na rede enunciativa 8, o adjetivo “provável” é significado a partir de um passado de enunciações que dizem sobre outras candidaturas de outras pessoas. Apesar de estar diretamente ligado ao substantivo no enunciado por meio de uma articulação por dependência, o adjetivo depende de um passado de enunciações, nas quais se pode enunciar “Talvez Pedro seja candidato”, “Pedro pensa em ser candidato”, “Acho que Pedro será candidato”⁷, o que faz com que ele incida sobre toda a enunciação e perca a regularidade inicial quando enunciado na função de predicativo, como mostrado em (b) na rede enunciativa 8.

Esses exemplos de emprego do adjetivo embasam-nos para uma análise mais criteriosa das ocorrências de construções com adjetivos nos livros didáticos que analisaremos adiante. Eles mostram que é necessário fazer uma leitura enunciativa dessa classe de palavra (adjetivo), e das palavras de um modo geral, tendo em vista as condições sócio históricas de significação da língua, bem como o caráter enunciativo das posições das palavras sintaticamente em enunciados; e mostram também que a concepção de formação nominal contribui para que possamos analisar por esse caminho.

Tendo esclarecido sobre a adoção de uma outra terminologia para se referir aos elementos linguísticos que compõem o enunciado, trataremos agora de um dos principais conceitos deste trabalho e que é norteador de toda a teoria, o conceito de enunciação. A noção de enunciação que se adota na Semântica Histórica da Enunciação alinha-se à noção de enunciação trabalhada por Oswald Ducrot (1987). Assim como para o linguista francês, para Eduardo Guimarães a enunciação é um acontecimento de linguagem, que se constitui pelo funcionamento da língua e é por meio desse acontecimento que os sentidos se constroem e são compreendidos numa perspectiva histórica.

⁷ Exemplos fornecidos por Dias (2018, p. 184) de possíveis enunciados feitos por Locutores diferentes.

Assim a enunciação é um acontecimento que produz sentido. Ou seja, o sentido se produz pela enunciação, pelo acontecimento de funcionamento da língua. E este acontecimento se apresenta como se dando pela existência de uma língua, por que há falantes que são tomados enquanto falantes pela relação com tal língua. Nesta medida esta língua só é língua enquanto língua destes falantes. Correlatamente, o falante não é uma pessoa física, é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no que chamamos espaço de enunciação. Diante do que acabamos de colocar, a enunciação é o acontecimento de funcionamento da língua num espaço de enunciação” (Guimarães, 2018, p. 22)

A partir dessa definição, é importante esclarecer o que é o acontecimento enunciativo e como ele guia a produção de sentido, e para isso, fazemos uma breve pausa na nossa explicação para trazer aqui uma outra filiação importante da Semântica Histórica da Enunciação: com a Análise do Discurso. Primeiramente, a relação entre as duas teorias está ligada ao caráter histórico sob o qual ambas procuram guiar as suas compreensões sobre o sentido. Eduardo Guimarães, embora mencione as suas aproximações de aspectos da teoria benvenistiana e também ducrotiana, como mostraremos à frente ao tratar de argumentação, mas ele ressalta como necessidade “[...] a busca de princípios histórico-sociais do enunciar como fundamento para a compreensão da forma linguística. Com isso, ele traz para os estudos da linguagem a natureza política da enunciação” (Dias, 2018, p. 61)

Estando as duas teorias do sentido, a Semântica do Acontecimento e a Análise do Discurso, alinhadas em relação a isso, há entre elas ainda outro aspecto de aproximação, que é a construção do sentido fundada na ideia de acontecimento.

Ao tratar das diferenças entre Análise do Discurso e Semântica Histórica da Enunciação, Steigenberger, Machado e Silva (2011), analisam as diferenças nas formas de compreensão do acontecimento por meio das expressões *anafórico* e *catafórico*, referindo-se aos processos de significação por meio do acontecimento. Para os autores, “O acontecimento na AD mostra que o discurso não é uma significação já dada, já-lá, mas que a partir de um já-lá, há sempre a possibilidade de um novo dizer a ser formulado [...] é a memória discursiva que determina o sentido do enunciado” (Steigenberger; Machado; Silva, 2011, p. 62). O uso do termo *anafórico*, assim, vem desse constituir os sentidos por meio de um passado, pelo acontecimento ter suas bases de significação no passado, na memória. De maneira levemente distinta, como definiremos mais adiante, para a Semântica Histórica da Enunciação,

[...] o acontecimento é sempre o início de um outro, produzindo um efeito catafórico, posterior, uma vez que, devido à influência dos estudos ducrotianos para a constituição dessa disciplina – Semântica Argumentativa –, a noção de argumentação conduz o texto incessantemente para o futuro, o impede de ‘terminar’ (Steigenberger; Machado; Silva, 2011, p. 63).

Esclarecemos sobre esse último ponto que a Semântica Histórica da Enunciação não ignora o passado na constituição do sentido, mesmo porque sua concepção de temporalidade do acontecimento (que definiremos mais adiante) presume a relação entre passado, presente e futuro na constituição dos sentidos na enunciação. No entanto, o passado, para Guimarães (2017) não é o cerne da significação, ele é tomado como memorável, que é um recorte do passado no presente que projeta uma futuridade. Os sentidos, portanto, se constituem no presente do acontecimento do dizer.

Mas e o que é o acontecimento para a Semântica Histórica da Enunciação? Consideramos o acontecimento como “[...] a diferença na sua própria ordem. Esta definição considera, de um lado, que o acontecimento não pode ser visto como algo empírico, como se acontecimento fosse, simplesmente, o fato de que algo ocorre” (Guimarães, 2018, p. 37). Para exemplificar de que maneira o acontecimento não é empírico, mas está ligado a uma ordem que o faz significar, Guimarães apresenta o enunciado *um ônibus bateu no prédio*, como descrição de uma colisão entre um ônibus e um prédio numa cidade. Esse fato não é considerado em si mesmo, mas pensando na sua motivação, no que teria gerado aquela colisão. No exemplo do autor, a colisão poderia estar relacionada a um roubo de um banco por uma quadrilha de ladrões ou um acidente de trânsito simplesmente. Assim, em cada um dos casos, a colisão estaria ligada a uma situação que mudaria o seu sentido. Essa diferença na forma de entender um acontecimento se dá pela forma como se constitui sua temporalidade. Esta é uma temporalidade de sentidos, que separa passado, presente e futuro:

De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. [...] Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. [...] Por outro lado, este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável (Guimarães, 2017, p. 16)

Dessa maneira, a temporalidade do acontecimento enunciativo não se assemelha ao tempo cronológico, ela é a forma como os sentidos se articulam por meio do presente, do que é enunciado em determinado momento, projetando uma futuridade e recortando o passado de significações como memorável. A futuridade são as interpretações possíveis pelo acontecimento enunciativo. Nesse acontecimento, não é o sujeito, isto é, o falante que temporaliza, mas o próprio acontecimento. Ele constrói a sua temporalidade.

Em relação aos falantes, eles se constituem no acontecimento enunciativo, não sendo, portanto, pessoas propriamente ditas, mas lugares de linguagem, lugares da enunciação, de modo semelhante ao que propunha Ducrot (1987) ao falar das vozes da enunciação – locutor e enunciador. Os falantes, então, representados pelos lugares de enunciação, só falam enquanto fazendo parte de uma relação entre falantes e língua, e entre línguas diferentes. Essas relações se dão num espaço chamado espaço de enunciação, como citado. Mas não há, nesse espaço, uma situação de igualdade entre falantes e línguas, o que gera uma disputa, um litígio entre eles. Nesse espaço os sujeitos são “[...] divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (Guimarães, 2017, p. 25). Por isso afirma-se que o espaço de enunciação é um espaço político.

O político, para a Semântica do Acontecimento, pode ser

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (...) deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (Guimarães, 2017, p. 22).

Dito de outro modo, o real da língua não separa somente as línguas, mas os sujeitos, de modo que a uns é dado o prestígio, seja linguístico ou de ordem social/política/econômica, que os faz serem sobrepostos a outros. Nessa relação, existem línguas que se destacam em detrimento de outras, assim como sujeitos aos quais o direito à palavra é garantido. Um exemplo disso é o prestígio conferido aos europeus, como tratado no capítulo sobre a decolonialidade, ao se falar de modernidade e sobre o conhecimento. A Europa é tida em muitos aspectos como centro do mundo e modelo de sociedade, esse é um exemplo. Outro exemplo, falando especificamente sobre a questão linguística agora, é a sobreposição do inglês em relação a outras línguas. Mas como

sugere Guimarães (2017), nesse contexto de desigualdade, os que estão numa posição desfavorável, aos quais os direitos são negados, buscam afirmar seu pertencimento e dessa maneira que o político se constrói.

Para exemplificar como funciona o político no acontecimento enunciativo e como se dá a relação entre os falantes no espaço de enunciação, traremos aqui a descrição feita por Eduardo Guimarães sobre o espaço de enunciação das terras que hoje são o Brasil com a chegada dos portugueses e também da língua portuguesa nesse espaço. Inicialmente, antes da chegada dos portugueses, esse espaço era constituído por falantes indígenas de línguas indígenas diversas (representaremos apenas uma língua indígena, conforme o exemplo dado pelo autor, por motivos didáticos). Tomando um povo indígena apenas como exemplo, temos que a relação se dá entre falantes e língua indígena X. Já com a chegada dos portugueses e, conseqüentemente, a língua portuguesa no espaço de enunciação de que estamos tratando, as relações se modificam e agora temos as relações representadas no esquema abaixo:

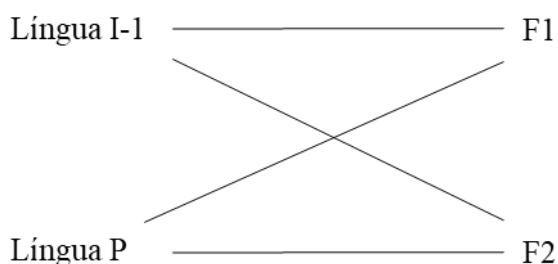


Figura 7 Esquema da relação entre línguas. Fonte: Guimarães (2018, p. 28)

O esquema mostra que nesse espaço de enunciação, a relação já não mais se dá de forma direta entre os falantes e uma única língua como representado pelas linhas retas horizontais que ligam Língua I-1 e F1, e Língua P e F2. Com a chegada dos portugueses no território indígena, as relações entre falantes e línguas passam a ser representadas pelas linhas transversais que agora ligam Língua I-1 a F2 e Língua P a F1. Ou seja, a relação entre línguas passa a existir, independentemente de os falantes falarem de fato ou não outra língua, a relação existe porque os falantes estarão sempre afetados pelas línguas faladas nesse espaço em que eles se misturam. Em outras palavras, os indígenas passam a ter contato com suas línguas e a Língua Portuguesa, e os portugueses passam a ter contato com sua língua e as Línguas Indígenas. Mas, conforme sinalizamos anteriormente, há no espaço de enunciação uma disputa entre falantes e línguas, na qual

uma acaba se sobrepondo à outra, ainda que os desiguais busquem o seu pertencimento. Nesse contexto do Brasil que passa a ser colônia portuguesa, a Língua Portuguesa passa a ser a língua oficial e, portanto, passa a ser língua obrigatória nos documentos oficiais, nas relações comerciais e sociais. A Língua Portuguesa passa, portanto, a ser a língua dominante nesse espaço de enunciação.

Há entretanto, no diagrama de Guimarães (2018), a relação do falante de Língua Portuguesa com a Língua Indígena. Essa relação é melhor explicitada pelo recorte analisado pelo autor ainda nessa discussão dessa configuração política do espaço de enunciação:

Martim Affonso de Souza (...) Faço saber (...) que havendo respeito em como Pedro de Góes, (...) servio muito bem Sua Alteza nestas partes (...) Eu hei por bem de lhe dar e doar as terras de Taquararira com a serra de Taperovira que está na banda donde nasce o sol com águas vertentes com o rio Jarabatyba o qual rio e terras estão defronte da ilha de S. Vicente *donde chamam Gohayó* [...] (Guimarães, 2018, p. 29)

Nesse trecho, vemos que a doação feita por meio da carta é enunciada em português, mas o emprego de alguns termos, como *Taquararira*, *Taperovira*, *Jarabatyba* e *Gohayó* sinalizam que os portugueses que enunciam nessa carta eram afetados também pelas línguas indígenas, e não somente pela língua portuguesa. Assim, a carta mostra o funcionamento, simultaneamente, de línguas diferentes, portuguesa e indígenas, no espaço de enunciação do Brasil colonial.

Atentemo-nos agora, especialmente, ao termo *Gohayó* e a forma como ele aparece na carta. Nela, é feita a doação das terras de São Vicente e quem enuncia sobre essas terras diz que a chamam de *Gohayó*, por meio da expressão *donde chamam*. Segundo Guimarães, apesar de a carta ser enunciada por um lugar de enunciação que representa o colonizador, este diz que existe um outro nome, utilizado por outras pessoas, que é o nome *Gohayó*, sendo a passagem *donde chamam Gohayó* enunciada por meio de uma outra voz, um outro lugar enunciativo, um lugar genérico de dizer. Além disso, vemos pela enunciação da carta que, embora haja quem chame as ilhas de S. Vicente de *Gohayó*, o nome enunciado como oficial é S. Vicente e ele é enunciado, assim como em toda a carta, em Língua Portuguesa. Assim, a carta mostra que no espaço de enunciação do Brasil colonial, como já sinalizado, existe a língua oficial e uma língua excluída. Em outras palavras,

[...] a língua portuguesa passa a ser língua oficial, mudando assim as relações de força no espaço de enunciação e assim o litígio que aí se constitui. Passa a haver uma língua que toma os falantes enquanto língua oficial, reguladora de relações, e assim exclui quem não é falante desta língua, e há outra língua (ou línguas) que constituem outros falantes, e estes são significados como excluídos (Guimarães, 2018, p. 33).

Esses excluídos aos quais o autor se refere são os indígenas e as suas línguas passam a ter menos força no espaço de enunciação do Brasil colonial, conferindo preponderância à Língua Portuguesa. É dessa maneira que o espaço de enunciação se mostra como dividindo as línguas e os falantes e funcionando de maneira política.

Trazendo o caráter político da enunciação sobre a doação das terras de S. Vicente para a pesquisa que estamos desenvolvendo aqui, podemos comparar o litígio entre as nomeações São Vicente e Gohayó com as nomeações de períodos e separações dos acontecimentos históricos nos livros didáticos de História que analisaremos. Nomeações como “Modernidade”, “Novo Mundo”, “Velho Mundo”, “Antiguidade Clássica” falam a partir de uma perspectiva europeia. Embora os manuais tenham sido escritos na atualidade por pesquisadores/autores que fazem parte de uma realidade não-europeia, eles se apropriam de uma nomeação de tradição europeia, o que gera nas enunciações de brasileiros sobre os acontecimentos históricos um conflito de dizeres que agenciam sujeitos diferentes. Temos nessas enunciações o inverso do que acontece na carta de doação das terras de São Vicente/Gohayó. Enquanto na enunciação de Martim Affonso de Souza, manifesta-se um lugar social de indígena⁸ que é impedido de falar, impedido de nomear à sua maneira aquele território, nas enunciações do livro didático, manifesta-se um lugar social de colonizador europeu que tem a sua nomeação como preponderante e legítima, à medida que não se nomeia de outra forma e apenas na perspectiva europeia de dizer. O litígio se constitui desta maneira na enunciação do manual didático: o dizer do europeu significa no dizer do historiador, ainda que este negue o primeiro. Em ambos casos, o colonizador, a sua língua e a sua perspectiva são soberanas. Em outras palavras, “O acontecimento da enunciação divide o real entre os que podem nomear (...) e os que não podem” (Guimarães, 2018, p. 52).

Ao trazer esses exemplos de Guimarães (2018), utilizamos expressões como “agenciam”, “lugar social”, “lugar genérico de dizer”. Essas expressões se remetem à

⁸ Esclareceremos sobre o agenciamento enunciativo e as denominações das figuras enunciativas com detalhes mais adiante, no tópico de Metodologia.

forma como o falante se manifesta na enunciação. Como já dissemos, os falantes não são pessoas propriamente ditas, mas lugares de enunciação, sujeitos de linguagem, e esses falantes se constituem na enunciação e não fora dela. Desse modo, a enunciação agencia os falantes, estabelecendo uma alocação na prática de linguagem (Guimarães, 2018). Em outras palavras, o acontecimento enunciativo estabelece na enunciação aquele que diz e aquele para quem se diz, e a relação entre estes, a relação de dizer algo de um a outro, é o que chamamos alocação. Essa alocação é o agenciamento dos falantes e, nesse agenciamento, aquele que diz e aquele para quem se diz são representados pelos lugares enunciativos aos quais nos referimos ao explicar sobre como o falante se constitui na enunciação. “O agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de *cena enunciativa*, que caracteriza as relações de uma *alocução*” (Guimarães, 2018, p. 45).

É importante não confundir a multiplicidade de vozes da enunciação, as diferentes vozes/lugares que constituem a relação de alocação no acontecimento, com o dialogismo e a polifonia tratada por outros autores, como Mikhail Bakhtin. Bakhtin, ao tratar da forma como as diferentes vozes se manifestavam nos romances especificamente, propôs a polifonia como marcada

[...] pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo (Bezerra, 2013, p. 194-195)

Nessa definição, vemos que Bakhtin tratou da polifonia especificamente nos romances e esta, então, era voltada para as diferentes posições assumidas pelas personagens no contexto do romance. Por essa definição, é possível que leitores estabeleçam relações entre as diferentes posições de figuras enunciativas das quais tratou Ducrot e mais tarde Eduardo Guimarães. No entanto, não se pode perder de vista que, primeiramente, essas posições ainda que consideradas pela individualidade de cada personagem do romance, ainda estavam atreladas ao autor do texto, isto é, aquele que produz, já que é a “[...] posição do autor em relação às personagens que caracteriza a polifonia no romance” (Bezerra, 2013, p. 199). Este primeiro ponto já se mostra divergente da abordagem da Semântica do Acontecimento, teoria que não analisa a posição da pessoa em si e, assim, do autor do texto. Este não é compreendido como indivíduo, mas como lugar de enunciação, que se constitui no acontecimento enunciativo. Outro ponto é que, para Bakhtin, as diferentes vozes que falam no romance, “[...]”

convivem e dialogam em pé de igualdade” (Bezerra, 2013, p. 194), enquanto que, para a teoria da enunciação que adotamos neste trabalho, a enunciação é marcada pelo caráter político, isto é, pela desigualdade, pela disputa entre as figuras enunciativas.

Das teorias que tratam da polifonia, podemos citar também a Teoria Polifônica da Enunciação desenvolvida por Oswald Ducrot. A Semântica do Acontecimento possui semelhanças com a noção de polifonia que esse autor propõe. Como já discutimos em tópico anterior, Ducrot, assim como na Semântica Histórica da Enunciação, não analisa o autor em si como participante da enunciação, detendo-se às diferentes posições que, segundo ele, são sustentadas por personagens enunciativas, isto é, pelo locutor e pelos enunciadores. Essas diferentes vozes/posições que permeiam a enunciação é o que fundamenta a construção de sentido nos textos, como também propõe Guimarães em sua Semântica da Enunciação. Dessa maneira,

Diferentemente de outras abordagens, baseadas na consideração da alteridade, não se trata de dizer que a linguagem é fundamentalmente dialógica. O agenciamento enunciativo, tal como o considero, é histórico: tanto pela caracterização do espaço de enunciação, em que a relação que o constitui é entre línguas e falantes, quanto da cena enunciativa em que o falante é agenciado a dizer numa alocação eu/tu (Guimarães, 2018, p. 65).

Tendo percorrido esses conceitos básicos da Semântica Histórica da Enunciação, partiremos para especificidades dessa teoria que serão o cerne das nossas análises. Primeiramente, no tópico a seguir, trataremos da argumentação, mostrando o percurso teórico traçado por Eduardo Guimarães para fundar as noções atuais de argumentação e argumentatividade e, também, relacionaremos isso com a proposta de argumentação desenvolvida por Ducrot, ao fundar a Teoria da Argumentação na Língua. Em seguida, descreveremos a metodologia de trabalho com a teoria foco desta pesquisa, esclarecendo melhor também sobre o agenciamento enunciativo e os lugares de enunciação citados neste tópico.

Uma introdução à argumentação pela Semântica do Acontecimento

Os estudos sobre argumentação na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação fundamentam-se nas propostas de argumentação desenvolvidas principalmente por Oswald Ducrot. No entanto, conforme Eduardo Guimarães explicita

em sua obra *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, publicada em 1995, as noções de argumentação desenvolvidas por Ducrot ainda mantinham uma limitação: a exclusão da história. Para Guimarães (2002, p. 66),

[...] a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência [...] A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo

É por esse motivo, em busca de estudar a argumentação como sentido produzido pela linguagem, considerando o que concerne ao social e ao político, que Guimarães começa a desenvolver sua noção de argumentação com base na ideia de texto e conceitos da Análise do Discurso. Desta teoria, o autor mobiliza principalmente os conceitos de posição de sujeito e interdiscurso como primordiais para a argumentação.

Para o autor,

[...] a argumentação é um modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro dizível. [...] O interdiscurso, o externo à língua nesta posição que adoto, é que movimenta a língua, que a põe em funcionamento. É o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação (Guimarães, 2002, p. 79)

O interdiscurso, conforme define Eni Orlandi (2015), é todo o passado de significações em relação a algo que se diz num dado acontecimento, isto é, é um “já-dito” que significa algo do presente do acontecimento de linguagem. Assim, fica claro nessas palavras de Guimarães que a sua concepção de argumentação, nesse período da teoria, estava fortemente atrelada, não só ao que é exterior à língua, mas principalmente à mobilização de um passado do acontecimento que é primordial na constituição do sentido.

Como é também fundamental para a compreensão do sentido a constituição do sujeito, Guimarães passa a entendê-lo na produção da argumentação na enunciação como posições de sujeito:

A argumentação exige, pois, para ser interpretada, a presença do interdiscurso como memória no acontecimento. O que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso. A posição do sujeito, a posição de onde se fala é o ‘argumento’ decisivo (Guimarães, 2002, p. 82)

As posições de sujeito para o autor seriam os diferentes lugares sob os quais o locutor do acontecimento se apresentava ao significar os argumentos e as conclusões para as quais eles apontavam. Isso constituiria no acontecimento a orientação argumentativa (trabalharemos mais adiante).

Para Guimarães, “[...] os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Ou seja, todo enunciado contém uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido” (Guimarães, 1987, p. 19). Assim as posições de sujeito que ele diz constituírem os argumentos na enunciação fundamentam-se na dialogia, na multiplicidade de vozes que representam essas diferentes perspectivas e também num passado fundador dos dizeres do presente do acontecimento. “É pela incorporação do conceito de Polifonia constituído por Bakhtine que a semântica da enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado” (Guimarães, 1987, p. 21).

É guiado pelo conceito de polifonia, deste modo, que Guimarães desenvolve as figuras da enunciação, dentre as quais ele distingue: o locutor, que é tido como o *eu* da enunciação; o alocutário, que é o *tu* do discurso; o enunciador e o destinatário. O locutor da enunciação é dividido em dois modos: O Locutor-L, que representa a fonte do dizer; e o Locutor-Lp, que é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. “O locutor-enquanto-pessoa deve ser caracterizado social e historicamente” (Guimarães, 1987, p. 21). Há também o Alocutário-enquanto-pessoa. Já o que ele chama de enunciador, “[...] é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” (Guimarães, 1987, p. 22).

Guimarães (1987) estabelece duas condições para as quais há polifonia num enunciado: a primeira é se houver mais de um locutor no enunciado; a segunda é se o enunciado apresenta mais de um enunciador.

Tendo definido a relação entre a posição de sujeito e a polifonia, e estabelecido o enunciador como a representação das diferentes posições defendidas na construção de uma argumentação no texto, Guimarães, com base nos estudos de Oswald Ducrot, propõe a noção de orientação argumentativa como fundamento dos estudos argumentativos. Para ele,

[...] orientar argumentativamente é apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. o que leva à conclusão é o próprio A. Ou seja, é tomado como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente (Guimarães, 1987, p. 25)

Alinhado ao conceito de orientação argumentativa, Guimarães (1987, p. 27) define a noção de classe argumentativa, com base no que Ducrot desenvolveu: “[...] uma classe argumentativa é constituída pelos enunciados cujos conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão que define a classe argumentativa”.

Esses conceitos foram trabalhados por Eduardo Guimarães na obra *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português* (1987). Nela, o autor elaborou um estudo de conjunções, buscando mostrar como esses elementos funcionam no acontecimento enunciativo guiando o sentido dos enunciados e conferindo aos textos uma organização textual. Esta, é gerada justamente pelo que Guimarães nomeia orientação argumentativa e que depende fundamentalmente do funcionamento de conjunções nos textos. O autor toma como base para desenvolver suas análises, bem como os procedimentos de teste do funcionamento das conjunções, os conceitos de polifonia e orientação argumentativa, em busca de construir um estudo enunciativo dos operadores argumentativos, que toma os sentidos como constituídos pela e na enunciação.

Nesse estudo das conjunções do português, nessa obra, Guimarães já define algumas conjunções como tendo um caráter mais argumentativo. Para chegar às conjunções que constituem construções argumentativas, ele analisa conjunções como *além disso/até mesmo/até, ou...ou, pois/já que, mas/embora, não só...mas também*, e as conclusivas – com foco no *portanto*, fazendo testes de inversão, negação, aplicação em pergunta, dentre outros para avaliar o funcionamento delas em diversas situações.

Em relação às três últimas que citamos – *mas/embora, não só... mas também e portanto* –, ele dedica capítulos inteiros para explorá-las, explicando a forma como se comportam na orientação argumentativa e a maneira como as diferentes vozes, isto é, a polifonia se estrutura nas construções em que se encontram. Detalharemos aqui um pouco do estudo do *mas* e do *portanto*, realizados por Guimarães (1987), por serem conjunções também estudadas pelo autor na obra *Semântica: enunciação e sentido* (2018) para tratar da argumentatividade. Nesta obra, ele define dois tipos de argumentatividade, concessiva e diretiva (trataremos melhor disso adiante), que envolvem justamente as conjunções em destaque aqui.

Segundo Guimarães (1987, p. 111), a estrutura de orientação argumentativa do *mas* se dá pela fórmula $X (A) \text{ mas } Y (B)$. Esta fórmula pode ser representada conforme o esquema abaixo:

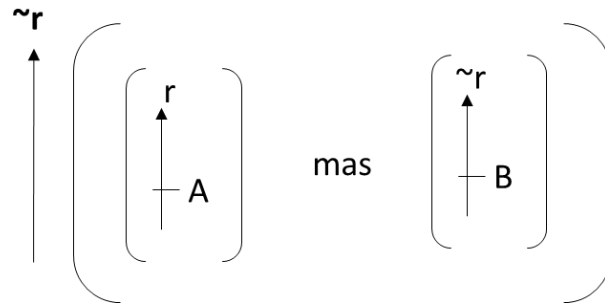


Figura 8 Esquema de representação da fórmula $X \text{ mas } Y$.
 Fonte: Guimarães (1987, p. 111)

Este esquema deve ser lido da seguinte maneira: “A é argumento em favor de r e B argumento em favor de $\sim r$, sendo este argumento predominante. Portanto, A *mas* B é argumento para $\sim r$ ” (Guimarães, 1987, p. 111).

Para melhor explicitar como se dá essa relação e a forma como o sujeito se desdobra nos enunciados, vejamos o exemplo dado por Guimarães (1987, p. 112):

- X { “Os incidentes do Leme envergonham o país/, /mas
 Y { o País não parece estar envergonhado /. / A nação não
 Z { está tomada por um sentimento doloroso de estupor ou de indignação”

Nesse exemplo, temos um locutor que diz que “o país não parece estar envergonhado”, isso representa a perspectiva de um enunciador – E1 –, e diz que “os incidentes do Leme envergonham o país”, que é outra perspectiva de outro enunciador – Eo. A perspectiva de E1 é a que prevalece nos enunciados, então, é ela quem dá a orientação da conclusão do texto. Em outras palavras,

[...] deve-se considerar a polifonia da enunciação. Neste caso específico, poderíamos considerar que E1 é a perspectiva de L, enquanto que Eo é a perspectiva de Lp. Esta duplicidade de perspectivas é que explica como o texto vai se construindo na direção da perspectiva de E1, mas vai se construindo um sentimento de adesão à necessidade de revolta dos brasileiros. Ou seja, pela convivência de perspectivas opostas o texto se constrói numa direção e busca adesão do leitor para a direção oposta à da sua própria construção. Ou seja, o texto se constrói na perspectiva de L (na direção de *o povo não se revolta*) e busca uma adesão, do alocutário-enquanto-pessoa, à revolta deste locutor-enquanto-pessoa (o povo *deve* se revoltar). Coloco aqui o *deve* como parte do resultado argumentativo do todo. Assim, vemos como o jogo de representações do sujeito da enunciação tem aqui seu valor

argumentativo próprio que se cruza com a orientação argumentativa (Guimarães, 1987, p. 118)

O modo como os enunciados do texto se articulam mostra a forma como enunciadorees que falam a partir de perspectivas opostas se organizam na enunciação, direcionando os seus sentidos. Isso mostra como os operadores argumentativos vão mostrando no funcionamento linguístico os argumentos decisivos para a enunciação. À forma como esses modos de dizer, pela constituição de diferentes enunciadorees, se estruturam no texto, apresentando diferentes perspectivas, Guimarães (1987) chamou Estratégias de Relação. Elas são “[...] uma representação do cruzamento de dois modos de presença da alteridade na enunciação” (Guimarães, 1987, p. 122). E falar em alteridade, é falar de polifonia na enunciação.

Do mesmo modo, as enunciações que apresentam conjunções conclusivas, como *portanto*, *logo* também são polifônicas e configuram-se com mais de uma voz, mais de um enunciador. Guimarães (1987) faz uma análise do seguinte enunciado:

Ele é brasileiro, logo joga bem.

Esse exemplo se funda em duas vozes: uma que presume que “Todo brasileiro joga bem”, e outra que enuncia a frase do exemplo. Atentemo-nos para a primeira voz/enunciador do exemplo, ele se constrói com base em um “[...] conjunto razoavelmente indefinido de pessoas, que tem em comum uma certa ‘crença’ a propósito de um fato” (Guimarães, 1987, p. 153). Guimarães chamou esse tipo de enunciador de genérico. Com base no primeiro esquema abaixo, delineou o esquema dos enunciadores desse exemplo, conforme se vê à direita:

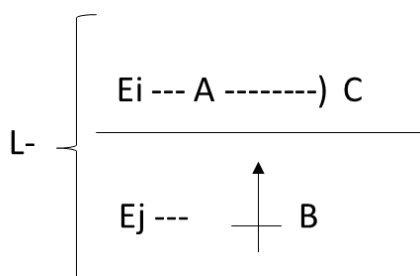


Figura 10 Esquema de enunciadores.
Fonte: Guimarães (1987, p. 156)

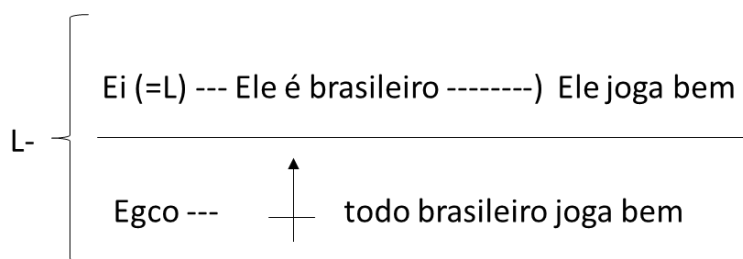


Figura 9 Esquema 2 de enunciadores. Fonte:
Guimarães (1987, p. 156)

O esquema à direita mostra que o Locutor/Enunciador i diz “ele é brasileiro” e isso é argumento para a conclusão de que “ele joga bem”. Há, no enunciado, a voz de um Enunciador genérico que presume que “todo brasileiro joga bem”. Se todo brasileiro joga bem e ele é brasileiro, então, pode-se concluir que ele joga bem. Por isso, a fala na qual se constitui o Enunciador genérico é um argumento para a conclusão “ele joga bem”. Com essa análise, Guimarães (1987, p. 159-160) afirma que:

[...] podemos dizer que há regularidades linguísticas que são capazes de representar um lugar (do Egco) que representa crenças historicamente constituídas. E de tal modo que [...] nem mesmo a comprovação de sua falsidade, se isso for possível, tira-lhe o valor argumentativo que o locutor através da representação de Egco lhe confere. Assim o estudo das conclusivas nos leva à observação de um fenômeno fundamental para a abordagem do discurso: os lugares linguísticos em que se representa o ideológico. Esta última afirmação teria o seguinte sentido. A dialogia fundamental da linguagem constitui os lugares para perspectivas de enunciadores diversos constituindo assim o lugar de onde pode falar uma voz ideologicamente constituída.

Desse modo, a forma como as conjunções articulam enunciados e constituem perspectivas na enunciação é o que mobiliza questões ideológicas no texto, produzindo ao mesmo tempo uma dialogia, na qual diferentes vozes ecoam na enunciação.

Pelas análises que Guimarães desenvolve na obra *Texto e Argumentação*, vemos que ele coloca a questão da orientação argumentativa como fundamental para organização do texto e também foca na constituição do sujeito pela dialogia interna ao texto, isto é, o sujeito, neste período da teoria é entendido pela perspectiva da polifonia. Mais à frente, neste trabalho, mostramos a perspectiva de argumentação trabalhada por Guimarães em sua obra *Semântica: Enunciação e Sentido* (2018), na qual ele discute de uma maneira distinta da exposta neste tópico sobre a constituição do sentido e a orientação argumentativa, centrando a argumentação na sustentação de posições na enunciação com base na constituição do sujeito pelo agenciamento enunciativo. Este conceito começa a ser debatido por Eduardo Guimarães na obra *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, publicada em 2002. Pelos estudos que ele desenvolve a partir daí, ele define que

[...] a enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua. No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação. Neste embate entre línguas e falantes, próprio dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente (Guimarães, 2017, p. 30)

Esse conceito de agenciamento enunciativo será melhor detalhado no tópico de Metodologia.

Em suma, embora o autor mantenha semelhanças marcantes de um período da teoria para o outro, mas é preciso estabelecer aqui que as aproximações com a teoria de Oswald Ducrot diminuem à medida que Guimarães passa a entender a argumentação com base no agenciamento enunciativo. O autor não mais concentra-se na questão da polifonia, dando lugar a uma constituição do sentido com base na interação entre as figuras da enunciação, configurada politicamente no espaço de enunciação. Essa explicação exige aqui que façamos uma distinção. Enquanto a polifonia refere-se à multiplicidade de vozes e perspectivas num dado enunciado, o agenciamento refere-se à forma como as diferentes figuras da enunciação se mobilizam, constituindo posições e sentidos no acontecimento enunciativo. Em outras palavras, a polifonia é existência de diferentes vozes na língua, a dialogia interna aos enunciados. Já o agenciamento faz parte do processo de construção do sentido, tomado em seu caráter histórico, não podendo ser dissociado do aparecimento do acontecimento de linguagem.

O próximo capítulo detalha a maneira como a orientação argumentativa e a argumentação são abordadas pela Semântica do Acontecimento atualmente.

Capítulo 4: Metodologia

Neste capítulo, discorreremos sobre procedimentos de coleta e análise de dados, detalhando conceitos teórico-metodológicos da Semântica Histórica da Enunciação, como a noção de sujeito para essa teoria, bem como as nomenclaturas dos diversos desdobramentos desse sujeito; o conceito de sondagem, utilizado para seleção dos dados; os conceitos de relações de articulação e reescrituração; e traremos também a maneira como a argumentação e a argumentatividade organizam os processos de construção de sentido, na mobilização dos falantes na enunciação.

Constituição dos sujeitos: o agenciamento enunciativo

Conforme explicitamos em tópicos anteriores, o acontecimento enunciativo se dá pela prática de linguagem, isto é, por alguém enunciar algo. No entanto, ressaltamos também anteriormente ao tratar daquele que fala, do falante, que ele não deve ser aqui tratado como uma pessoa propriamente dita. Na Semântica do Acontecimento, dizemos que o falante é agenciado pela enunciação a dizer, sendo, portanto, constituído por figuras enunciativas que se apresentam pelos diferentes modos de enunciar. Essas figuras se dividem entre *aquela que diz* e *aquela para quem se diz*. A projeção de sentidos pela enunciação daquele que diz àquele para quem se diz nomeia-se *alocução* (GUIMARÃES, 2018).

Para melhor compreendermos como se dá o agenciamento dos falantes na enunciação, tomemos uma análise de Guimarães (2018, p. 43) de um recorte da carta escrita por Pero Vaz de Caminha, ao descrever a chegada dos portugueses no Brasil:

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a terra da Vera Cruz [...]
Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Conforme explicita o autor sobre o recorte, a nomeação que Pedro Álvares Cabral atribui ao monte e às terras do Brasil, respectivamente Monte Pascoal e Vera Cruz, são guiadas pela religião oficial do império português, a religião cristã católica. Isso quer dizer que Cabral não nomeia por escolha, vontade própria, ele nomeia enquanto afetado pela posição social que ocupa, ou seja, enquanto oficial do império português de base católica. Assim, sua nomeação não poderia ser de outro modo senão em Língua Portuguesa e afetado pela religião oficial do império do qual o oficial português faz parte. O autor afirma, assim, que Pedro Álvares Cabral é agenciado a dizer de um modo e não de outro, ou seja, agenciado pela língua que fala e pela posição que ocupa.

Deste modo, o que estamos dizendo é que a enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido se constitui exatamente pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem (Guimarães, 2018, p. 44).

É com base nisso, pensando no falante como agenciado pelo acontecimento enunciativo que se considera, na Semântica Histórica da Enunciação, o falante como um lugar de enunciação determinado por aspectos político-sociais envolvidos nas condições de produção de uma enunciação, isto é, um sujeito constituído na e pela linguagem nas suas relações entre o linguístico e o extralinguístico. Para entender como se dão esses lugares, retomemos novamente ao trecho analisado por Guimarães (2018). Nesse trecho, Caminha narra sobre a nomeação de Cabral às terras do Brasil. Ao enunciar sobre isso, Caminha passa a ser aqui o Locutor, aquele que diz na enunciação. Mas esse lugar só é autorizado a dizer estando afetado por um lugar social ocupado por ele, assim, o Locutor só enuncia enquanto lugar social. Esse lugar social chamamos de alocutor-x, em que x é o lugar social ocupado pelo Locutor. Sendo Caminha o autor da carta, dizemos que o lugar social agenciado pela enunciação da carta é o de oficial, sendo então, um alocutor-oficial (Guimarães, 2018).

Além desses dois lugares, Locutor e alocutor-x, temos mais um lugar do qual fala o *eu* da enunciação, o de enunciador. O enunciador se diferencia dos outros dois lugares apresentados porque ele se apresenta como um lugar que não se identifica como falando numa enunciação, isto é, não se apresenta como agenciado, mas como se o próprio indivíduo fosse. Em outras palavras, o enunciador é

[...] um eu que desconhece que fala de algum lugar. A tal ponto que se toma como a pessoa, meramente enquanto tal [...] Aqui o lugar de Locutor se representa como *lugar de dizer* simplesmente (Guimarães, 2017, p. 33).

Esse lugar de dizer, o enunciador, pode se apresentar na enunciação de diferentes modos, podendo ser:

- a) Enunciador-universal: esse tipo de enunciador representa um lugar que se entende como não fazendo parte da história, como um lugar que fala sobre fatos do mundo, sobre o que se considera incontestável. É “[...] um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (Guimarães, 2017, p. 34-35);
- b) Enunciador-individual: diferentemente do enunciador universal, é um lugar que enuncia no âmbito do subjetivo, do que é particular e que não necessariamente é convencionalizado socialmente. É um lugar que “retira o dizer de sua circunstancialidade” (Guimarães, 2017, p. 34);

- c) Enunciador-coletivo: este se diferencia do enunciador individual por enunciar a partir do lugar de um grupo, a partir de concepções compartilhadas por esse grupo; e
- d) Enunciador-genérico: esse tipo de enunciador fala do lugar do senso comum, sobre o que se é convencionalizado socialmente. Quando se enuncia do lugar genérico, enuncia-se “[...] do lugar de um acordo sobre o sentido de repetir o dito popular” (Guimarães, 2017, p. 34). Um bom exemplo de enunciação do lugar genérico de dizer é o provérbio.

Esses lugares de enunciação, ao serem agenciados pelo acontecimento, constituem o que se denomina cena enunciativa. É na cena enunciativa que os lugares enunciativos se relacionam e constituem a alocação. No entanto, essa alocação é formada, na enunciação, não somente por aqueles que falam na enunciação, que são o Locutor, o alocutor-x e os enunciadores, mas também é formada por aqueles para quem se fala, como mencionamos. Na enunciação, dizemos que um *eu* diz algo a um *tu* e é isso que constitui a alocação. Assim, o Locutor, o alocutor-x e os enunciadores podem ser entendidos como o eu da enunciação, aqueles que falam. E o tu da enunciação, aqueles para os quais o Locutor e o alocutor-x falam, seus correlatos são, respectivamente, o Locutário e o alocutário-x. Assim, na alocação, o Locutor enuncia algo para o Locutário, e o alocutor-x enuncia para o alocutário-x. O enunciador, como lugar de dizer somente, não estabelece relação com outro lugar de enunciação, mas com aquilo que se enuncia (Guimarães, 2018).

Essas figuras enunciativas apresentadas não se constituem no acontecimento de modo linear, em situação de igualdade, há entre elas uma disputa que as mantém desiguais e isso marca o caráter político da enunciação. O espaço no qual essas figuras se constituem e disputam por pertencimento é o espaço de enunciação como definimos anteriormente e esse espaço é político. Os lugares enunciativos falam, enquanto fazendo parte desse espaço e elas falam numa cena enunciativa. Desse modo, a “[...] cena enunciativa é um agenciamento político da enunciação, que pode significar de modo específico o memorável do acontecimento, e as relações entre os lugares da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 58). Dado esse agenciamento político da enunciação, que gera divisão dos lugares enunciativos, podemos dizer que a enunciação é politópica.

Já dissemos aqui que no agenciamento dos falantes na enunciação, os lugares enunciativos que se constituem e se relacionam, formando a alocação. As relações, no entanto, não se dão somente de um eu para um tu. Existem modos de relação entre as

figuras enunciativas que fazem com que dois lugares enunciem ao mesmo tempo, isto é, há na enunciação dizeres diferentes que funcionam ao mesmo tempo. Esses modos de relação são diferentes modos pelos quais os dizeres significam na enunciação, assim, esses

[...] modos de significar são modos pelos quais o acontecimento mostra (não diz diretamente) seu modo de funcionamento semântico. São modos de ‘comentar’ indiretamente o próprio dizer da cena. Estes modos de ‘comentário’ podem se dar por *apresentação* e por *alusão* (Guimarães, 2018, p. 68).

Esses modos de comentar os dizeres na cena enunciativa se dão da seguinte maneira: é possível que um lugar social, de alocutor-x, enuncie algo e ao mesmo tempo, nesse dizer, esteja presente o dizer de um enunciador-individual, por exemplo. Esses comentários, como dito, podem se dar por meio da apresentação ou da alusão. A apresentação consiste em apresentar em seu dizer um dizer advindo de outro lugar ou, dito de outro modo, consiste em mostrar o dizer de um enunciador, por exemplo, por meio do dizer de um alocutor-x. Já a alusão consiste em evocar, num dizer específico, um outro lugar enunciativo e, conseqüentemente, o que se diz a partir desse lugar. Um enunciador-universal, por exemplo, pode evocar em seu dizer um enunciador-individual e o que se diz a partir dele.

Dois aspectos devem ser ressaltados aqui quanto aos modos de relação entre as figuras enunciativas: o primeiro é que é preciso não perder de vista que o Locutor só é autorizado a dizer enquanto afetado pelo lugar social que ocupa, assim, quando o Locutor enuncia, é necessária a alusão ao alocutor-x para que ele possa enunciar. Outro ponto é que quando um lugar de enunciação “comenta” o dizer de um outro lugar, ou seja, relaciona-se com outro lugar por meio da apresentação ou da alusão, ele o faz para “produzir uma sustentação específica para o que se diz” (Guimarães, 2018, p. 69).

A sustentação de algo para o tu da enunciação é a sustentação de uma posição relativamente a algo sobre o que se diz e isso é tratado pela Semântica Histórica da Enunciação como argumentação. Essa perspectiva de trabalhar a argumentação é diferente de outras que fogem aos estudos enunciativos, como por exemplo, a maneira que a Retórica estuda esse tema. Esse modo difere-se também da forma como Oswald Ducrot desenvolveu seus estudos sobre a argumentação (como já mostrado na apresentação da Teoria da Argumentação na Língua). Assim, mostraremos essas diferenças, apresentando nos próximos tópicos a argumentação na perspectiva de

Eduardo Guimarães, bem como outros procedimentos de análise desenvolvidos pelo autor.

Procedimentos de Seleção e Análise de Dados

A construção dos sentidos pelo acontecimento se dá pela maneira como o agenciamento dos falantes na enunciação significa os enunciados em seus movimentos de integração ao texto. Essa integração dos enunciados ao/no texto podem se dar por dois diferentes modos de relação que são fundamentais para construção dos sentidos: a articulação e a reescrituração (Guimarães, 2018).

A reescrituração é o procedimento pelo qual um termo retoma outro já dito na enunciação, integrando os enunciados nos quais o elemento que reescritura e o elemento reescriturado estão. Esse modo de redizer algo já dito não pressupõe que os elementos envolvidos na reescrituração – o que reescritura e o reescriturado – serão iguais ou terão sentidos iguais. Esses elementos são diferentes entre eles e não precisam, necessariamente, estarem contíguos na enunciação. Ou seja, os elementos são tomados como diferentes de si, independentemente do modo pelo qual se dá a reescrituração (apresentaremos os diferentes modos mais adiante) e independentemente da distância que se encontram um do outro no texto (Guimarães, 2009).

Esse procedimento é caracterizado por Guimarães (2018, p. 86) como uma *operação de atribuição de sentido (determinação semântica)*. Fazemos aqui uma breve pausa na nossa explicação sobre a reescrituração para falar desse tipo de operação em especial. A relação de determinação semântica é uma “[...] relação de uma palavra a outra palavra” (Guimarães, 2007, p. 77). Essa relação é fundamental para a construção dos sentidos na enunciação. Nela, “[...] uma expressão determina outra na medida em que esta se apresenta como por ela determinada pela enunciação” (Guimarães, 2007, p. 79). É por meio dessa definição de relação de determinação que Guimarães (2007) desenvolve o conceito de Domínio Semântico de Determinação – DSD, que consiste numa rede de relações que uma palavra possui com outras expressões e que, quando esquematizadas por meio de sinais específicos, mostram o funcionamento da palavra analisada, isto é, o que ela significa ou aquilo que ela designa. A designação, por sua vez,

[...] é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. E não se trata, simplesmente, de considerar os objetos existentes e os conjuntos de que fazem parte. A partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma

certa relação entre as palavras. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos (Guimarães, 2007, p. 82)

Sendo a determinação semântica uma relação de atribuição de sentido, de designação entre elementos linguísticos no acontecimento enunciativo, dizemos que a reescritura é uma relação de designação, de atribuição de sentido e, portanto, de determinação semântica. Essa determinação de sentido das expressões na reescritura, conforme Guimarães (2009), pode se dar de diferentes modos, são eles:

- a) por repetição: como o próprio nome sugere, esse tipo de reescritura acontece quando se tem uma repetição de uma palavra em enunciados diferentes ou num mesmo enunciado.
- b) por substituição: a reescritura por substituição ocorre quando um termo retoma outro por meio da sua substituição, seja por meio de uma anáfora ou por meio da substituição por outra palavra.
- c) por elipse: esse modo de reescritura é feito por meio da elipse ou apagamento de um termo. Ele pode ocorrer, por exemplo, quando o sujeito está oculto e é possível identificá-lo pelo verbo.
- d) por expansão: a reescritura por expansão acontece quando uma expressão é expandida por meio de seu detalhamento, seja por uma definição, por uma enumeração, por um desenvolvimento. Esses resultados da reescritura, nós explicaremos melhor mais adiante.
- e) por condensação: ocorre quando uma expressão condensa algo que foi dito, transformando um segmento com muitos elementos em um segmento com apenas um, por exemplo.

Esses diferentes modos de reescritura resultam em diferentes modos de significar na enunciação, isto é, produzem relações de sentido diferentes entre os elementos envolvidos na reescritura (Guimarães, 2018). Essas relações de sentido podem produzir:

- a) Sinonímias: numa reescritura por substituição, ao utilizar um termo para retomar uma palavra da enunciação, o elemento que reescritura predica (ou seja, atribui sentido por meio de uma relação de determinação) o elemento reescriturado (Guimarães, 2018), fazendo com que os sentidos de ambas expressões estejam interligados e sejam sinônimos na enunciação. Isso mostra que a polissemia é uma característica marcante na reescritura.

- b) Especificação: esse tipo de relação de sentido ocorre quando o elemento que reescritura especifica o reescriturado, atribuindo-lhe sentido por meio dessa especificação. A reescrituração por substituição, por exemplo, pode especificar uma expressão na enunciação.
- c) Desenvolvimento: essa relação, geralmente, é fruto da reescrituração por expansão, na qual o elemento reescriturado é desenvolvido para enumerações ou detalhamento. Considerando a enumeração “[...] uma acumulação, os elementos vêm coordenados e em contato” (Guimarães, 2009, p. 57).
- d) Globalização ou totalização: ocorre quando há uma reescrituração por condensação, na qual um seguimento composto por vários elementos é reduzido, sendo reescriturado por um único elemento menor.
- e) Definição: é o tipo de relação de sentido na qual se “[...] estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado” (Guimarães, 2018, p. 91).

Assim, a reescrituração se dá de diferentes modos e cada modo de reescriturar pode resultar em relações de sentido diferentes, como mostrado acima.

Outro modo de relação fundamental que se constitui na enunciação e que descrevemos no nossos procedimentos de análise é a articulação. A articulação

[...] é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento (Guimarães, 2018, p. 80).

Como podemos ver pela definição, a articulação se diferencia da reescrituração pelo fato de ser um tipo de relação em que há, necessariamente, uma contiguidade entre os elementos. Alguns exemplos de relações de articulação são a predicação, a caracterização (que é a relação de determinação – entre determinado e determinante), complementação, dentre outras (Guimarães, 2018).

Esse tipo de relação de contiguidade pode se dar por três modos diferentes: por dependência, por coordenação e por incidência. “A articulação por *dependência* se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (Guimarães, 2018, p. 81).

A articulação de *coordenação* é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes [...] Em outras palavras, a articulação por

coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade (Guimarães, 2018, p. 81)

Esse tipo de articulação pode ocorrer em relações argumentativas, ao ligar, num enunciado, um trecho a outro, pela presença de uma conjunção. Nessa relação e, em outras, o que caracteriza a articulação por coordenação é o acúmulo de elementos, ao qual se referiu Guimarães, e ao qual o autor nomeia enumeração.

Já a articulação por incidência, ela “[...] é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (Guimarães, 2018, p. 81). Em outras palavras, na articulação por incidência, não há necessariamente caracterizações ou determinações entre os elementos, mas há a produção de um elemento diferente dos envolvidos na articulação, um elemento que pode ultrapassar o enunciado. Esse tipo de articulação ocorre quando se tem uma argumentação. Um bom modo de mostrar o funcionamento de uma articulação por incidência é mostrar a maneira como o funcionamento de um operador argumentativo pode guiar o sentido de um enunciado, incidindo não somente nele, mas em toda a enunciação. Para exemplificar como se dá esse tipo de articulação, trazemos aqui a análise do *até mesmo*, feita por Guimarães (2018, p. 82), por meio de um recorte do poema “Auto-retrato”, de Manuel Bandeira. Vejamos abaixo:

Poeta ruim que na arte da prosa
Envelheceu na infância da arte,
E até mesmo escrevendo crônicas
Ficou cronista de província

Nesse recorte, temos uma coordenação por meio dos versos (os elementos desse enunciado, nesse caso) que direcionam para a conclusão de que o poeta referido no texto escrevia mal. Um dos versos que compõe essa coordenação é “E *até mesmo* escrevendo crônicas”. Esse verso, em particular, não somente introduz uma das formas de escrever mal do poeta – que é escrevendo crônica – mas avalia, no poema, esse modo ruim de escrever, fazendo um comentário sobre a enunciação. O *até mesmo*, então, não introduz no recorte um simples elemento a mais sobre o poeta, mas argumenta sobre o fato de o autor escrever mal. Em outras palavras, o *até mesmo* sustenta, no recorte, “[...] a posição de que se trata de um mau escritor” (Guimarães, 2018, p. 83). Ao comentar por meio do *até mesmo*, avaliando a maneira que o poeta escreve, esse conectivo não incide somente sobre o enunciado em que aparece, mas sobre toda a enunciação, reforçando e

sustentando, na enunciação, a ideia de que o poeta escreve mal. Assim, “O elemento que incide, ao se articular no enunciado, apresenta uma enunciação que comenta a si mesma, ou seja, uma enunciação que fala da enunciação do enunciado que se enuncia” (Guimarães, 2018, p. 83).

Diante do exposto, pode-se perceber que a articulação por incidência se difere dos outros tipos de articulação. Enquanto as articulações por coordenação e por dependência mobilizam relações entre elementos do próprio enunciado, ou seja, relações que funcionam internamente ao enunciado, a articulação por incidência transcende o enunciado, interferindo em toda a enunciação, incidindo sobre ela. Sendo distintas nos modos de constituir sentido nas enunciações, as articulações são movimentos de diferentes lugares enunciativos:

Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual a enunciação de um lugar de Locutor se relaciona à enunciação de lugares de dizer (enunciadores) diferentes (Guimarães, 2018, p. 84).

A maneira como o acontecimento significa os lugares enunciativos, significando as articulações entre elementos nos enunciados faz com que o texto tenha sentido. Não podemos perder de vista que essas articulações tecem os sentidos nos enunciados, enquanto integrando um texto, isto é, essas articulações, antes das relações entre elementos de um enunciado, fundamentam a integração entre a unidade de análise e o texto.

Falaremos agora da forma como selecionamos enunciados e, portanto, relações entre expressões para construir nossas análises. O procedimento inicial para selecionar enunciados a serem analisados é o procedimento de sondagem. Esse procedimento envolve encontrar enunciados em recortes da enunciação na qual se pretende debruçar e explorá-lo, esmiuçando seus elementos, as relações entre eles e as relações desse enunciado com outros do texto do qual foi recortado. A seleção desses enunciados é feita com base na pergunta de pesquisa que o analista pretende responder (Guimarães, 2018). A nossa pergunta norteadora dos enunciados a serem analisados, por exemplo, é “como os livros didáticos sustentam posições eurocêtricas em suas enunciações sobre acontecimentos históricos?”. Por essa pergunta, procuraremos recortar enunciados de livros didáticos de História que mostrem indícios de que, por meio da forma como são

narradas as temáticas (como colonização, escravização, culturas e povos), há um favorecimento de perspectivas que priorizam ou privilegiam de algum modo o europeu ou a Europa. Para isso, selecionaremos enunciados que mencionem de alguma forma europeus ou a Europa e suas relações com povos distintos ou enunciados que estabeleçam relações entre aspectos culturais geralmente praticados na Europa e aspectos culturais típicos de outras regiões do mundo. Com base nisso, realizamos análises desses enunciados, identificando relações de reescrituração e articulação que interessam para responder ao nosso questionamento de pesquisa.

Esse procedimento

[...] permite tomar enunciados existentes, de textos existentes, sem que se tenha que tomar um corpus de tal forma grande que não permite olhar a especificidade do que se quer analisar. E isto se deve ao fato de que não é a quantidade de recortes que fará a análise avançar, mas a capacidade do analista de encontrar recortes com enunciados decisivos para a análise que se pretende (Guimarães, 2018, p. 79)

Assim, a sondagem prioriza a seleção de enunciados que se mostrem como qualificados para responder à pergunta do analista. Para o nosso trabalho, portanto, quanto mais presentes descrições sobre acontecimentos históricos, tratando sobre a maneira como o europeu/Europa esteve envolvida neles e nas relações entre povos, mais alinhamento à nossa pergunta de pesquisa e, assim, maior chance de selecionar essas descrições do livro didático.

Outro procedimento que realizamos em nossas análises é a elaboração de paráfrases. Elas servem para dizer algo de outra maneira, sem que o sentido seja prejudicado. As paráfrases possibilitam mostrar o funcionamento do recorte, muitas vezes, explicitando o movimento argumentativo que os operadores constroem entre os enunciados. “A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização” (Orlandi, 2015, p. 34).

Tendo descrito as categorias semânticas principais que fundamentam as relações de sentido no acontecimento enunciativo e, portanto, guiam procedimentos de seleção e análise, faremos, no próximo tópico, um aprofundamento no que concerne às articulações por incidência, descrevendo a maneira como se constitui a argumentação na enunciação e como os lugares enunciativos se constroem nesse modo de significar.

Argumentação e argumentatividade

Como mostramos no tópico anterior, a argumentação se configura num tipo de articulação, a articulação por incidência, construindo, assim, sentido numa relação de contiguidade no enunciado. Sendo um tipo de articulação, a argumentação é, então, entendida como uma relação de sentido que se constitui pela sustentação que o eu da enunciação faz ao tu desta sobre algo do que se fala. Em outras palavras, ao ser agenciado a falar na enunciação, aquele que enuncia sustenta uma posição ao apresentar aquilo que diz nas formas de argumento e conclusão. “Ou seja, a argumentação se dá como engajamento de um lugar que enuncia uma relação entre X e Y enquanto uma razão (X) para uma conclusão (Y)” (Guimarães, 2018, p. 97). Essa sustentação, no entanto, se faz a partir do que o lugar social enuncia, ou seja, quem sustenta algo a alguém é o alocutor-x. Assim, a argumentação “é uma relação própria do lugar social de dizer” (Guimarães, 2018, p. 98).

Para exemplificar como se dá a sustentação de uma posição que alocutor-x faz para o alocutário-x, traremos partes importantes para compreensão da argumentação da análise desenvolvida por Eduardo Guimarães sobre um trecho retirado da obra *História da Província Santa Cruz*, de Gandavo. Vejamos o recorte:

A língua de que usam toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes. Mas não de maneira que se deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de 27 graus, que daí por diante, há outra gentildade de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua diferente. [A] Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei. [B] E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido (trecho retirado de Guimarães, 2018, p. 100)

Antes de adentrarmos nas considerações que o autor fez sobre o recorte, destacamos o fato de a obra ser oferecida a um português, por meio da dedicatória “Ao Muito Ilustre Senhor Dom Lionis Pereira”. Essa dedicatória direciona os sentidos da enunciação à medida que ela constitui o lugar social de português, tanto por parte daquele que diz, quanto aquele para quem se diz. Assim, constitui-se nessa obra e nesse recorte um alocutor-português e um alocutário-português, a quem se direciona a enunciação.

Tendo definido isto, começamos a descrição da análise pela formação nominal *coisa digna de espanto*, do trecho [A] do recorte. Essa formação nominal é uma avaliação do alocutor sobre o fato de a língua indígena não ter as três letras – f, l e r. Essa avaliação articula-se no enunciado [A] ao *porque* e ao *assim* que ligam, no enunciado, a carência das letras a *não tem Fé, nem Lei, nem Rei*. A conclusão a que chega o alocutor-português e a qual ele considera *coisa digna de espanto* é a de que a falta das letras significa a falta de fé, de lei e de rei. Essa é a posição sustentada pelo alocutor, posição que nega especificidades da língua e, portanto, a cultura indígena. Assim, a posição que o alocutor-português sustenta na enunciação é uma posição de Portugal (Guimarães, 2018).

Considerando a perspectiva em prol do português e contra aspectos ligados à cultura indígena, percebida no recorte e na obra como um todo, pode-se afirmar que o alocutor é um alocutor-colonizador. Essa perspectiva se confirma ainda mais no enunciado [B], quando o alocutor conclui que os indígenas vivem desordenadamente, em decorrência da falta das letras que levam à ausência de fé, lei e rei. Desse modo, temos que, no recorte, tudo que precede o enunciado [B] funciona como argumento para sustentar *E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido*.

A sustentação da posição do alocutor constitui também lugares de dizer, enunciadores, nos modos como o lugar social sustenta o seu ponto de vista. Para mostrar de maneira mais clara como esses lugares se constituem, o autor faz uma paráfrase de parte do recorte:

Observando a língua vê-se que ela carece de três letras, não se acha nela f... Isto para mim é digno de espanto porque assim não têm Fé...

Por essa paráfrase elaborada por Guimarães (2018), vemos de maneira mais explícita o que é fato, característica incontestável da língua e o que expressa uma opinião, avaliação do alocutor. A carência das três letras na língua indígena é algo no âmbito do observável, do que é verdadeiro, sendo enunciado, portanto, do lugar de enunciador universal. Já afirmar que isso é digno de espanto é algo subjetivo, individual, algo que avalia a condição da língua indígena, algo que se enuncia, assim, do lugar de enunciador individual. Desse modo,

[...] o alocutor apresenta o E-ind. Ou seja, o E-ind diz *coisa digna de espanto por isso não têm Fe... por isso vivem desordenadamente*

afetado pela apresentação do alocutor. Ao mesmo tempo podemos considerar que o E_{ind} alude o E_{univ}. Ou seja, a objetividade da relação do lugar de dizer é atraída pelo dizer do alocutor, do lugar social de dizer, significando assim, neste recorte, uma relação de argumentação (Guimarães, 2018, p. 105).

Assim, a argumentação é a sustentação que o alocutor-x faz para o alocutário-x em relação a algo que é significado pela enunciação, isto é, o lugar social constrói argumentos que sustentem uma conclusão que é significada no acontecimento e, nesse processo, a sustentação mobiliza lugares de dizer diferentes que evidenciam diferentes modos pelos quais uma posição é sustentada nesse acontecimento enunciativo (Guimarães, 2018).

No processo de sustentação de posições, o funcionamento da língua na enunciação faz significar diferentes maneiras de orientar os sentidos, diferentes diretividades do dizer às quais Eduardo Guimarães (2018) nomeia orientação de argumentatividade. Ela se constrói no acontecimento pela maneira como os enunciados se integram uns aos outros, apresentando as posições sustentadas no texto. “Este modo de apresentar a continuidade do texto como elemento de significação é o que chamamos de argumentatividade da enunciação, ou orientação de argumentatividade” (Guimarães, 2018, p. 111).

Os modos como os enunciados se articulam e os conectivos que ligam esses enunciados podem orientar o sentido do texto de determinadas maneiras, ou seja, a orientação de argumentatividade se dá de formas diferentes, que dependem de como os enunciados se articulam. Existem dois modos de orientação da argumentatividade, são eles: argumentatividade concessiva e argumentatividade diretiva. A primeira refere-se a relações entre enunciados, nas quais eles são ligados por meio de uma conjunção adversativa, são as relações do tipo *X mas Y*. Esse tipo de argumentatividade é representado por *[X NE Y]*, que se lê *[X NO ENTANTO Y]*. Já o segundo tipo de argumentatividade, a diretiva, ela se configura pela relação entre enunciados, em que um é critério para concluir o outro, isto é, por um, pode-se concluir o que é dito no outro. Eles são articulados por conjunções conclusivas, ou seja, que representam relações de conclusão, por isso, fazem parte de relações do tipo *X por isso Y*. Esse tipo de relação é representado por *[X PT Y]*, que significa *[X PORTANTO Y]*.

As articulações entre os enunciados que guiam a argumentatividade são representadas em esquemas pela forma como elas significam a partir da sustentação que o alocutor-x faz na enunciação e dos lugares de dizer que ele mobiliza para sustentar as posições. Para exemplificar a maneira como os lugares enunciativos se relacionam e como

isso é esquematizado, Guimarães (2018, p. 114) retoma o recorte do texto de Gandavo (1576) abaixo:

Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar [A]. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos [B]. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei [C]. E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido

Em relação a esse recorte, o autor destaca algumas reescrituras, como o *esta* na expressão *esta de que trato*, que faz uma reescritura por substituição da formação nominal *língua dos índios*; também a palavra *coisa*, que reescritura por condensação o enunciado [B], *Carece de três letras (...)* não se acha nela, f, nem, l, nem, r. E enfim, depois dessas reescrituras, a articulação entre *coisa digna de espanto* e *porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei* por meio do *porque* produz uma argumentatividade diretiva, do tipo [X PT Y]. Nessa argumentatividade, a posição que o alocutor-português sustenta é a de que os indígenas *vivem desordenadamente* e o enunciado que funciona como argumento para sustentar essa conclusão é o [B], que propõe que os indígenas *não têm Fé, nem Lei, nem Rei*. Mas para sustentar essa posição o alocutor alude o Locutor, que apresenta o dizer de um enunciador. Assim, essa mobilização dos lugares é representada da seguinte maneira por Eduardo Guimarães:

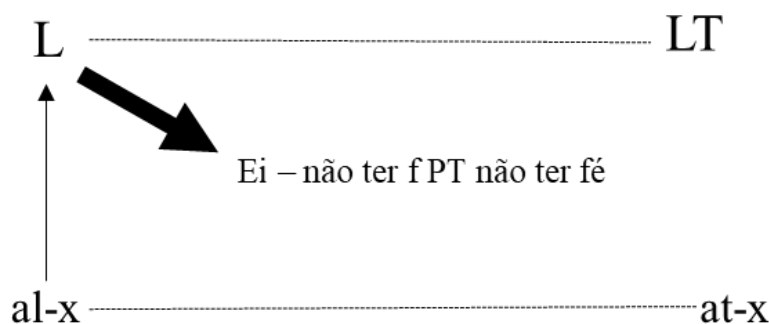


Figura 11 Esquema da configuração dos lugares enunciativos. Fonte: Guimarães (2018, p. 118)

Nesse esquema, a seta mais espessa significa “apresenta”, isto é, ela simboliza no esquema a apresentação que o Locutor faz do enunciador. E a seta menos espessa significa “alude”, ou seja, mostra a alusão que o lugar social faz ao Locutor. As linhas tracejadas indicam a projeção dos enunciados aos lugares enunciativos de Locutário e alocutário-x. Assim, pelo esquema, vê-se como, por meio da linguagem e da forma como os enunciados

são articulados linguisticamente, o agenciamento dos falantes constitui os sentidos e aponta a sustentação de posições.

O esquema acima, ao mostrar a dinâmica dos lugares enunciativos, evidencia a maneira como a argumentação e a argumentatividade estão imbricadas. A segunda é parte da primeira e os sentidos se constituem na relação entre uma e outra. A argumentação, como já dissemos, diz respeito à sustentação de posições que o alocutor-x faz para o alocutário-x relativamente a algo, ou seja, é o falar sobre algo estabelecendo uma relação de alocação entre lugares sociais. A argumentatividade, dentro desse processo, se dá pelas articulações, pelas maneiras como a língua se articula na construção dessas sustentações do lugar social, mas ela significa os diferentes modos pelos quais o lugar social enuncia, isto é, ela se configura pelo agenciamento dos lugares de dizer na enunciação, pelo agenciamento dos enunciadores. Dessa maneira, a argumentação constitui os sentidos construídos pela apresentação que o lugar social faz do enunciador, e a argumentatividade significa as relações na apresentação que o Locutor (origem do dizer) faz do enunciador (Guimarães, 2018).

Sobre a argumentatividade, é importante apresentar uma maneira que ela organiza os argumentos apresentados pelo Locutor nas articulações, a maneira como ela distribui os enunciadores pela orientação de argumentatividade que a enunciação faz. Essa maneira é pelo funcionamento da gradualidade dos argumentos na enunciação. Para mostrar o funcionamento dessa gradualidade, trazemos abaixo o recorte analisado por Guimarães (2018, p. 119):

[A] E sem falta são (os índios) mui eloquentes, e se prezam alguns tanto disto que, da prima noite até pela amanhã, andam pelas ruas e praças pregando, excitando os mais à paz, ou à guerra, ou trabalho, ou qualquer outra coisa que a ocasião lhes oferece, e entretanto que um fala, todos os mais calam, e ouvem com atenção, [B] **mas** nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r, não só das suas, mas nem ainda das nossas porque se querem dizer Francisco, dizem Pancicu; e se querem dizer Luis, dizem Duhi; [B2] e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras

Assim como em outros recortes analisados pelo autor, este traz uma enunciação que caracteriza o indígena como ruim, como selvagem e a ausência das letras f, l e r relacionada a questões culturais que são negadas pelas palavras dos portugueses. Nesse recorte, especificamente, vemos que há entre os enunciados [A] e [B] uma articulação por meio do *mas*. Como já mostramos ao apresentar a argumentatividade concessiva, articulações desse tipo trazem argumentos opostos e, no direcionamento dos sentidos na enunciação, o argumento precedido pela conjunção adversativa orientará a conclusão da enunciação. Nesse recorte, no entanto, temos mais de um argumento, sendo o segundo apresentado em [B2], e a força desses argumentos não é medida pela articulação entre eles, mas pela forma como o segundo argumento é apresentado. Em [B2], temos a expressão *pior*, introduzindo a afirmação de que os indígenas não têm fé, nem lei e nem rei. Estabelecendo uma escala de argumentatividade, segundo Guimarães (2018, p. 121), temos a seguinte escala:

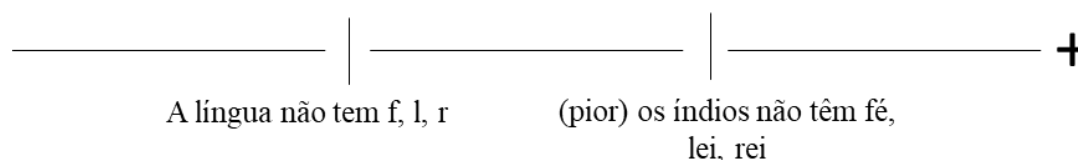


Figura 12 Exemplo de escala de gradualidade da argumentatividade. Fonte: Guimarães (2018, p. 121)

Vemos nessa escala que o argumento mais forte (a força do argumento é identificada pela sua proximidade ao sinal à direita da escala) é o que é introduzido com a palavra *pior*. Essa palavra define a conclusão para qual orientam os enunciados, incidindo não somente sobre o enunciado [B2], mas sobre toda a enunciação. O termo *pior* avalia negativamente a cultura, o povo indígena e, portanto, é enunciado no texto sob o lugar de enunciador-individual, apresentado pelo Locutor. Assim, os modos pelos quais os lugares enunciativos significam as relações de sentido na argumentação do lugar social, distribuindo os argumentos pelas diferentes estratégias linguísticas de dizer, definem as conclusões da enunciação.

No tópico a seguir, mostraremos como os sentidos se constroem na dinâmica dos lugares de enunciação por meio da argumentação e da argumentatividade, apresentando análises de enunciações de livros didáticos de História e os modos pelos quais sustentam-se nelas posições eurocêntricas ao narrar os acontecimentos históricos.

Capítulo 5: Análises – desvendando uma História eurocentrada

Neste capítulo, apresentaremos análises de recortes de livros didáticos de História. Nosso *corpus* é composto por recortes de obras que fazem parte do Programa do Livro e do Material Didático – PNLD e foram materiais selecionados para serem utilizados entre os anos 2018 e 2023. Os manuais didáticos selecionados são: *História 1: Ensino Médio* (Vainfas, 2016), voltado para primeiro ano de Ensino Médio; *Araribá Plus: História 7* (Apolinário, 2018), um livro direcionado ao 7º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais; e *História, Sociedade e Cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018), trabalhado no 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Antes de falarmos sobre a seleção dos dados e adentrarmos às análises, faremos uma observação sobre o livro didático *Araribá Plus: História*. Esse manual é uma reformulação realizada pela Editora Moderna da obra *Projeto Araribá História*, que analisamos em Freitas (2020). Nessa mudança, o livro “[...] foi reprogramado de acordo com as habilidades e os objetos de conhecimento estabelecidos pela BNCC de História” (Apolinário, 2018, p. 3). Assim, em relação a essa obra, em especial, podemos, além de identificar sentidos que constroem narrativas com posições eurocêtricas, como se propõe a nossa pesquisa, perceber possíveis mudanças ou não na qualidade do material didático, tendo em vista a adequação da Editora a uma orientação oficial recente na Educação.

Os enunciados recortados para análise não versam sobre nenhuma temática em específico; essa condição à qual nos submetemos para realizar nossas análises advém justamente da proposta de análise, que é investigar de que modo o eurocentrismo se constitui nos livros didáticos de História, considerando que ele pode aparecer em qualquer temática trabalhada nas obras, conforme sugerem os estudos sociológicos sobre eurocentrismo.

A organização das análises será feita por meio da identificação dos recortes, dos enunciados que os constituem e das paráfrases de alguns enunciados. Assim, teremos representações por meio de letras da seguinte maneira:

- a) Recortes: serão representados pela letra “R” seguida de numeração que ordena os recortes de acordo com o aparecimento ao longo das análises.

- b) Enunciados: representados pela letra “E” e enumerados, conforme são separados dentro de cada recorte. O critério utilizado para a marcação dos enunciados nos recortes é a divisão entre os períodos e/ou a separação de argumentos dos recortes por meio ou não de operadores argumentativos. Em outras palavras, ao iniciar o recorte, marcamos a identificação do primeiro enunciado; a identificação de um novo enunciado se dá quando há, no recorte, um encerramento de período/frase por ponto de seguimento ou ponto parágrafo, ou quando há a introdução de um operador argumentativo que separe, no recorte, argumentos ou sentenças que indiquem uma nova orientação argumentativa (seja ela alinhada à orientação argumentativa do enunciado anterior ou oposta a ela).
- c) Paráfrases: são representadas pela letra “P” e aparecerão seguidas de um hífen e a identificação do enunciado que está sendo parafraseado. As paráfrases não necessariamente virão na ordem em que os enunciados estão distribuídos no recorte original.

Iniciaremos as nossas análises com enunciados recortados do capítulo “Expansão marítima: em busca de riquezas”, do livro didático *História 1: Ensino Médio* (Vainfas, et al., 2016). Ressaltamos que essa análise já foi publicada no artigo “Agenciamento enunciativo e sustentação de posições: analisando a conquista espanhola da América no livro didático” (Freitas; Schreiber da Silva, 2023). Aqui, faremos algumas modificações, por meio de retiradas e acréscimos, mas manteremos parte dos resultados obtidos inicialmente.

Os recortes dessa análise narram a conquista espanhola nas regiões dos antigos impérios Inca e Asteca, tratando das batalhas entre os colonizadores e os indígenas e da forma como se deu a conquista em si. Começaremos com um recorte que introduz a conquista espanhola, descrevendo-a antes de narrar as batalhas de conquista. Deste recorte, daremos foco às expressões que determinam “conquista espanhola”, analisando para que conclusão os enunciados direcionam os sentidos:

[R1] (E1) Iniciou-se, então, a grande epopeia da conquista espanhola. (E2) Uma empresa tão ousada como havia sido a travessia do Atlântico por Colombo ou as viagens oceânicas dos portugueses. (VAINFAS et al., 2016, p. 170)

No enunciado (E1), a formação nominal “conquista espanhola” é determinada pela formação nominal “grande epopeia” e depois, reescriturada por substituição em (E2) pela formação nominal “uma empresa tão ousada”. Essas relações que determinam o

sentido de “conquista espanhola” são marcadas pelo uso dos adjetivos, que possuem nos enunciados o papel de intensificar o feito da conquista. Em “grande epopeia”, por exemplo, o substantivo “epopeia” por si só já significa a conquista espanhola como algo grandioso, além disso, o uso do adjetivo “grande” numa anteposição em relação ao substantivo atribui ainda mais esse sentido. Essa anteposição modifica o sentido do texto, à medida que evidencia o substantivo que compõe a formação nominal e que atribui um caráter positivo à conquista, em virtude da posição em que aparece. Aliado a isso, na reescrituração no enunciado (E2) da formação nominal “conquista espanhola”, percebemos a presença do adjetivo “ousada”, acompanhado do advérbio “tão”, que intensifica o papel de caracterização desse adjetivo. Pensando no sentido comum da palavra “ousadia”, ele está ligado a atrevimento, audácia, coragem⁹. Isso já nos dá uma dica de que a conquista espanhola envolveu alguma ação que colocava os conquistadores numa posição desfavorável ou que os colocava em risco. Esses adjetivos, portanto, já direcionam os enunciados para uma conclusão de que os conquistadores venceriam, mas diante de dificuldades. O recorte abaixo reforça essa conclusão:

[R2] (E1) No interior do que chamavam de Novo Mundo, havia impérios poderosos, militarizados, cuja população, em cada um deles, ultrapassava 20 milhões de pessoas (Vainfas et al., 2016, p. 170)

Novamente, temos um enunciado que se utiliza de adjetivos para argumentar sobre a intensidade do feito que foi a conquista espanhola dos impérios Asteca e Inca. Nesse enunciado, os adjetivos “poderosos” e “militarizados” determinam a palavra “impérios”, que se refere às sociedades que habitavam regiões da América do Sul e da América Central. Ainda, a palavra “impérios” é determinada pelo trecho “cuja população, em cada um deles, ultrapassava 20 milhões de pessoas”. Essas características sustentam a conclusão para qual o recorte anterior direcionava, já que os impérios, aparentemente, apresentam recursos para combater os invasores europeus. Vejamos abaixo um recorte que descreve os recursos dos europeus para realizar a invasão de território:

[R3] (E1) Enfrentar tais impérios parecia uma missão impossível, (E2) pois os espanhóis não poderiam contar senão com algumas centenas de combatentes, (E3) apesar de disporem de recursos militares mais avançados. (E4) As guerras de conquista espanhola, no entanto, foram desde o início surpreendentes (Vainfas et al., 2016, p. 170)

⁹ Para saber o sentido de dicionário e os sinônimos da expressão “ousadia”, pesquisamos o termo no Dicionário Online de Língua Portuguesa Priberam, disponível em: <https://dicionario.priberam.org>

No enunciado (E1), temos uma predicação que produz uma relação de determinação, na qual “missão impossível” determina “Enfrentar tais impérios” e isso se justifica pelo proposto em (E2) por meio da conjunção “pois”. Para entender melhor essa articulação entre os enunciados, analisemos a paráfrase abaixo:

[R3] (P-E2) Os espanhóis não poderiam contar senão com algumas centenas de combatentes, portanto, (E1) enfrentar tais impérios parecia uma missão impossível

Pela paráfrase, vemos com mais clareza que os enunciados guiam para uma mesma conclusão, pensando nos recursos de batalha dos europeus: uma conquista muito difícil, em que os indígenas tinham condições mais vantajosas de organização militar e da quantidade de pessoas dos impérios (dados apresentados nos enunciados anteriores), comparada à pequena quantidade de combatentes do exército espanhol. Pela paráfrase acima, afirmamos que a argumentatividade do enunciado é do tipo diretiva, na qual se tem [E2 PT E1]. Já em (E3), afirma-se sobre o avanço dos recursos militares dos espanhóis que era maior e melhor do que dos indígenas, no entanto, o conectivo utilizado no enunciado para falar desse avanço, o “apesar de”, continua sustentando o mesmo argumento sustentado no texto desde o início – de que os recursos dos indígenas era maior e a derrota dos europeus, embora não tenha acontecido, era o mais provável. Entendamos isso com uma ordem diferente dos enunciados abaixo:

[R3] (P-E3) Os espanhóis tinham recursos militares mais avançados, mas (P-E2) os espanhóis não poderiam contar senão com algumas centenas de combatentes, portanto (E1) enfrentar tais impérios parecia uma missão impossível.

Com essa nova configuração dos enunciados, com o uso do *mas*, vemos de modo mais evidente que, embora a conclusão para qual direciona (P-E3) seja a vitória dos europeus (já que ter recursos mais avançados é vantajoso), o *mas* significa um rompimento com esse direcionamento dos sentidos, apontando para a conclusão de que as condições de batalha eram desvantajosas para os espanhóis, conforme estamos mostrando desde o início da análise. Há, entretanto, em (E4) um operador argumentativo e um adjetivo que novamente direcionam o sentido, assim como em (P-E3), para a vitória dos espanhóis. O operador é o *no entanto* e o adjetivo é *surpreendentes*. Essas palavras no recorte integram-se à formação nominal “grande epopeia” no início do texto,

sustentando a posição defendida pelo lugar social sobre a conquista espanhola: de que era quase impossível para os espanhóis e, ainda assim, eles saíram vitoriosos. A palavra *surpreendentes* integra-se também à formação nominal “tão ousada” também do início do texto e que continua evidenciando a “grandeza” com que o livro trata da conquista espanhola na América. Para entendermos bem a ordem dos argumentos e como eles orientam o sentido da enunciação, mostramos abaixo a escala de gradualidade da argumentatividade:

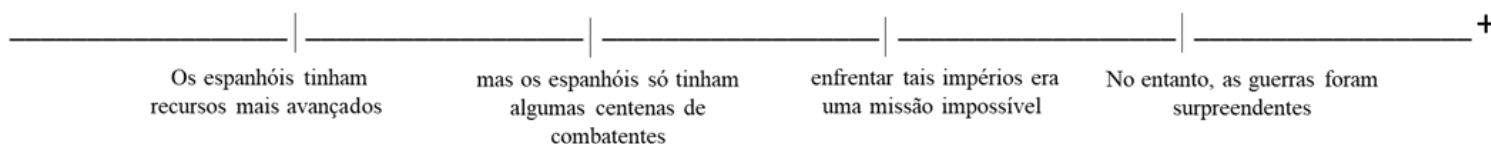


Figura 13 Esquema de gradualidade da argumentatividade

Vemos pela escala que o argumento mais forte é o que direciona para a vitória dos espanhóis. Nesse argumento, o *no entanto* não incide somente sobre o enunciado (E4), mas sobre todo o acontecimento enunciativo da conquista espanhola.

Entendamos agora como os lugares enunciativos se constituem nesses enunciados analisados:

[R1] (E1) Iniciou-se, então, a grande epopeia da conquista espanhola. (E2) Uma empresa tão ousada como havia sido a travessia do Atlântico por Colombo ou as viagens oceânicas dos portugueses. (Vainfas et al., 2016, p. 170)

Sendo o lugar social que sustenta as posições na enunciação o de historiador, dizemos que o alocutor-historiador, ao nomear o acontecimento da conquista espanhola pela formação nominal “grande epopeia”, sustenta uma caracterização positiva desse acontecimento, imprimindo, assim, uma avaliação específica de iniciar a narrativa sobre a conquista. Essa caracterização se sustenta ainda pelo uso do adjetivo “ousada” na formação nominal “uma empresa tão ousada”, que também determina a conquista espanhola no recorte; e se sustenta ainda pelo advérbio “tão”, que funciona como intensificador do adjetivo “ousada” e que mantém essa qualificação positiva da narrativa. Desse modo, no recorte [R1], o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta um enunciador-individual. Vejamos no recorte a seguir como o modo de sustentação do lugar social se mantém:

[R2] (E1) No interior do que chamavam de Novo Mundo, havia impérios poderosos, militarizados, cuja população, em cada um deles, ultrapassava 20 milhões de pessoas (Vainfas et al., 2016, p. 170)

Nesse recorte, apesar de o alocutor-historiador manter a sustentação inicial de avaliação positiva da conquista espanhola, o modo como ele o faz no recorte [R2] é diferente. No recorte [R1], o alocutor-historiador explora a adjetivação da conquista espanhola, significando-a pela formação nominal “grande epopeia”. Já em [R2], o lugar social faz caracterizações dos impérios que os espanhóis enfrentaram ao invadir regiões da América. Essas caracterizações são feitas por meio dos adjetivos “poderosos” e “militarizados” e ainda pelo trecho “cuja população, em cada um deles, ultrapassava 20 milhões de pessoas”. Essas três construções determinam os impérios inca e asteca de que tratam o recorte. Embora o modo como o alocutor-historiador enuncia sobre a organização dos povos indígenas seja voltado para enfatizar o quão imbatíveis eles poderiam ser numa batalha, há no enunciado o caráter de verdade ao se referir a esses povos porque, de fato, eles tinham construções significativas e modos de organização e cultura bem desenvolvidos. Assim, no recorte [R2], o lugar social apresenta o dizer a partir do lugar que enuncia um dado, algo que se considera verdade sobre a narrativa da colonização espanhola, portanto o dizer de um enunciador-universal. Mas esse enunciador alude um enunciador-individual, ao caracterizar a palavra “impérios” por meio dos adjetivos. O movimento enunciativo da sustentação do lugar social de historiador, desse modo, é afirmar sobre a potência dos impérios inca e asteca para atribuir à conquista espanhola o caráter de vitória diante de situações difíceis de batalha. Os lugares enunciativos que se constituem no enunciado a seguir se dão de maneira semelhante ao desse recorte anterior:

[R3] (E1) Enfrentar tais impérios parecia uma missão impossível, (E2) pois os espanhóis não poderiam contar senão com algumas centenas de combatentes, (E3) apesar de disporem de recursos militares mais avançados. (E4) As guerras de conquista espanhola, no entanto, foram desde o início surpreendentes (Vainfas et al., 2016, p. 170)

No enunciado (E1) do recorte [R3], temos uma predicação que relaciona “Enfrentar tais impérios” e “missão impossível”, e essa predicação é provocada pelo verbo “parecia”. Dizer que o enfrentamento aos povos indígenas “parecia uma missão impossível” diz também sobre as condições desfavoráveis aos conquistadores, mas direciona a enunciação para a vitória deles, à medida que o tempo verbal de “parecer” no

enunciado é pretérito imperfeito. Isso significa que apesar de ter a aparência de uma missão impossível, não foi. Ainda em relação a esse enunciado, ele é articulado ao enunciado (E2) por meio da conjunção “pois”, que cria entre eles uma relação de causalidade, na qual a quantidade de combatentes é justificativa para efetivação da conquista parecer uma missão impossível. Nessa articulação entre os enunciados, percebemos o modo como os enunciados desse recorte se integram ao restante da enunciação sobre a conquista espanhola, atribuindo significado às formações nominais “grande epopeia” e “empresa tão ousada”, também determinantes para o sentido da conquista espanhola. Outra relação que se estabelece nesse recorte é entre as formações nominais “grande epopeia”, “empresa tão ousada”, “missão impossível” e o adjetivo “surpreendentes”, que determina a formação nominal “guerras de conquista espanhola”.

Vimos até aqui que a narrativa sobre o acontecimento da colonização espanhola na América é permeado por adjetivos que são usados para caracterizar tanto os conquistadores quanto os povos indígenas da América, mas sempre com vistas a sustentar a ideia de que a colonização espanhola foi grandiosa e, portanto, eles acabam incidindo não somente sobre o enunciado e o substantivo com o qual estabelecem uma relação de contiguidade, mas sobre toda a enunciação. Assim, os modos de enunciar esse acontecimento numa perspectiva positiva, traz novamente para o recorte [R3] o dizer de um enunciador-individual, que avalia a conquista por meio dos adjetivos “impossível” e “surpreendentes”.

É importante destacar também em [R3] um outro dizer apresentado. Os enunciados (E2) e (E3) trazem dois aspectos do acontecimento que são tomados sob a condição de verdade; são eles a quantidade de combatentes e o avanço dos recursos militares dos espanhóis. Esses aspectos, diferentemente do que se vem mostrando nos outros recortes, não avaliam a conquista, nem evidenciam o seu caráter positivo, mas explicitam a situação de dificuldade dos espanhóis em concretizar a conquista. Assim, nesses enunciados, o alocutor-historiador apresenta o dizer de um enunciador-universal.

No entanto, não podemos deixar de ressaltar que a articulação entre os enunciados (E2) e (E3), feita pelo “apesar de”, produz no recorte uma distinção de força entre elementos que constroem a argumentação. Vejamos uma reformulação desses enunciados por meio da paráfrase abaixo:

[R3] (P-E3) Os espanhóis dispunham de recursos militares mais avançados. (P-E2) No entanto, não poderiam contar senão com algumas centenas de combatentes (...)

Retirando o “apesar de” e substituindo-o pelo “no entanto”, numa inversão dos enunciados, vemos que se constrói no recorte uma argumentatividade concessiva, do tipo [E3 NE E2]. Assim, vemos com mais clareza que o argumento de que os recursos militares dos espanhóis eram mais avançados é mais fraco do que o argumento de que eles tinham poucos combatentes – argumento que prevalece ao falar sobre as condições de batalha dos espanhóis. Dessa maneira, ainda que o alocutor-historiador apresente o dizer de um enunciador-universal, ao trazer esses aspectos à narrativa da conquista espanhola, ele evidencia uma suposta desvantagem dos espanhóis para as batalhas, o que acaba contribuindo para a sustentação de que a colonização espanhola na América foi grandiosa.

Em resumo, no recorte [R3], o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta o dizer de um enunciador-universal, mas também alude um enunciador-individual. Representamos essa mobilização dos lugares enunciativos da seguinte maneira:

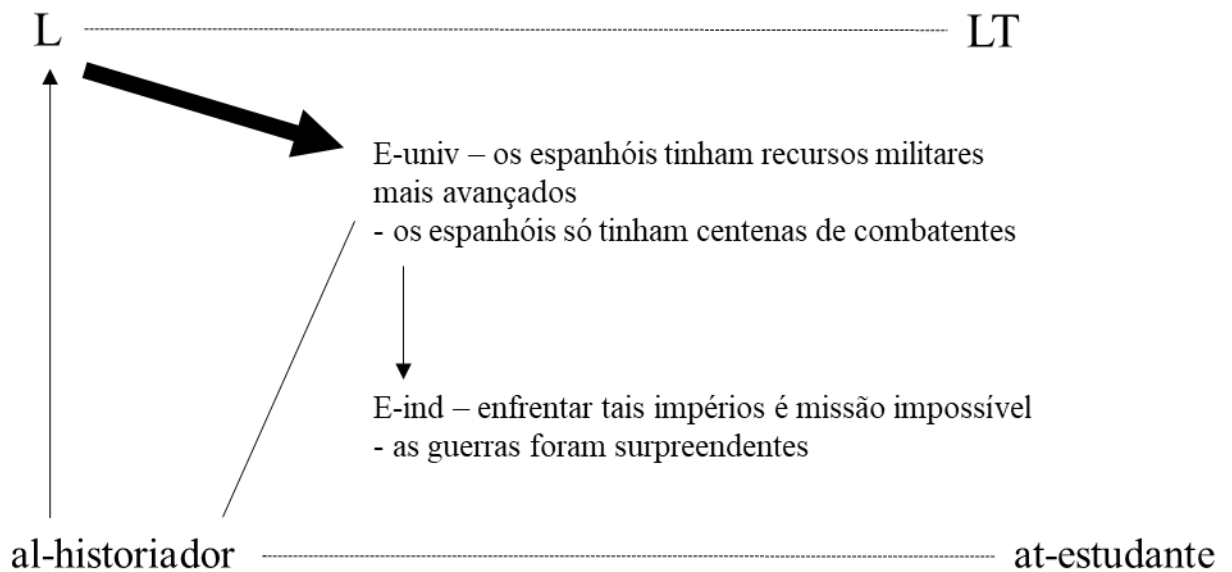


Figura 14 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R3]

A seguir, analisaremos um recorte que faz parte da continuação do texto sobre a conquista espanhola na América, descrevendo com mais detalhes as condições dos recursos dos espanhóis:

[R4] (E1) Os espanhóis tinham espadas e lanças de ferro, canhões, cavalos, cães ferozes, arcabuzes e mosquetes, contra arcos, espadas e lanças de madeira ou pedra. (E2) Mas o terreno dos altiplanos era íngreme para os cavalos e o transporte dos canhões. A carga de pólvora no arcabuz era muito lenta. E a desproporção entre soldados espanhóis e guerreiros indígenas era enorme (Vainfas et al., 2016, p. 170)

No enunciado (E1) do recorte [R4], temos uma enumeração dos recursos dos espanhóis para as batalhas de conquista contra os nativos. Essa enumeração sugere o preparo maior dos europeus para essas batalhas e direciona a enunciação novamente para a vitória dos conquistadores. O enunciado (E2), por sua vez, articula-se ao (E1) por meio da conjunção adversativa “mas”, novamente mudando a orientação da argumentatividade. Vejamos uma paráfrase do recorte para compreender de maneira mais clara:

[R4] (E1) Os espanhóis tinham espadas e lanças de ferro, canhões, cavalos, cães ferozes, arcabuzes e mosquetes, contra arcos, espadas e lanças de madeira ou pedra. (P-E2) No entanto, o terreno dos altiplanos era íngreme e os cavalos não conseguiriam subir, nem tampouco o transporte dos canhões seria possível. A carga de pólvora no arcabuz era muito lenta. E a desproporção entre soldados espanhóis e guerreiros indígenas era enorme, os guerreiros indígenas estavam em número muito maior.

Com a paráfrase, podemos ver de forma mais explícita que o enunciado (E2) direciona para o oposto de (E1), isto é, os recursos que os europeus tinham não teriam o desempenho esperado diante das condições ambientais para as batalhas. O *no entanto* no enunciado parafraseado modifica a orientação da argumentatividade, sugerindo condições que direcionam para a derrota dos europeus. Temos no recorte acima, portanto, uma argumentatividade concessiva, na qual articula-se [E1 NE E2]. Mas recortes anteriores já indicam que o resultado da enunciação é a vitória dos conquistadores, assim, o enunciado (E2) se mostra como mais uma estratégia de engrandecimento da efetivação da conquista. Em outras palavras, essa orientação produz uma sustentação do alocutor-historiador ao alocutário-estudante da posição sustentada na enunciação: a posição de que os europeus, ainda em condições muito desfavoráveis, concretizam a “grande epopeia” da conquista espanhola.

Abaixo, vejamos como os lugares enunciativos se configuram para que essa posição se sustente:

[R4] (E1) Os espanhóis tinham espadas e lanças de ferro, canhões, cavalos, cães ferozes, arcabuzes e mosquetes, contra arcos, espadas e lanças de madeira ou pedra. (P-E2) No entanto, o terreno dos altiplanos era íngreme e os cavalos não conseguiriam

subir, nem tampouco o transporte dos canhões seria possível. A carga de pólvora no arcabuz era muito lenta. E a desproporção entre soldados espanhóis e guerreiros indígenas era enorme, os guerreiros indígenas estavam em número muito maior.

A descrição detalhada que o alocutor-historiador faz por meio da enumeração dos recursos bélicos, da quantidade de combatentes e das condições desfavoráveis do ambiente confere à narrativa da conquista espanhola um caráter de verdade, assim, trazendo para o acontecimento o dizer de um enunciador-universal. Nesse recorte, portanto, o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta o enunciador-universal. O esquema abaixo resume esse agenciamento dos falantes:

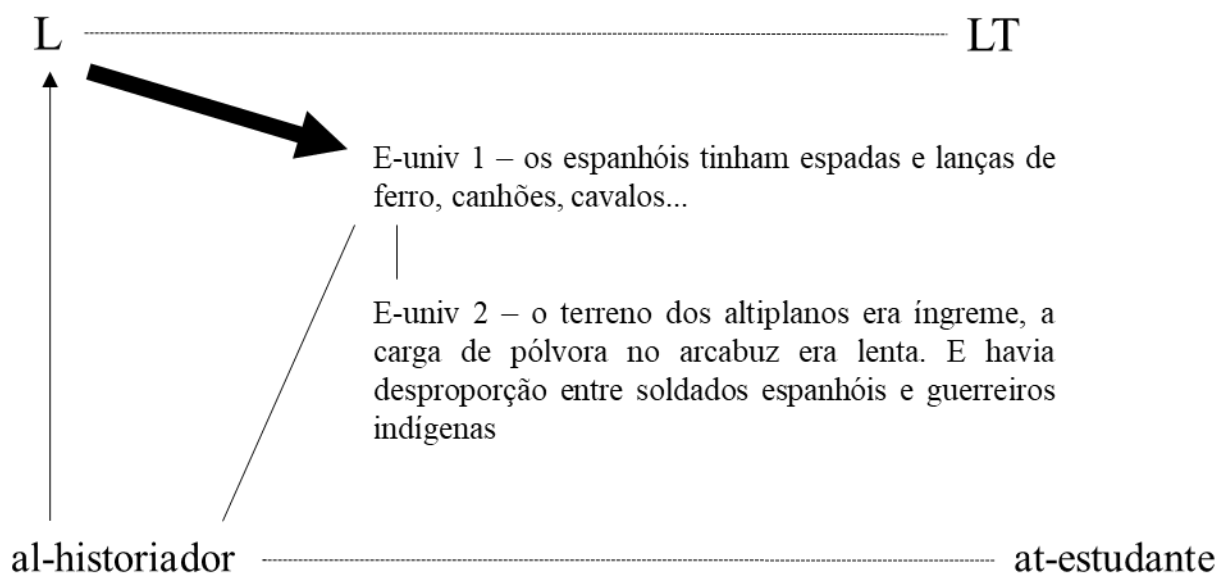


Figura 15 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R4]

A enunciação sobre a conquista espanhola continua e o livro didático, enfim, apresenta o motivo da vitória dos conquistadores:

[R5] (E1) A superioridade bélica espanhola era real, (E2) mas não foi decisiva. (E3) Realmente decisivo nos primeiros encontros foi o pânico que tomou conta dos guerreiros astecas ao ouvirem o estrondo dos canhões e avistarem cavalos, verdadeiros monstros desconhecidos (Vainfas et al., 2016, p. 171)

Esse recorte inicia-se reescrevendo por condensação toda a enumeração dos recursos bélicos dos europeus apresentada no recorte [R4] por meio da formação nominal “superioridade bélica espanhola”. Essa formação nominal estabelece uma relação de

predicação, na qual a palavra “real” a determina ao ser um predicativo do sujeito na oração do enunciado (E1). A relação de determinação que se estabelece no enunciado (E1) entre “superioridade bélica espanhola” e “real” integra-se à enumeração do recorte [R4] sobre os recursos bélicos dos espanhóis ao invadirem a América. Por outro lado, o enunciado (E1) do recorte [R5], quando articulado ao enunciado (E2) desse mesmo recorte por meio da conjunção “mas”, significa a ideia de que embora em posse de melhores recursos bélicos, os espanhóis não venceriam as batalhas de conquista em virtude disso. Esse recorte [R5] recupera o caráter “surpreendente” da conquista descrito no recorte [R3]. Ainda, o enunciado (E2) do recorte [R5] estabelece um parecer sobre a “superioridade bélica espanhola” e também traz um desfecho para a narrativa da conquista espanhola, direcionando para o motivo de fato que o lugar social atribui para a conquista ter se concretizado:

[R5] (E1) A superioridade bélica espanhola era real, (P-E2) no entanto, a superioridade bélica espanhola não foi decisiva

Vemos dois aspectos pela paráfrase: o *no entanto* mostra de modo mais explícito a argumentatividade concessiva que produz a articulação do tipo [E1 NE E2] no recorte; notamos também que a expressão “superioridade bélica espanhola” está agora numa relação de predicação que nega os recursos espanhóis como decisivos para a vitória dos europeus. Assim, com o enunciado (E2), o texto orienta para a vitória dos europeus, mas deixando claro que o motivo dela não são os recursos bélicos dos conquistadores. É pelo enunciado (E3) que o livro didático apresenta o motivo da vitória dos conquistadores, atribuída ao pânico dos astecas com a invasão europeia. A escala de gradualidade da argumentatividade abaixo mostra a força dos argumentos no recorte analisado:

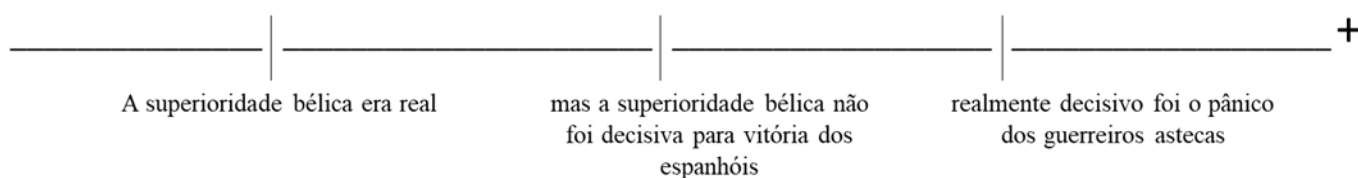


Figura 16 Esquema de gradualidade da argumentatividade

Por essa escala, vemos não somente a força dos argumentos apresentados, como também a posição final adotada pelo lugar social e que se sustenta sobre a conquista

espanhola. Os adjetivos utilizados para caracterizar a conquista espanhola nos recortes anteriores, sendo eles “grande”, em “grande epopeia”; “ousada”, na formação nominal “uma empresa tão ousada”; “surpreendentes”; e “impossível”, na expressão “missão impossível” integram-se ao recorte [R5], significando a sustentação do lugar social defendida no acontecimento enunciativo (do caráter grandioso da conquista espanhola) e mostrando, finalmente a conclusão dessa enunciação: de que a conquista se concretizou porque os nativos entraram em “pânico”. Essa conclusão passa a ser a posição sustentada pelo lugar social na enunciação sobre a conquista espanhola, de que a conquista espanhola é uma “grande epopeia” e “surpreendente” porque os povos indígenas entraram em “pânico”. Vejamos o último recorte novamente para entender como essa sustentação se dá no agenciamento enunciativo:

[R5] (E1) A superioridade bélica espanhola era real, (E2) mas não foi decisiva. (E3) Realmente decisivo nos primeiros encontros foi o pânico que tomou conta dos guerreiros astecas ao ouvirem o estrondo dos canhões e avistarem cavalos, verdadeiros monstros desconhecidos (Vainfas et al., 2016, p. 171)

O que se afirma no enunciado (E1) em relação aos recursos de combate que os espanhóis possuíam ancora-se em estudos históricos e sociológicos que mostram as diferenças tecnológicas de regiões da Europa e de outras regiões como a América, que ainda não dispunham de armamentos de longo alcance com tão intensos poderes de dano (por exemplo, canhões e armas de fogo), além disso, é possível perceber, pelas descrições da enunciação sobre a conquista, que os armamentos dos europeus tinham, de fato, um alcance de longas distâncias com possibilidade de maiores danos do que os dos nativos. Assim, falar sobre a superioridade bélica dos espanhóis é algo encarado como verdade no livro didático e, portanto, traz um dizer enunciado a partir do lugar de um enunciador-universal. Do mesmo modo, dizer que as condições bélicas de um grupo não foram decisivas para a vitória dele em (E2) também é enunciado a partir do lugar do falso e do verdadeiro e, portanto, de um lugar universal. Já o enunciado (E3), assim como outros analisados, traz avaliações peculiares do lugar social, por meio de nomeações que reduzem a atuação dos indígenas diante da invasão dos espanhóis. Esse modo de descrever o motivo da vitória dos espanhóis se constitui pela nomeação da reação dos nativos por meio do substantivo “pânico”. A atuação dos nativos não é descrita em [R5], mas avaliada pela palavra utilizada. Esse substantivo provoca, no recorte, uma ideia sobre os nativos de “[...] fragilidade e representa as crenças dos povos asteca e inca em

características que os prejudicaram” (Freitas; Schreiber da Silva, 2023, p. 132). Além disso, o aposto que reescritura por expansão a palavra “cavalos” em (E3), isto é, “verdadeiros monstros desconhecidos”, faz uma descrição particular por parte do alocutor-historiador desses animais. Não há nenhum indicativo lexical que estabeleça a maneira com que os povos indígenas enxergam aqueles animais, fazendo com que a formação nominal “verdadeiros monstros desconhecidos” soe como ironia por parte do alocutor-historiador. Essas escolhas lexicais das expressões “pânico” e “verdadeiros monstros desconhecidos” incidem não somente sobre os enunciados em que se encontram, mas sobre todo o acontecimento da colonização espanhola analisado aqui. Eles orientam a argumentatividade de todo o texto, definindo a posição sustentada pelo alocutor no acontecimento enunciativo, além de produzir também efeitos de sentido de que os responsáveis pela efetivação da colonização tenham sido os próprios povos inca e asteca. Afirmamos, portanto, que nesse recorte o alocutor-historiador sustenta a sua posição aludindo o Locutor, que apresenta o dizer de um enunciador-universal por meio dos enunciados (E1) e (E2) do recorte [R5], e aludindo um enunciador-individual na avaliação que faz no enunciado (E3). Esquematizamos essas relações de apresentação e alusão da seguinte maneira:

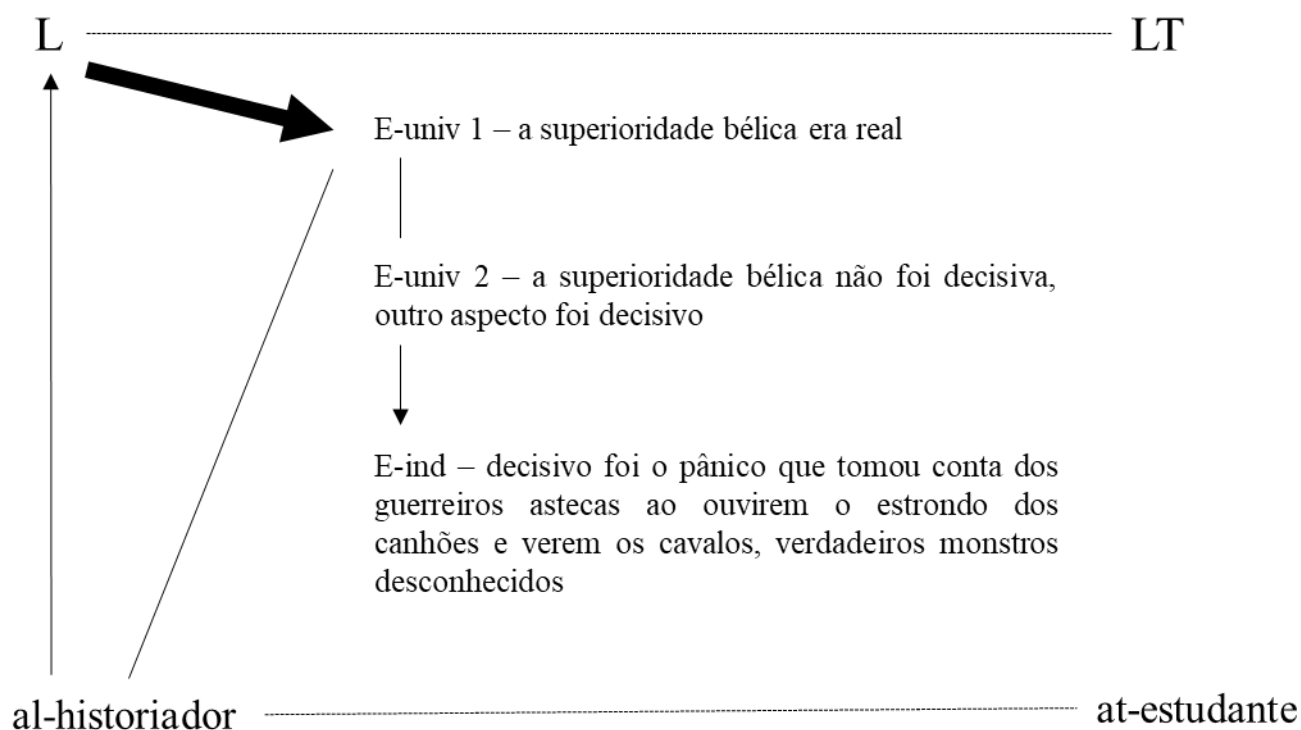


Figura 17 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R5]

Analisaremos agora um recorte retirado do texto “Açúcar e escravidão no Brasil colonial”, que integra o capítulo “Mecanismos de exploração colonial nas Américas”. Esse recorte inicia o texto e trata do período em que Portugal ainda voltava mais a sua atenção para o Oriente, mas iniciaria a exploração mais intensa no Brasil.

[R6] Depois das grandes descobertas do século XV, em especial da rota marítima para as Índias, Portugal se tornou o principal fornecedor de especiarias orientais para o consumo europeu, transformando-se no centro de um poderoso império marítimo (Vainfas et al., 2016, p. 235)

Selecionamos esse recorte para análise com vistas a compará-lo com os recortes da narrativa da conquista espanhola. Diferentemente do recorte [R5], nesse recorte não há conjunções e, por isso, o tipo de argumentatividade presente nele não fica explícito. No entanto, podemos ver que a parte final do recorte, a oração “transformando-se no centro de um poderoso império marítimo” é consequência de “grandes descobertas do século XV” e “Portugal se tornou o principal fornecedor de especiarias orientais”. Assim, podemos parafrasear o recorte da seguinte maneira:

[P-R6] Depois das grandes descobertas do século XV, em especial da rota marítima para as Índias, Portugal se tornou o principal fornecedor de especiarias orientais para o consumo europeu, portanto, no centro de um poderoso império marítimo.

Com o acréscimo do “portanto” na paráfrase, vemos com mais clareza que se tornar o “centro de um poderoso império marítimo” é resultado das “grandes descobertas do século XV” e ser fornecedor de especiarias orientais. Assim, temos no recorte uma argumentatividade diretiva, do tipo [X PT Y], entre “transformando-se no centro de um poderoso império marítimo” e o que vem antes disso.

Sobre esse recorte, é preciso ressaltar aqui semelhanças que identificamos entre ele e os recortes da narrativa da conquista espanhola. Assim como os recortes dessa conquista, em [R6] vemos uma descrição que explora o uso de adjetivos, além de utilizá-los antepostos aos substantivos, como identificado nos recortes analisados anteriormente.

Podemos analisar o uso dos adjetivos “grandes” e “poderoso” no recorte como avaliações que o alocutor-historiador faz de aspectos ligados aos colonizadores portugueses. Além disso, como já ressaltamos nas análises anteriores, a anteposição do

adjetivo produz no enunciado um efeito de ênfase no que se enuncia; o adjetivo “grandes”, em particular, além de enfatizar, atribui um sentido positivo não somente ao substantivo que determina, mas à enunciação, que passa a ser considerada a partir da formação nominal “grandes descobertas do século XV”.

É preciso debruçar um olhar mais cuidadoso em relação a esta formação nominal. Ela não só designa o início da exploração portuguesa em busca de especiarias e a chegada dos portugueses às terras brasileiras, ela se constitui a partir do memorável do descobrimento, que se funda por discursos que tomam a invasão portuguesa na perspectiva de descoberta. Isso, aliado às avaliações que mencionamos que os adjetivos fazem no enunciado, fazem com que o alocutor-historiador enuncie sobre os conquistadores portugueses a partir de um dizer individual, marcado pelas influências da colonização. Temos, portanto, no recorte o dizer de um enunciador-individual e a configuração desses falantes pode ser esquematizada conforme se mostra abaixo:

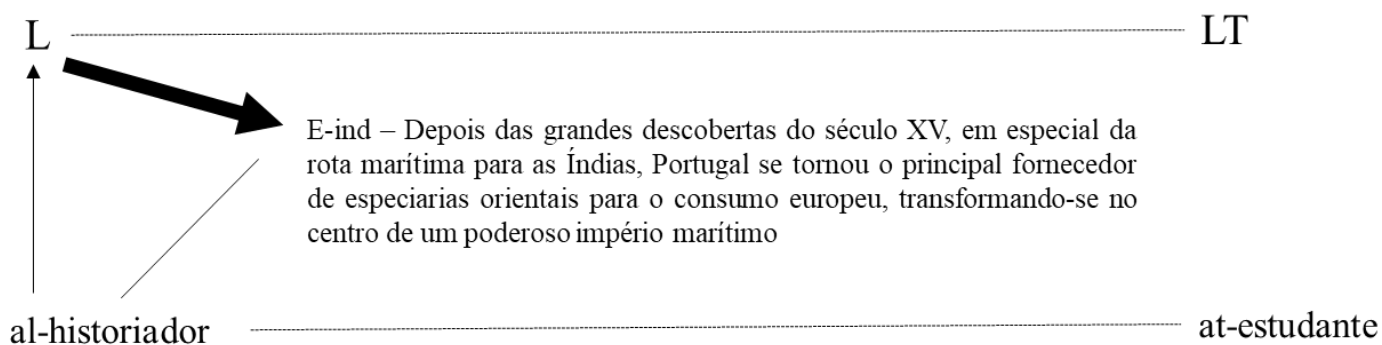


Figura 18 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R6]

O recorte abaixo foi retirado do mesmo texto, “Açúcar e escravidão no Brasil colonial”, do qual faz parte o recorte anterior, tratando de um Brasil já colonial. Esse recorte descreve como se iniciou o tráfico de africanos para serem escravizados no Brasil e cita a escravização de africanos na própria África:

[R7] (E1) Uma economia voltada para a produção de açúcar em larga escala para o mercado externo não poderia se basear no trabalho livre de colonos. (E2) Portugal não tinha mão de obra excedente para tanto e o campesinato do reino não se disporia, em todo caso, a trabalhar em lavouras tropicais de sol a sol.

(E3) A saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão, primeiro dos indígenas, ao longo do século XVI, logo sucedida pela dos africanos, que também foram utilizados na produção açucareira do arquipélago da Madeira. (E4) Muitas sociedades africanas

recorriam à escravidão ou escravizavam prisioneiros de guerra para vender na própria África (Vainfas et al., 2016, p. 238)

(E5) Muitos chefes e reis africanos já tinham larga experiência nesse tipo de comércio (Vainfas et al., 2016, p. 239)

Percebemos que entre (E1), (E2) e (E3) existe uma relação de dependência, na qual o sentido de (E2) complementa o sentido (E1), e (E3) resume os enunciados anteriores, justificando-os. Podemos entender melhor essas relações por meio das paráfrases abaixo que modificam a ordem dos argumentos e adiciona conjunções entre eles:

[R7] (P-E2) Portugal não tinha mão de obra excedente para o trabalho nas lavouras de açúcar e o campesinato do reino não se disporia, em todo caso, a trabalhar em lavouras tropicais de sol a sol. (P-E1) Portanto, uma economia voltada para a produção de açúcar em larga escala para o mercado externo não poderia se basear no trabalho livre de colonos.

(P-E3) Por isso, a saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão, primeiro dos indígenas, ao longo do século XVI, logo sucedida pela dos africanos, que também foram utilizados na produção açucareira do arquipélago da Madeira.

Pelas conjunções que agora ligam os enunciados, vemos com mais clareza a relação entre eles. Sendo apresentadas em (E2) condições desfavoráveis ao comércio em larga escala como se pretendia no Brasil colônia, este enunciado orienta para a exploração de mão-de-obra escravizada. O enunciado (E1) confirma essa conclusão direcionada por (E2), quando afirma que esse tipo de economia da colônia não se manteria por meio de trabalho livre e se inicia com a conjunção “portanto” na paráfrase acima. Assim, vemos que entre (E1) e (E2) há uma argumentatividade diretiva do tipo [E2 PT E1], considerando que (E2) orienta para uma mesma conclusão que (E1). Na mesma direção, (E3) conclui os enunciados anteriores direcionando os sentidos para uma mesma conclusão que os outros enunciados anteriores, de que o trabalho livre era inviável. Assim, afirma-se, nesse enunciado (E3), que os colonizadores recorreram à escravização. O “por isso” que introduz (E3) na paráfrase estabelece entre (E2) e (E3) uma argumentatividade também diretiva, em que se tem [E2 PT E3].

Esses três enunciados do recorte direcionam os sentidos para a conclusão de que recorrer à escravização era o único meio viável para Portugal, em virtude das condições que se estabeleceram no contexto colonial. Essa conclusão é fortalecida no enunciado (E3) pelo emprego do substantivo “saída”, quando se fala da decisão de Portugal em iniciar a escravização e ainda pelo artigo “a” que o precede. A palavra “saída” precedida

do artigo definido “a”, no enunciado, indica uma ideia de falta de opções, alternativas para desenvolver algo. Assim, (E3) aponta a escravização como único meio de desenvolvimento da economia no Brasil colônia.

A seguir no recorte [R7], temos os enunciados (E4) e (E5). Esses, no entanto, fogem ao que se discute nos enunciados anteriores, as condições de trabalho do Brasil colônia, e falam sobre a escravização na África.

O enunciado (E4), que vem logo em seguida do (E3), não se liga a este por meio de nenhuma conjunção e as afirmações feitas em (E4) acabam não apresentando uma relação explícita com os enunciados anteriores. No entanto, os enunciados (E1), (E2) e, principalmente, (E3) apresentam uma característica em comum com (E4) e (E5): eles apresentam um povo como escravocrata. Assim, temos uma temática, a escravização de africanos, em todo o recorte, mas temos dois grupos de enunciados que abordam essa temática de perspectivas diferentes nesse recorte: um grupo é o dos enunciados (E1), (E2) e (E3), que apresentam o colonizador europeu como povo que escravizou, e o outro é dos enunciados (E4) e (E5), que apresentam os africanos como povo que escravizou. Assim, podemos interpretar a presença desses últimos enunciados no texto como uma sinalização de que os europeus não eram os únicos a escravizarem pessoas, africanos também faziam isso. Dessa maneira, uma possível paráfrase que utilize um operador argumentativo entre os enunciados (E3) e (E4) é:

[R7] (P-E3) Por isso, a saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão, primeiro dos indígenas, ao longo do século XVI, logo sucedida pela dos africanos, que também foram utilizados na produção açucareira do arquipélago da Madeira. (P-E4) No entanto, eles não eram os únicos. Muitas sociedades africanas recorriam à escravidão ou escravizavam prisioneiros de guerra para vender na própria África.
(E5) Muitos chefes e reis africanos já tinham larga experiência nesse tipo de comércio.

Com o uso do “no entanto”, que introduz a paráfrase do enunciado (E4), vemos que a argumentatividade entre (E3) e (E4) é concessiva, ou seja, a relação é [E3 NE E4]. Ao identificar esse tipo de argumentatividade, uma questão é levantada: a conclusão para a qual se direcionam os sentidos de (E3) é a de que os colonizadores não tinham outra alternativa senão a escravização para desenvolver a economia da colônia; se essa é a conclusão de (E3), (E4) orienta para uma conclusão oposta e, portanto, os enunciados estão defendendo pontos de vista diferentes? A resposta é não. Ambos enunciados orientam para uma conclusão de que a escravização é a via possível para quem escravizava, no entanto, o lugar social de historiador, nesse caso, alude lugares de dizer

diferentes, sustentando mais de uma posição. A posição sustentada pelos três primeiros enunciados do recorte [R7] é a de que os portugueses precisaram recorrer à escravização em virtude das circunstâncias que se deram na estrutura colonial. Já nos enunciados (E4) e (E5), sustenta-se uma nova posição, a de que os colonizadores não eram os únicos a escravizarem. Vejamos abaixo como esses lugares se configuram na sustentação dessas posições:

[R7] (P-E2) Portugal não tinha mão de obra excedente para o trabalho nas lavouras de açúcar e o campesinato do reino não se disporia, em todo caso, a trabalhar em lavouras tropicais de sol a sol. (P-E1) Portanto, uma economia voltada para a produção de açúcar em larga escala para o mercado externo não poderia se basear no trabalho livre de colonos.

(P-E3) Por isso, a saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão, primeiro dos indígenas, ao longo do século XVI, logo sucedida pela dos africanos, que também foram utilizados na produção açucareira do arquipélago da Madeira.

Em (P-E2), vemos que o alocutor-historiador enuncia sobre a necessidade de mão de obra para atender à alta produção de açúcar que se iniciava na colônia. Assim, nesse enunciado, alega-se como verdadeiro que as condições de manutenção do comércio na colônia ficaram dificultosas, já que a cultura de uma matéria-prima para comercialização de um produto que passa a ser a principal fonte de crescimento da economia da colônia, de fato, exige uma grande quantidade de trabalhadores. Desse modo, o que se afirma nesse enunciado é dito a partir do dizer de um enunciador-universal. Já em (P-E3), o lugar social ou alocutor-historiador, ao afirmar que os colonizadores recorreram à escravidão, utilizou o substantivo “saída”. Esse nome é determinante para a posição sustentada pelo lugar social de que os colonizadores só tinham a escravização como alternativa de trabalho nas lavouras. Isso porque esse termo, ao ser empregado acompanhado de um artigo definido, inviabiliza toda e qualquer outra possibilidade, passando a defender a ideia de que o colonizador escravizou porque era a única alternativa, ele precisou fazer isso. Além disso, na paráfrase (P-E3), temos uma outra palavra que se aproxima de uma perspectiva europeia de pensar a escravização, a palavra “utilizados”, relacionada à palavra “africanos”. “Utilizados” não é um termo usual para pessoas, sendo usado mais frequentemente para objetos. Ao relacionar essa palavra a pessoas, a perspectiva do colonizador de enxergar o escravizado, ou seja, uma perspectiva a partir da objetificação do negro escravizado é significada pelo livro didático. Assim, dizemos que no enunciado (E3), o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta um enunciador-individual,

que enuncia a partir de um modo particular de ver a pessoa escravizada, endossando o dizer do colonizador, e, portanto, vê-se aí uma posição eurocêntrica de pensar a escravização. O esquema abaixo mostra como esses lugares se distribuem nessa narrativa do livro que tem como espaço de enunciação o Brasil colonial:

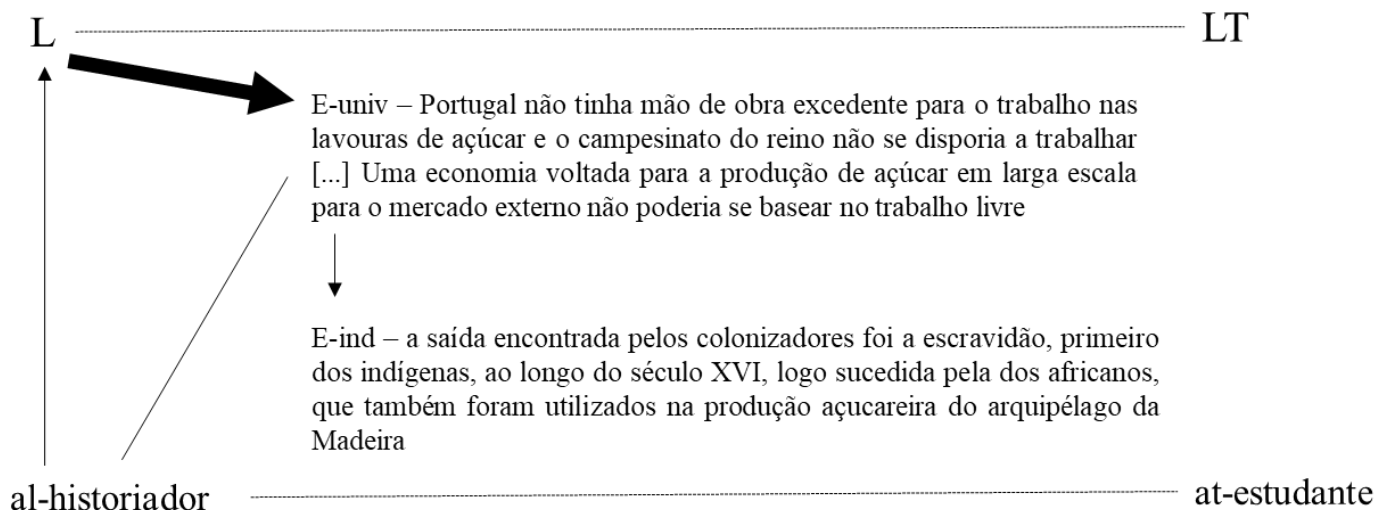


Figura 19 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R7]

Analisemos agora o restante do recorte:

[R7] (P-E4) No entanto, eles não eram os únicos. Muitas sociedades africanas recorriam à escravidão ou escravizavam prisioneiros de guerra para vender na própria África.
 (E5) Muitos chefes e reis africanos já tinham larga experiência nesse tipo de comércio.

Na paráfrase do enunciado (E4), explicitada acima por (P-E4), enuncia-se sobre a escravização na África. Todos sabem que a escravização de pessoas foi uma prática utilizada por diversas sociedades ao redor do mundo e, então, os colonizadores europeus não foram os únicos a escravizarem pessoas. Dessa maneira, no enunciado (E4), o lugar social enuncia a partir do lugar de enunciador-universal. Vale ressaltar, porém, que a afirmação sobre a escravização feita pelos próprios africanos não deve ser compreendida como tendo caráter meramente informativo. Enfatizar que os colonizadores não eram os únicos a escravizarem e falar sobre a escravização na África pode ser entendida como forma de universalizar a escravização de pessoas e atenuar o aspecto de crueldade que se atribui especialmente ao colonizador quando se pensa em escravização. Além disso, é preciso não perder de vista que a exploração da mão de obra escravizada pelo colonizador

européu, especificamente, tinha como premissa a ideia de raça, que foi o que norteou um regime de exploração que, no Brasil, durou mais de 300 anos. Assim, apesar de no enunciado (E4) o alocutor-historiador apresentar um enunciador-universal, nessa apresentação, a enunciação está sendo afetada pelo discurso da colonialidade, discurso de neutralização das ações colonizadoras.

No enunciado (E5), de modo semelhante, o lugar social enuncia a partir do dizer da verdade, do que é sabido por todos, assim, o alocutor-historiador alude um enunciador-universal. Esse alocutor, no entanto, enuncia sobre a escravização exercida por reis e chefes africanos por meio da formação nominal “larga experiência”. Nessa expressão o adjetivo “larga” determina a palavra “experiência” e se configura numa ordem em que há uma anteposição do adjetivo em relação ao substantivo. O adjetivo, em si, já avalia de alguma maneira a forma como o lugar social se remete a algo e nessa ordem (anteposto), há uma intensificação daquilo do que se fala. O adjetivo, então, significa no enunciado o longo período de tempo pelo qual povos africanos escravizavam pessoas. Assim, dizemos que ao usar esse adjetivo, o lugar social alude o Locutor, que apresenta um enunciador-individual, novamente fortalecendo a ideia de que a escravização já era algo comum e antigo (o que é representado pelo adjetivo “larga”) quando iniciada pelo colonizador europeu. Novamente, isso fortalece o discurso de neutralização das ações colonizadoras. Traçamos abaixo um esquema que ilustra as relações entre os lugares enunciativos nesses últimos enunciados:

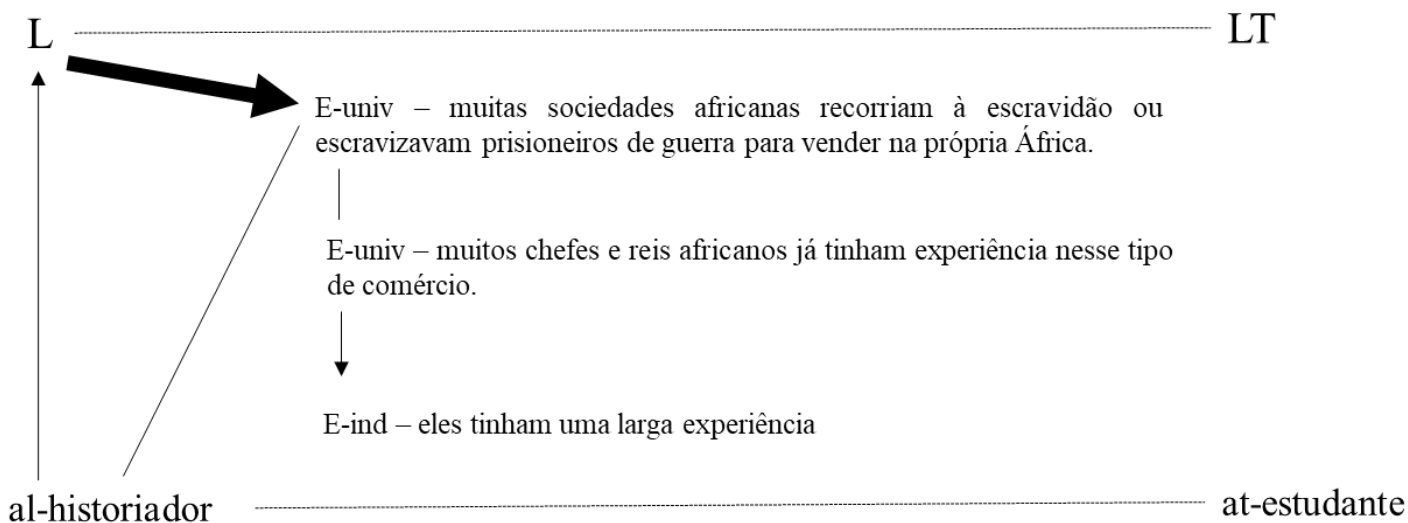


Figura 20 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R7]

Após analisar recortes que tratavam de aspectos voltados para os colonizadores espanhóis e portugueses, veremos abaixo um recorte que fala desses colonizadores, mas também dos colonizadores ingleses na América, comparando-os:

[R8] (E1) Diferentemente do que ocorria nas colônias espanholas e portuguesa na América, a colonização promovida pelos protestantes ingleses não apresentou esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas. (E2) O caráter comercial da empresa colonizadora dirigida pela Coroa inglesa não incentivava a integração política ou social do ameríndio ao reino britânico. (E3) O resultado desse modelo de colonização foi a formação de uma sociedade de matriz europeia com pouca mestiçagem e quase nenhuma integração entre ameríndios e brancos (Apolinário, 2018, p. 95)

No enunciado (E1), podemos ver que há uma comparação entre as colonizações promovidas pelos espanhóis e pelos portugueses e a colonização promovida pelos ingleses, e essa comparação é estabelecida pelo “diferentemente”. A comparação, no entanto, não produz somente um efeito de dizer que as colonizações foram diferentes. À medida que o enunciado aponta a especificidade da colonização inglesa que se diferencia dos outros modos de colonização, espanhola e portuguesa, o enunciado direciona para a conclusão de que o que não foi feito pelos colonizadores ingleses, foi feito pelos colonizadores espanhóis e portugueses. Nesse caso, a especificidade apontada pelo enunciado é que os ingleses não apresentaram “esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas”. Realizando a paráfrase do enunciado abaixo, podemos ver com mais clareza a oposição ocasionada pelo uso do “diferentemente” e da especificidade enunciada:

[R8] (P-E1) A colonização promovida pelos protestantes ingleses não apresentou esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas, no entanto, nas colônias espanholas e portuguesa isso foi diferente.

Com essa paráfrase, podemos ver que a argumentatividade que se estabelece no enunciado entre o que se diz sobre a colonização inglesa e as colonizações espanhola e portuguesa é uma argumentatividade concessiva, do tipo [X NE Y]. Esse tipo de argumentatividade produzida no enunciado faz com que os sentidos sejam direcionados para a conclusão de que houve esforços sistemáticos por parte dos espanhóis e portugueses de evangelização da população indígena.

Essa conclusão para a qual se direciona o enunciado é motivada pelo tipo de argumentatividade que se instala no modo de enunciar. Essa argumentatividade ainda, associada à falta de conjunções que liguem os enunciados seguintes no recorte, indicamos que os sentidos do recorte também são direcionados a mostrar as características da colonização inglesa que são incompatíveis com as das colonizações espanhola e portuguesa. Para ver como isso se dá, vejamos abaixo uma paráfrase do enunciado (E2), de modo que a ele seja acrescentado um articulador que o ligue ao enunciado (E1):

[R8] (E1) Diferentemente do que ocorria nas colônias espanholas e portuguesa na América, a colonização promovida pelos protestantes ingleses não apresentou esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas. (P-E2) Além disso, o caráter comercial da empresa colonizadora dirigida pela Coroa inglesa não incentivava a integração política ou social do ameríndio ao reino britânico.

Antes de comentarmos a paráfrase feita, é necessário atentar-nos para alguns aspectos: o enunciado (E2) em sua forma original no recorte não afirma algo oposto ao que se diz em (E1), também não apresenta uma conclusão, já que é complementado posteriormente pelo enunciado (E3). Assim, podemos dizer que o que se enuncia em (E2) é uma característica complementar sobre a colonização inglesa, além da que já fora apresentada em (E1), de que os ingleses não se esforçaram para evangelizar os indígenas. Desse modo, realizamos a nossa paráfrase acrescentando o “além disso” para dar o efeito de adição de mais uma característica da colonização inglesa, como o recorte sugere.

Pensemos agora no enunciado que encerra o recorte. Ele não mais adiciona uma característica da colonização inglesa, mas enuncia sobre o resultado que uma colonização com as características dos enunciados (E1) e (E2) traz, e esse resultado é a conclusão para a qual os enunciados anteriores direcionam. Nessa conclusão, a formação nominal “modelo de colonização” é uma reescrituração das características enunciadas anteriormente, isto é, ela retoma o não esforço sistemático para evangelização dos indígenas e o caráter comercial da colonização que não gerava a integração política e social dos povos indígenas. Vejamos abaixo uma paráfrase do enunciado (E3), que mostra a forma como ele se relaciona com os enunciados anteriores:

[R8] (E2) O caráter comercial da empresa colonizadora dirigida pela Coroa inglesa não incentivava a integração política ou social do ameríndio ao reino britânico. (P-E3) Portanto, o resultado desse modelo de colonização foi a formação de uma sociedade de matriz europeia com pouca mestiçagem e quase nenhuma integração entre ameríndios e brancos

Com a adição do “portanto” no enunciado (E3), podemos ver que a argumentatividade produzida entre (E2) e (E3) é diretiva, assim, temos a estrutura de argumentatividade [X PT Y].

Estabelecido o tipo de argumentatividade entre o último enunciado do recorte e os anteriores, podemos dizer que a conclusão sustentada pelo enunciado (E1), de que a colonização inglesa foi diferente das colonizações espanhola e portuguesa se mantém no enunciado (E3). Podemos concluir a partir disso que, de maneira diferente da colonização inglesa, nas colonizações espanhola e portuguesa há mais “mestiçagem” e mais “integração entre ameríndios e brancos”.

Vejamos agora novamente o recorte original na íntegra para analisar de que modo se dão os lugares enunciativos e a argumentação que se produz nos enunciados.

[R8] (E1) Diferentemente do que ocorria nas colônias espanholas e portuguesa na América, a colonização promovida pelos protestantes ingleses não apresentou esforços sistemáticos de evangelização dos povos indígenas. (E2) O caráter comercial da empresa colonizadora dirigida pela Coroa inglesa não incentivava a integração política ou social do ameríndio ao reino britânico. (E3) O resultado desse modelo de colonização foi a formação de uma sociedade de matriz europeia com pouca mestiçagem e quase nenhuma integração entre ameríndios e brancos (Apolinário, 2018, p. 95)

No enunciado (E2), o lugar social de alocutor-historiador, guiado pela diferença apontada em (E1) entre os tipos de colonização que ocorreram na América, enuncia, a partir do lugar de enunciadador-universal, já que apresenta características da colonização inglesa, falando, assim, do lugar da ciência, do estudioso que reconhece os traços dos tipos de colonização. De modo semelhante, no enunciado (E3), o lugar de enunciadador-universal se mantém quando mostra o tipo de colonização inglesa e os resultados dela, ou seja, falando a partir do lugar de estudioso. Entretanto, no enunciado (E1), além do lugar de enunciadador-universal que enuncia características da colonização inglesa, ao adjetivar, por meio do adjetivo “sistemáticos” os esforços não feitos pelos ingleses e feitos pelos portugueses e espanhóis, o alocutor-historiador faz uma avaliação dos esforços feitos por colonizadores diferentes, constituindo um enunciadador-individual. Vejamos abaixo um esquema que resume a configuração das figuras enunciativas do recorte [R8]:

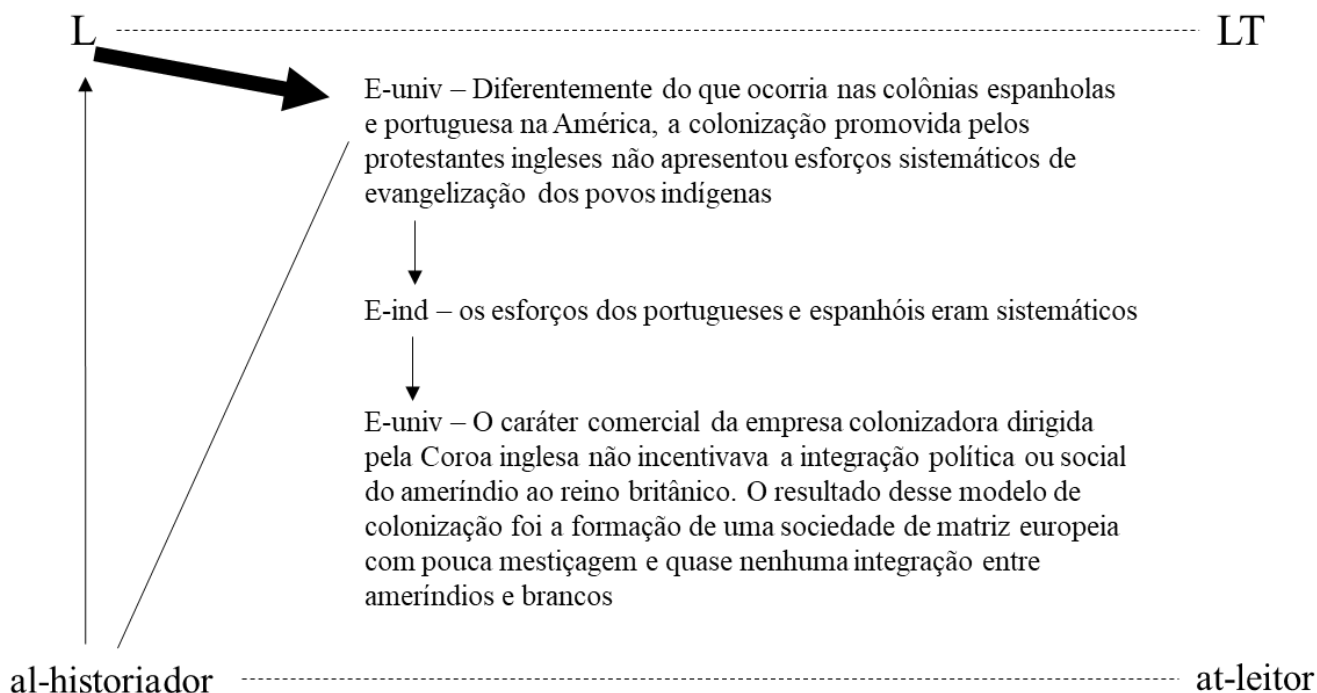


Figura 21 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R8]

É preciso ressaltar que a comparação entre as colonizações que ocorreram na América e a avaliação feita sobre os esforços não feitos pelos ingleses, mas feitos por portugueses e espanhóis produzem sentidos que fazem o lugar social sustentar a posição de que os colonizadores espanhóis e portugueses tinham organização e método (impressões produzidas pelo adjetivo “sistemáticos”) para evangelizar os indígenas. Isso retoma o memorável da catequização de indígenas, que pode ser entendido no recorte como um diferencial em relação aos colonizadores e que a enunciação significa como uma questão que atribui um melhor modo de enxergar os colonizadores espanhóis e portugueses. Ainda, com as conclusões orientadas pelo restante do recorte e a contraposição estabelecida entre os colonizadores no enunciado (E1), podemos dizer que todo o recorte direciona para a conclusão de que as características que marcam os colonizadores ingleses se dão de maneira oposta com os espanhóis e portugueses. Assim, o lugar social sustenta que espanhóis e portugueses integraram mais os indígenas nas colônias e, portanto, promoveram um ambiente mais diverso, etnicamente falando, dadas as relações entre nativos e europeus. Assim, a posição sustentada pelo alocutor-historiador, considerando o recorte em sua totalidade, é a de que as colonizações espanhola e portuguesa tiveram pontos positivos, enquanto a inglesa, não.

Esse movimento argumentativo de apontar um lado muito negativo de colonizadores, mas sempre com uma ressalva, colocando contrapontos para mostrar o lado positivo ou a sugestão de que houve colonizadores que foram menos violentos no processo de colonização pode ser considerada uma posição eurocêntrica nos modos de enunciar sobre a colonização inglesa, considerada mais violenta e excludente do que as outras.

Analisaremos agora mais um recorte, no qual se exalta sutilmente as ações dos colonizadores por meio de descrições de características relativas ao ambiente colonial. O recorte abaixo foi retirado do texto intitulado “Os africanos escravizados”, situado no capítulo “O Nordeste açucareiro”, nele são pontuadas razões da escravização e descritas algumas características das moradias dos escravizados:

[R9] (E1) As dificuldades na escravização de indígenas e a demanda crescente por trabalhadores levaram os senhores de engenho a investir na aquisição de escravos de origem africana.

(E2) [...] Os africanos escravizados habitavam a senzala, que podia ser construída pelo senhor ou pelos próprios cativos. (E3) As construções erguidas pelo senhor eram geralmente grandes pavilhões térreos, retangulares, divididos em cubículos destinados a casais ou a indivíduos solteiros. (E4) Já as moradias construídas pelos escravos eram bastante precárias e destinadas a abrigar uma família (Apolinário, 2018, p. 160)

No enunciado (E1), “dificuldades na escravização de indígenas” e “demanda crescente por trabalhadores” são colocados, por meio do uso do verbo “levaram”, como razões para o início da escravização de povos africanos.

Os enunciados seguintes já trazem um contexto de trabalho escravizado na colônia, trazendo um espaço de enunciação do Brasil colônia e descrevendo a moradia dos africanos escravizados. No enunciado (E3), o substantivo “senzala” é reescriturado por substituição por “construções” este termo é especificado por “erguidas pelo senhor”, para identificar senzalas construídas por senhores de engenho. Nesse mesmo enunciado, a formação nominal “construções erguidas pelo senhor” é determinada pela formação nominal “grandes pavilhões térreos, retangulares, divididos em cubículos destinados a casais ou a indivíduos solteiros”.

Quanto ao enunciado (E4), ele também faz uma reescrituração da palavra “senzala” por meio do substantivo “moradias”, que é complementado por “construídas pelos escravos”. O que determina “moradias construídas pelos escravos”, no enunciado (E4), é a formação nominal “bastante precárias e destinadas a abrigar uma família”.

Podemos perceber, não só pela formação nominal que neste último enunciado designa as moradias, como pelo termo “já” que inicia (E4), que este enunciado traz uma oposição ao enunciado anterior. Vejamos uma paráfrase abaixo que explicita essa oposição:

[R9] (E3) As construções erguidas pelo senhor eram geralmente grandes pavilhões térreos, retangulares, divididos em cubículos destinados a casais ou a indivíduos solteiros. (P-E4) No entanto, as moradias construídas pelos escravos eram bastante precárias e destinadas a abrigar uma família.

Por essa paráfrase de (E4), percebe-se que existe entre (E3) e (E4) uma argumentatividade concessiva, que se estrutura como [E3 NE E4]. Essa argumentatividade orienta para uma conclusão de que as casas construídas pelos senhores possuíam melhores condições. Novamente, assim como na formação nominal “grande epopeia” analisada anteriormente, o efeito positivo proporcionado pela anteposição do adjetivo “grande” no enunciado (E3) acontece, fazendo com que as casas construídas pelos senhores sejam descritas como superiores às construídas pelos africanos escravizados por meio das características em si e da ênfase proporcionada pelo adjetivo anteposto ao substantivo “pavilhões”.

Vejamos o recorte original mais uma vez para entender os modos como os lugares enunciativos significam na argumentação:

[R9] (E1) As dificuldades na escravização de indígenas e a demanda crescente por trabalhadores levaram os senhores de engenho a investir na aquisição de escravos de origem africana.

(E2) [...] Os africanos escravizados habitavam a senzala, que podia ser construída pelo senhor ou pelos próprios cativos. (E3) As construções erguidas pelo senhor eram geralmente grandes pavilhões térreos, retangulares, divididos em cubículos destinados a casais ou a indivíduos solteiros. (E4) Já as moradias construídas pelos escravos eram bastante precárias e destinadas a abrigar uma família (Apolinário 2018, p. 160)

No primeiro enunciado, o verbo “levaram” apresenta um funcionamento semelhante ao substantivo “saída” do recorte [R7]. Assim como neste recorte, o efeito produzido pelo verbo no enunciado (E1), no recorte [R9], é de que os senhores não escolheram escravizar, mas as circunstâncias guiaram para a escravização. Há, nesse modo de enunciar o início da escravização, um teor de inevitabilidade, ou seja, não haviam outras alternativas. Assim, podemos dizer que o alocutor-historiador, nesse

enunciado, alude um enunciador-individual, trazendo uma visão particular em relação ao início da escravização, que se encaixa num espaço de enunciação do Brasil colonial e se alinha a um discurso da colonialidade.

Já no enunciado (E2), o lugar social traz um dizer a partir do lugar de estudioso que explica sobre os modos de construção das senzalas. Assim, podemos dizer que o alocutor-historiador alude um enunciador-universal.

Nos enunciados (E3) e (E4), novamente, o lugar social faz uma reflexão sobre as construções das senzalas que compara os modos de construir do senhor de engenho e dos escravizados. A argumentatividade estabelecida na integração entre os enunciados é do tipo concessiva e esse tipo de argumentatividade mobiliza no recorte uma comparação que sobrepõe as ações do branco sobre a dos negros escravizados, já que as construções dos senhores é caracterizada com melhores condições e a dos escravizados colocada como uma construção de baixa qualidade. Ainda, em relação a esse efeito de sentido provocado pelo modo de enunciar sobre as construções, podemos dizer que o alocutor-historiador deixa de comentar os prováveis motivos para as diferenças entre as construções, o que explicita um apagamento das condições financeiras, de trabalho, de alimentação, enfim, de vida oferecida aos negros escravizados nos engenhos. Assim, o modo pelo qual o alocutor-historiador enuncia sobre as construções dos senhores, por meio das características estruturais da construção marcadas principalmente pelo adjetivo “grandes” que inicia a descrição, faz com que o lugar social sustente uma posição de que o senhor proporcionava boas condições de moradia aos seus escravizados. Dizemos, portanto, que (E3) e (E4) são enunciados a partir do lugar de enunciador-individual, marcado pelo discurso da colonialidade e cujo domínio de mobilização mostra as influências dos discursos eurocêntricos que circulam no social.

Vejam os abaixo como se dá a configuração dos lugares enunciativos do recorte:

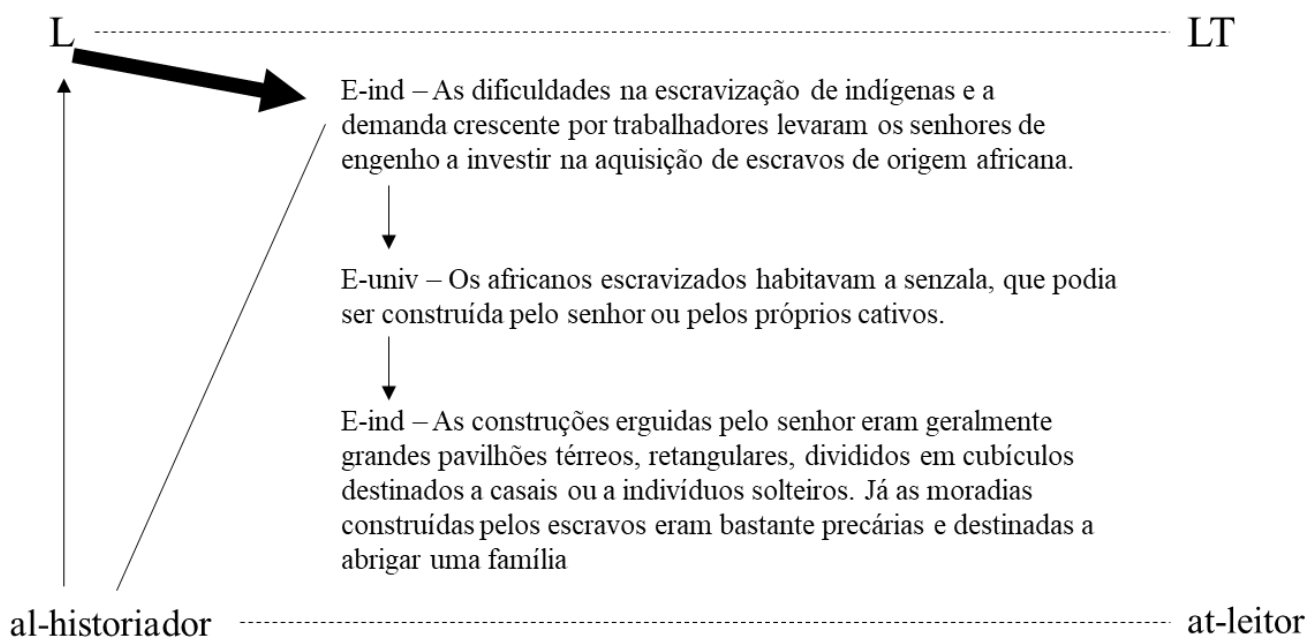


Figura 22 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R9]

O texto que analisaremos agora foi retirado do tópico de Atividades que se encontra no capítulo “Os espanhóis na América”, que trata da colonização espanhola na América. Essa atividade apresenta um trecho do texto *A conquista da América: a questão do outro* (1999), de Tzvetan Todorov, que mostra uma perspectiva em relação à chegada dos conquistadores espanhóis na América. Sobre esse texto, mostraremos abaixo de que modo a articulação das conjunções *porque* e *desse modo* constituem determinados sentidos nesse texto.

[R10] Leia o texto com atenção e responda às questões

“Ao ler a história do México, não podemos evitar a pergunta: por que os índios não resistem mais [aos espanhóis]? Será que não se dão conta das ambições colonizadoras de Cortés? A resposta desloca a pergunta: (E1) os índios das regiões atravessadas por Cortés no início não ficam muito impressionados com suas intenções colonizadoras, (E2) **porque** esses índios já foram conquistados e colonizados – pelos astecas. (E3) O México de então não é um estado homogêneo, e sim um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas, que ocupam o topo da pirâmide. (E4) **Desse modo**, longe de encarnar o mal absoluto, Cortés frequentemente aparecerá como um mal menor, como um libertador [...], que permite acabar com a tirania particularmente detestável. [...] Os conquistadores só atrapalharam os astecas.” (TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 69.) (Apolinário, 2018, p. 119)

O texto se inicia com duas perguntas sobre a reação dos indígenas frente à colonização espanhola e a resposta para elas é o que se enuncia em (E1) e em (E2). O enunciado (E2) articula-se ao enunciado (E1) por meio da conjunção explicativa *porque*, que justifica o proposto em (E1), isto é, justifica o fato de os indígenas não ficarem impressionados com as intenções colonizadoras. Vejamos abaixo uma paráfrase desses enunciados para entender melhor os sentidos que essa articulação produz:

[R10] (P-E2) Esses índios já foram conquistados e colonizados pelos astecas, (P-E1) **portanto** os índios das regiões atravessadas por Cortés no início não ficam muito impressionados com suas intenções colonizadoras.

Nessa paráfrase, o uso do *portanto*, conjunção conclusiva, mostra que o que se sustenta em (E1) orienta para uma mesma conclusão a que se chega em (E2), ou seja, que os indígenas estavam familiarizados com grupos que exerciam algum tipo de dominação sobre a população e, portanto, com ações colonizadoras.

De modo semelhante, os enunciados seguintes, (E3) e (E4), continuam apontando para uma mesma conclusão. Podemos novamente parafrasear os enunciados, utilizando a conjunção *portanto*:

[R10] (E3) O México de então não é um estado homogêneo, e sim um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas, que ocupam o topo da pirâmide. (P-E4) **Portanto**, longe de encarnar o mal absoluto, Cortés frequentemente aparecerá como um mal menor, como um libertador...

Até aqui estamos lidando com argumentatividades diretivas, do tipo [X PT Y], nas quais a orientação dos enunciados apontam para uma mesma conclusão, a da familiaridade dos nativos com a dominação de um grupo e a colonização. Essa conclusão para qual apontam os enunciados pode ser resumida pelo trecho final do recorte: “os conquistadores só atrapalharam os astecas”; esse trecho também é, no recorte, uma reescrituração por condensação de tudo que foi dito anteriormente. Novamente, por meio da paráfrase, vemos a articulação dos enunciados com o uso do *portanto* e a sustentação da conclusão de que os nativos já haviam sido conquistados e os invasores europeus não foram o maior problema na região que invadiram na América e sim, os próprios astecas. Nessa última paráfrase do (E4), podemos ver uma outra estratégia argumentativa de orientação dessa conclusão, por meio da negação. Em (E3), antes de dizer que o México vivia sob a subjugação dos astecas, o texto apresenta a negação “O México de então não

é um estado homogêneo”. Essa negação não somente explicita a negação da ideia sustentada em todo o recorte – de que os astecas eram os “vilões”, e não os conquistadores – como também fortalece a afirmação seguinte, “e sim um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas, que ocupam o topo da pirâmide”. Parafraseando o enunciado (E3) abaixo, vemos esse movimento argumentativo de modo mais explícito:

[R10] (P-E3) O México de então não é um estado homogêneo. O México é um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas...

Agora, com a substituição do “e sim” por “O México”, temos mais explicitamente a contraposição entre a negação e a afirmação que partem de um mesmo ponto de vista. Tomando a desigualdade entre povos de uma civilização como X, temos que o enunciado (E3) é dividido em “não X” e “X”. Numa escala argumentativa, considerando todo o recorte que está sendo analisado, vemos que o argumento mais forte sustentado no enunciado (E3) é o que se afirma em X e não a sua negação. Portanto, o argumento mais forte é o de que havia desigualdade no Império Asteca, mesmo antes da chegada dos espanhóis.

É importante em relação a esse recorte também mostrar as perguntas que o tópico de atividades traz sobre o texto que está sendo analisado. Vejamos abaixo:

Explique por que, segundo o texto, os indígenas das regiões por onde Cortés passava não se impressionaram com as ambições colonizadoras do espanhol [...]
Quais diferenças você consegue identificar entre a dominação exercida pelos impérios asteca e inca sobre outros povos indígenas e aquela que seria exercida pelo Império Espanhol?

Essas questões do livro corroboram para o discurso que ameniza as ações colonizadoras e que atribui aos líderes astecas uma imagem de algozes à medida que reafirma o que se diz no texto sobre os indígenas não se impressionarem com as ações colonizadoras dos espanhóis. Além disso, ao indagar sobre as diferenças entre a dominação dos astecas e a que “seria exercida pelo Império Espanhol”, o uso do verbo no futuro do pretérito sugere uma dominação que era possível de acontecer, que se mostrava incerta, enquanto essa dominação atualmente é fato histórico. A contraposição entre o uso deste tempo verbal e o uso do termo “exercida” – isto é, uma ação já concretizada, ocorrida – para se referir à dominação asteca estabelece na atividade uma

ideia de que a dominação espanhola não ocorreu, o que fortalece o discurso de conquistador como “libertador”, significado pelo texto de Todorov.

Agora, retornando à análise desse texto, vejamos novamente o recorte na íntegra para entender como as conclusões são sustentadas pelo alocutor nessa enunciação:

[R10] Leia o texto com atenção e responda às questões

“Ao ler a história do México, não podemos evitar a pergunta: por que os índios não resistem mais [aos espanhóis]? Será que não se dão conta das ambições colonizadoras de Cortés? A resposta desloca a pergunta: (E1) os índios das regiões atravessadas por Cortés no início não ficam muito impressionados com suas intenções colonizadoras, (E2) **porque** esses índios já foram conquistados e colonizados – pelos astecas. (E3) O México de então não é um estado homogêneo, e sim um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas, que ocupam o topo da pirâmide. (E4) **Desse modo**, longe de encarnar o mal absoluto, Cortés frequentemente aparecerá como um mal menor, como um libertador [...], que permite acabar com a tirania particularmente detestável. [...] Os conquistadores só atrapalharam os astecas.” (TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 69.) (Apolinário, 2018, p. 119)

Atentemo-nos, antes de mais nada, à autoria do texto em análise. Ela é atribuída ao famoso filósofo búlgaro (europeu) Tzvetan Todorov. Dessa forma, podemos considerar que esse acontecimento agencia um alocutor-europeu que, nesse recorte, é apresentado no dizer do alocutor-historiador e sustenta uma posição favorável ao colonizador espanhol. Esse alocutor, no entanto, mobiliza algumas outras figuras enunciativas na sua sustentação ao caracterizar as reações dos nativos ou quando avalia o conquistador de determinada maneira. Mostraremos como essas outras figuras se constituem, mas vejamos antes um esquema de como a apresentação do dizer do lugar social de europeu se constitui:

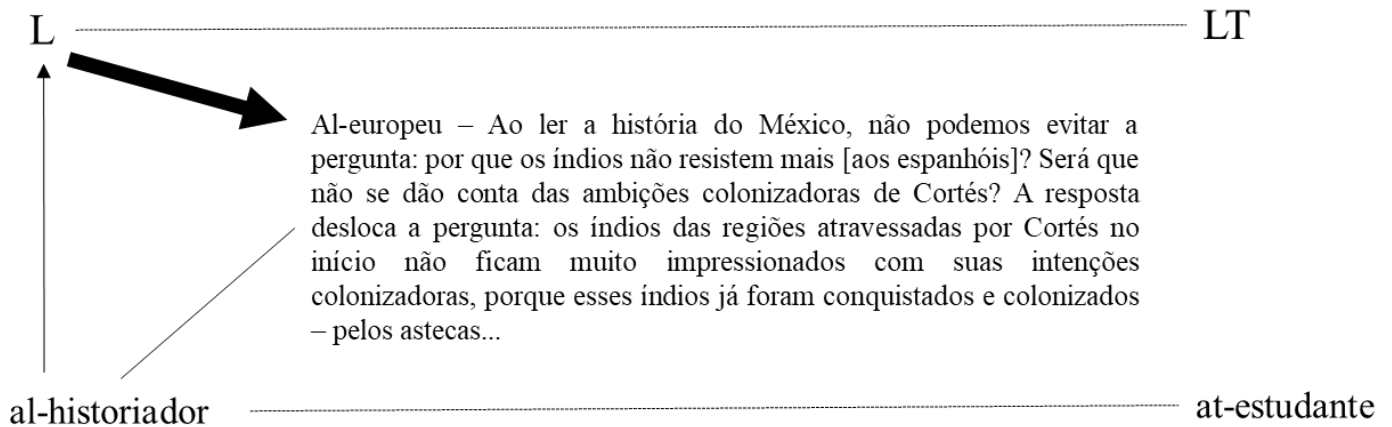


Figura 23 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10]

Nesse esquema, vemos que o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta (no dizer do alocutor-historiador) um outro dizer, agora de alocutor-europeu. Esse dizer é projetado para o alocutário-estudante.

Para identificar as figuras enunciativas que se constituem já no dizer do alocutor-europeu, vejamos agora, novamente, os enunciados (E1) e (E2) do recorte [R10]:

[R10] (E1) os índios das regiões atravessadas por Cortés no início não ficam muito impressionados com suas intenções colonizadoras, (E2) **porque** esses índios já foram conquistados e colonizados – pelos astecas.

Considerando que o articulador *porque* incide sobre o enunciado (E1) justificando-o, podemos dizer que um mesmo enunciador se constitui em ambos enunciados. Em (E1), o enunciador faz uma avaliação da reação dos nativos às intenções colonizadoras dos espanhóis e a caracteriza, afirmando que os indígenas “não ficam muito impressionados”. A palavra “impressionados” é uma nomeação particular, feita do lugar de um enunciador-individual. Nessa passagem do texto, então, o alocutor-europeu alude o Locutor, que apresenta um enunciador-individual que afirma que os nativos já foram conquistados e colonizados pelos astecas e que, por isso, eles não ficaram impressionados com os espanhóis. O esquema abaixo mostra as relações entre essas figuras enunciativas:

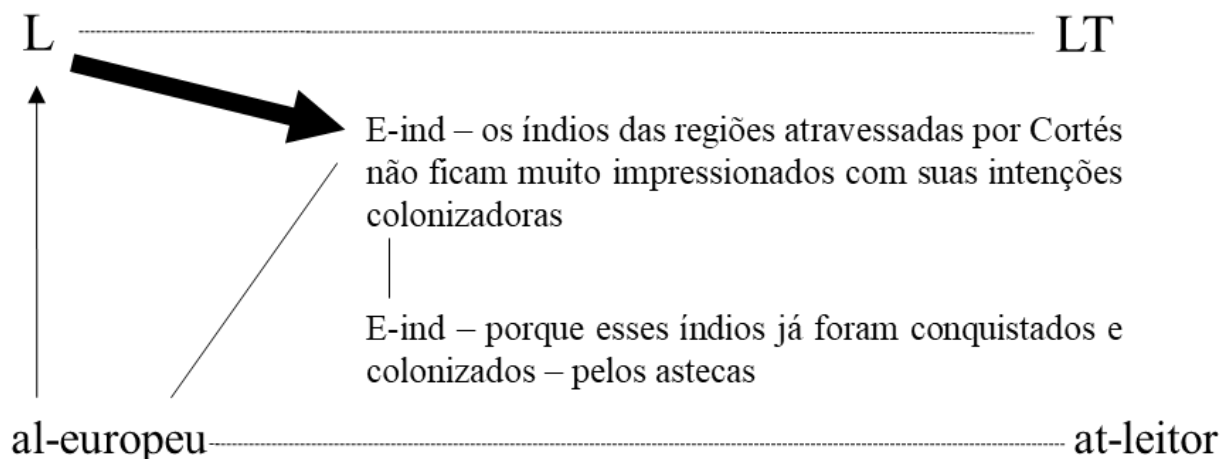


Figura 24 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10]

Nos enunciados (E3) e (E4), temos a constituição de enunciadores diferentes.

Vejam os:

[R10] (E3) O México de então não é um estado homogêneo, e sim um conglomerado de populações subjugadas pelos astecas, que ocupam o topo da pirâmide. (E4) **Desse modo**, longe de encarnar o mal absoluto, Cortés frequentemente aparecerá como um mal menor, como um libertador [...], que permite acabar com a tirania particularmente detestável. [...] Os conquistadores só atrapalharam os astecas.

No enunciado (E3), temos um dizer do lugar do que se sabe sobre as civilizações nativas do México, que elas eram divididas de modo desigual para os seus habitantes, tendo os líderes, os servos, os que ocupavam grandes cargos da administração das civilizações etc. Então, sabemos que, como afirmado no texto, o México não era um estado homogêneo e se dividia entre os que dominavam e os dominados – representados, no texto, como “populações subjugadas” –. Assim, esse dizer se constitui a partir do lugar do que se considera verdade para todos, a partir do lugar de enunciador-universal. Já a consequência disso não é necessariamente aquilo que se enuncia em (E4), de que o colonizador se mostra como um libertador nesse contexto de dominação dos astecas. Essa é uma concepção específica do autor europeu sobre a chegada dos espanhóis no território asteca, assim, novamente, temos constituído nesse recorte um enunciador-individual. Desse modo, o alocutor-europeu sustenta o seu argumento pela apresentação de um dizer de enunciador-universal e aludindo o enunciador-individual que continua mostrando o

seu ponto de vista. Fazemos abaixo um esquema que resume as relações entre os lugares que esses enunciados constituem:

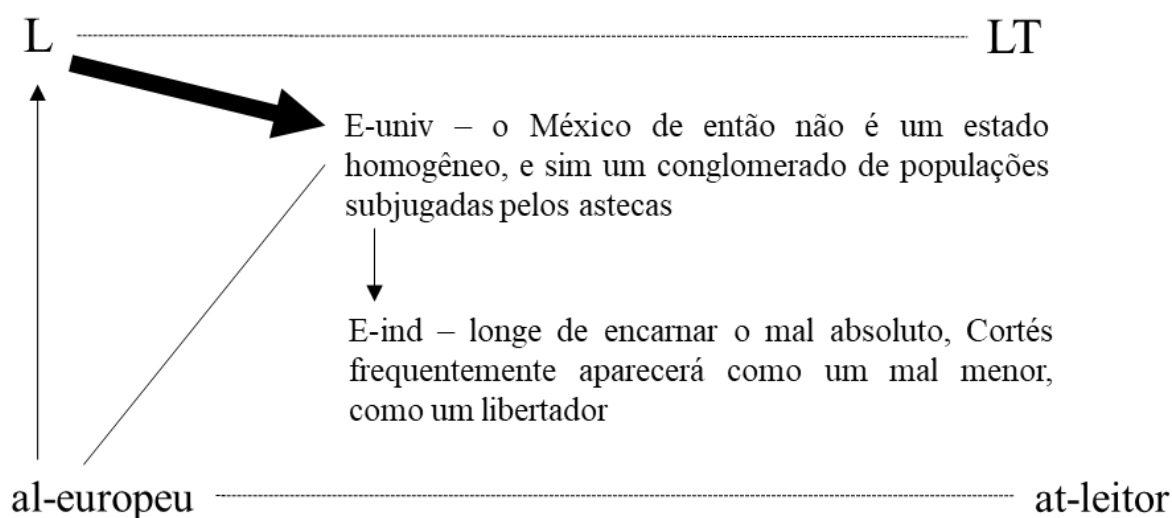


Figura 25 Esquema 3 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R10]

Nesse esquema, mostramos o modo como o alocutor-europeu sustenta a sua posição (de que os conquistadores atrapalharam os astecas e o colonizador é um “libertador”) para o alocutário-leitor (constituído porque o dizer do autor europeu não é direcionado aos estudantes, mas aos leitores da sua obra *A conquista da América: a questão do outro*). Ele alude o Locutor e apresenta o dizer de um enunciador-universal, que fala sobre a dominação asteca, para fundamentar a sua posição. Com essa fundamentação, ele alude o enunciador-individual que diz que o conquistador é “um mal menor”, “um libertador”.

Esse recorte analisado, apesar de ser, na enunciação do livro didático, um dizer de um alocutor-europeu e não de um alocutor-historiador brasileiro, mas esse dizer e toda a futuridade que ele constitui está introjetada no dizer do alocutor-historiador, que escreve para um livro didático e que apresentou, no seu dizer, o dizer de um europeu. Assim, a posição sustentada pelo alocutor-europeu no texto analisado é legitimada na enunciação do livro didático quando passa a fazer parte dela e quando é fortalecida pelas questões que compõem a atividade do manual. Ao sustentar a posição do conquistador como “libertador” e dos astecas como os reais conquistadores e colonizadores dos povos que habitavam a região que hoje é o México, temos na enunciação uma legitimação do discurso que enaltece o conquistador e, portanto, o europeu e, assim, temos um discurso de naturalização da dominação do branco europeu sobre outros povos, isto é, da

superioridade europeia. Essa sustentação do alocutor-europeu pode acarretar ainda na defesa do discurso de que os impactos da colonização europeia, como por exemplo o genocídio de indígenas, foram positivos para o crescimento das regiões invadidas.

Analisaremos a seguir outro trecho recortado da obra *Araribá Plus: História* (Apolinário, 2018) que trata das relações entre colonizadores e indígenas. Esse trecho se situa no capítulo “Trabalho e divisões sociais nas colônias espanholas” e discute a mistura étnica entre os povos e a forma como os indígenas endossaram a cultura do europeu nas suas vidas. Vejamos:

[R11] Relações entre diferentes culturas

A proibição de escravizar os indígenas, decretada pela Coroa espanhola no século XVI, não criou uma situação de igualdade entre nativos e brancos. (E1) Na realidade, os europeus consideravam os indígenas inferiores e ingênuos, incapazes de decidir, por sua própria conta, onde e como trabalhar, ou mesmo qual religião seguir. (E2) A Coroa e as elites políticas e econômicas espanholas preferiam que os colonizadores e os indígenas não se misturassem. (E3) **Porém**, apesar desse pensamento, muitos conquistadores tiveram filhos com indígenas. O mesmo aconteceu, em menor grau, entre africanos escravizados e indígenas e colonos.

(E4) Nesse ambiente social bastante heterogêneo, indígenas, africanos escravizados e mestiços foram aqueles que mais tiveram suas identidades transformadas e recriadas. (E5) A maioria das comunidades indígenas adotou o cristianismo e incorporou práticas dessa religião à sua identidade étnica e cultural. (E6) Apesar dessas transformações, os nativos não deixaram de se considerar indígenas, (E7) **porque** não abandonaram os elementos que compunham essa identidade, como a língua, a visão de mundo, as relações de parentesco, as festas, os trajes e as tradições culinárias, artísticas e religiosas (Apolinário, 2018, p. 128)

Começaremos tratando das afirmações iniciais do recorte. Ele se inicia falando da proibição da escravização de indígenas e do estado de desigualdade entre os povos que esse decreto criou. Em (E1), afirma-se sobre a forma como os europeus viam os indígenas (como seres “inferiores, ingênuos, incapazes de decidir...”) e, em (E2), fala-se sobre a preferência dos europeus em não misturar os povos. Essa decisão de não misturar europeus e indígenas se apresenta como consequência do modo como os europeus viam os nativos, o sentido de (E2) depende do que se afirma em (E1). Pensemos nisso observando a paráfrase abaixo:

[R11] (E1) Na realidade, os europeus consideravam os indígenas inferiores e ingênuos, incapazes de decidir, por sua própria conta, onde e como trabalhar, ou mesmo qual religião seguir. (P-E2) **Por isso**, a Coroa e as elites políticas e econômicas espanholas preferiam que os colonizadores e os indígenas não se misturassem.

Com a articulação do *por isso* entre os enunciados (E1) e (E2), vemos mais explicitamente de que modo um é consequência do outro. Nesse caso, temos uma argumentatividade diretiva, em que se dá um movimento argumentativo do tipo [E1 PT E2]. Sendo (E2) consequência de (E1), temos que ambos enunciados orientam para uma mesma conclusão – de que a separação entre os povos era melhor. O enunciado seguinte, no entanto, orienta para uma outra conclusão. O uso do *porém* para articular os enunciados (E2) e (E3) produz uma argumentatividade concessiva, em que se tem conclusões que se opõem em (E2) e (E3), isto é, a argumentatividade que se produz nesse caso é a do tipo [E2 NE E3]. Em outras palavras, enquanto (E2) orienta para a separação entre os povos, (E3) orienta para o contrário, para a união entre eles.

Antes de entender a forma como se constrói a argumentatividade do restante do recorte, é preciso destacar o uso do adjetivo “heterogêneo”. Pensando na integração dos enunciados num texto, isto é, a integração entre os enunciados no livro didático, podemos pensar sobre o contraste estabelecido entre o uso do termo “homogêneo” no recorte anterior sobre a civilização asteca, de autoria de Tzvetan Todorov, e “heterogêneo”, neste recorte. No recorte anterior, o termo “homogêneo” é utilizado para tratar do espaço de enunciação do Império Asteca, ou seja, do território invadido pelos espanhóis e ainda não conquistado. Já neste recorte que está sendo analisado agora, a palavra “heterogêneo” é enunciada no espaço de enunciação da América colonizada, isto é, um espaço no qual a colonização espanhola já foi estabelecida. No recorte anterior, a homogeneidade é citada numa negação, ou seja, enuncia-se sobre a não-homogeneidade do Estado Asteca, tomando, assim, no recorte [R10], a heterogeneidade como algo negativo. Ou seja, fica claro o caráter negativo da não-homogeneidade na civilização asteca, pois era isso que provocava a desigualdade entre os povos e a subjugação da população aos astecas. Nesse novo recorte que está sendo analisado, a ideia da contraposição entre heterogeneidade e homogeneidade é recuperada por meio da afirmação de que a colônia havia se tornado um ambiente heterogêneo e, portanto, positivo, de mistura entre povos. Temos, portanto, no recorte [R11], uma concepção oposta, que toma a heterogeneidade, isto é, a não-homogeneidade como algo positivo. Desse modo, instala-se na enunciação do livro didático uma contradição, na qual a heterogeneidade quando partida de uma organização entre os povos indígenas é vista como negativa e a heterogeneidade quando partida de uma organização ocasionada pelos europeus na colonização é tida como positiva. Essa relação que se instaura entre as palavras, quando integradas no texto, já indicia uma posição eurocêntrica nos modos de significar a colonização europeia na América.

Dito isso, pensemos agora na forma como o recorte se organiza para mostrar a formação dessa heterogeneidade. Afirma-se em (E4) que o ambiente era heterogêneo e que os povos que mais tiveram suas culturas transformadas foram os indígenas, os africanos e os mestiços. Dizer que esses povos foram os que *mais* tiveram suas culturas transformadas é dizer que outros povos também tiveram suas culturas transformadas, nesse caso, os europeus. A heterogeneidade se mostra, então, pela transformação das culturas no processo de aproximação entre elas, como mencionado em (E3). A continuação do recorte mostra como os povos com as culturas mais transformadas passaram por essa maior transformação e o enunciado (E5), então, é a explicação do enunciado (E4). A paráfrase abaixo mostra como essa relação se constrói:

[R11] (E4) Nesse ambiente social bastante heterogêneo, indígenas, africanos escravizados e mestiços foram aqueles que mais tiveram suas identidades transformadas e recriadas. (P-E5) Isso porque a maioria das comunidades indígenas adotou o cristianismo e incorporou práticas dessa religião à sua identidade étnica e cultural.

A articulação entre (E4) e (E5) por meio do *porque* evidencia a forma como o segundo enunciado é uma justificativa para o primeiro, isto é, explica o primeiro. Esclarecendo ainda mais a maneira como essa relação se constrói, o *isso* que inicia a paráfrase (P-E5) é uma reescrituração por condensação de *indígenas, africanos escravizados e mestiços foram aqueles que mais tiveram suas identidades transformadas e recriadas*. Assim, dizer (P-E5) é como afirmar que “Indígenas, africanos escravizados e mestiços foram os que mais tiveram suas identidades transformadas e recriadas porque a maioria das comunidades indígenas adotou o cristianismo e incorporou práticas [...]”. O movimento argumentativo desses enunciados muda a orientação das conclusões que iniciam o recorte e agora, não se pensa mais sobre a separação entre povos, mas sobre como a relação, união entre eles se deu.

Apesar da heterogeneidade, fala-se nos enunciados (E4) e (E5) sobre os impactos das transformações terem sido maiores dentre os povos não-europeus. Esses enunciados, portanto, passam a orientar a argumentatividade do recorte para a conclusão de que os indígenas e outros povos não-europeus tiveram suas culturas muito impactadas pela colonização. O enunciado (E6), porém, muda a orientação dessa argumentatividade por meio do *Apesar* que o inicia. Esse articulador introduz a afirmação que nega o que se afirmava anteriormente, dando lugar agora à ideia de que “os nativos não deixaram de se considerar indígenas”, ou seja, tiveram muitas marcas de sua cultura preservadas. Mais

especificamente, enquanto (E4) e (E5) afirmavam sobre a transformação dos indígenas, (E6) vai negar isso. Vejamos por meio da paráfrase abaixo como isso se dá:

[R11] (P-E6) Os nativos tiveram essas transformações, **no entanto** eles não deixaram de se considerar indígenas

Essa paráfrase mostra que a relação entre o que vem antes, ou seja, (E5), e (E6) é de argumentatividade concessiva. Assim, temos uma relação do tipo [E5 NE E6]. A orientação do recorte muda novamente.

Agora analisemos a manutenção dessa conclusão no recorte vendo a forma como (E6) e (E7) se relacionam:

[R11] (P-E6) Os nativos tiveram essas transformações, no entanto eles não deixaram de se considerar indígenas, (E7) **porque** não abandonaram os elementos que compunham essa identidade...

O enunciado (E7) é uma justificativa para o (E6) e produz com este enunciado uma relação do tipo argumentatividade diretiva. Os dois enunciados orientam para uma mesma conclusão, de que a transformação do nativo não implicou no abandono da sua identidade. Podemos ver essa argumentatividade diretiva e a relação [E6 PT E7] pela paráfrase abaixo:

[R11] (P-E7) Os indígenas não abandonaram os elementos que compunham essa identidade [...] (P-E6) **Portanto**, apesar dessas transformações, os nativos não deixaram de se considerar indígenas

Esse recorte é configurado numa variação de conclusões que se sobrepõem uma sobre a outra numa escala argumentativa. Essas conclusões constituem diferentes lugares enunciativos, mas que partem da sustentação de uma mesma posição. Pensando no encadeamento dos argumentos construídos nesse recorte, temos o seguinte:

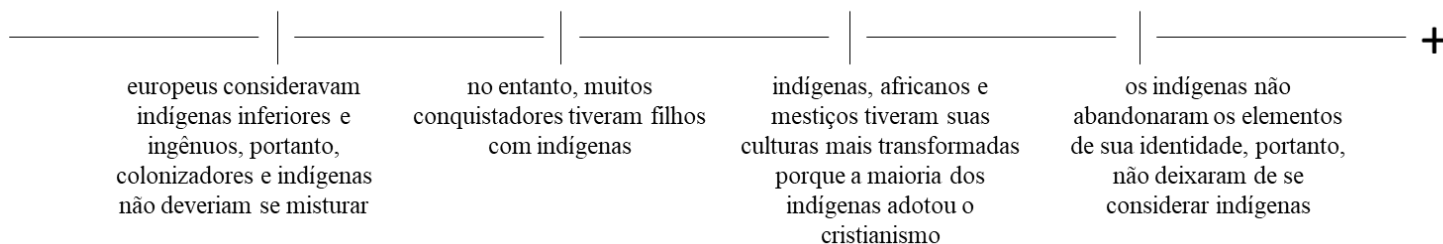


Figura 26 Esquema de gradualidade da argumentatividade

Nessa escala de argumentatividade, vemos que o argumento mais forte sustentado pelo recorte é o de que a colonização modificou a cultura dos nativos, mas, ainda assim, eles mantiveram a sua identidade. Vamos entender, então, como a sustentação desse ponto de vista constitui os lugares enunciativos do recorte.

Começamos pelo lugar social que sustenta essa posição. Em se tratando de uma narrativa de acontecimento histórico no livro didático, dizemos que o lugar constituído aqui é o de historiador, ou seja, quem sustenta um ponto de vista no recorte é o alocutor-historiador. É necessário ressaltar que ao enunciar do lugar de historiador, enuncia-se, ainda assim, afetado pelos impactos de concepções sociais sobre a História, assim, é um lugar que pode se mostrar mais ou menos favorável a determinada perspectiva (como todos os outros lugares sociais). Vejamos abaixo como esse alocutor inicia a sua sustentação:

[R11] (E1) Na realidade, os europeus consideravam os indígenas inferiores e ingênuos, incapazes de decidir, por sua própria conta, onde e como trabalhar, ou mesmo qual religião seguir. (E2) A Coroa e as elites políticas e econômicas espanholas preferiam que os colonizadores e os indígenas não se misturassem. (E3) **Porém**, apesar desse pensamento, muitos conquistadores tiveram filhos com indígenas. O mesmo aconteceu, em menor grau, entre africanos escravizados e indígenas e colonos.

Os enunciados (E1), (E2) e (E3) trazem aspectos do período colonial que são tomados como verdade porque houve documentos históricos que já deram indícios da forma como os europeus viam os indígenas, alguns acontecimentos históricos também apontam para essa concepção dos europeus retratada no recorte e, sobre o enunciado (E3), a mistura entre povos é visível no Brasil atual. Assim, considera-se que o dizer constituído por esses enunciados é um dizer do lugar de enunciador-universal. Dizemos, então, que nesses enunciados, o alocutor-historiador alude o Locutor e apresenta o dizer de um enunciador-universal, da seguinte maneira:

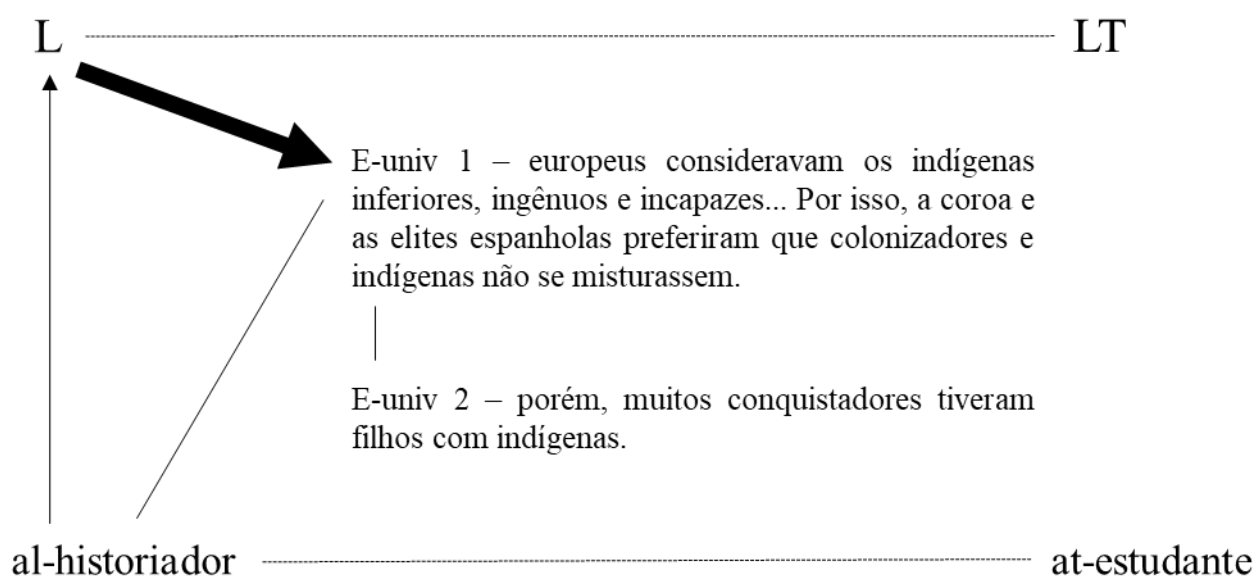


Figura 27 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R11]

Vejamos a continuação do recorte:

[R11] (E5) A maioria das comunidades indígenas adotou o cristianismo e incorporou práticas dessa religião à sua identidade étnica e cultural. (E6) Apesar dessas transformações, os nativos não deixaram de se considerar indígenas, (E7) **porque** não abandonaram os elementos que compunham essa identidade, como a língua, a visão de mundo, as relações de parentesco, as festas, os trajes e as tradições culinárias, artísticas e religiosas

Novamente, os enunciados do recorte [R11] apresentam um dizer de enunciador-universal, pois trazem informações que são conhecidas por todos: que os povos indígenas que sobreviveram à colonização endossaram algumas práticas culturais dos europeus (não é por acaso que atualmente temos a religião cristã católica tão forte no Brasil) e mantiveram algumas de suas tradições e elas são manifestadas até hoje por conta da passagem por gerações. No entanto, esse dizer fala também sob um lugar que considera as influências da colonização pequenas, já que alguns povos indígenas mantiveram suas tradições e, portanto, a interferência na cultura não foi grande a ponto de acabar com a identidade dos indígenas. No entanto, sabemos que a colonização matou milhares de indígenas, dizimando alguns povos quase por completo. Além disso, falar em identidade de indígenas é englobar diferentes povos indígenas num só grupo, o que significa o memorável da homogeneidade dos povos indígenas, que toma as suas características físicas e práticas culturais como iguais, ou seja, enuncia a partir de um olhar do lugar do colonizador no discurso sobre os nativos da América. Assim, podemos dizer que, nesse recorte, o alocutor-historiador alude um alocutor-colonizado, que manifesta as influências da colonização e enuncia sob um domínio de mobilização que recupera os discursos da colonialidade que circulam no social e que fazem o historiador enunciar numa perspectiva europeia. Portanto, nosso esquema de representação do agenciamento enunciativo desses últimos enunciados se modifica um pouco, ficando da seguinte forma:

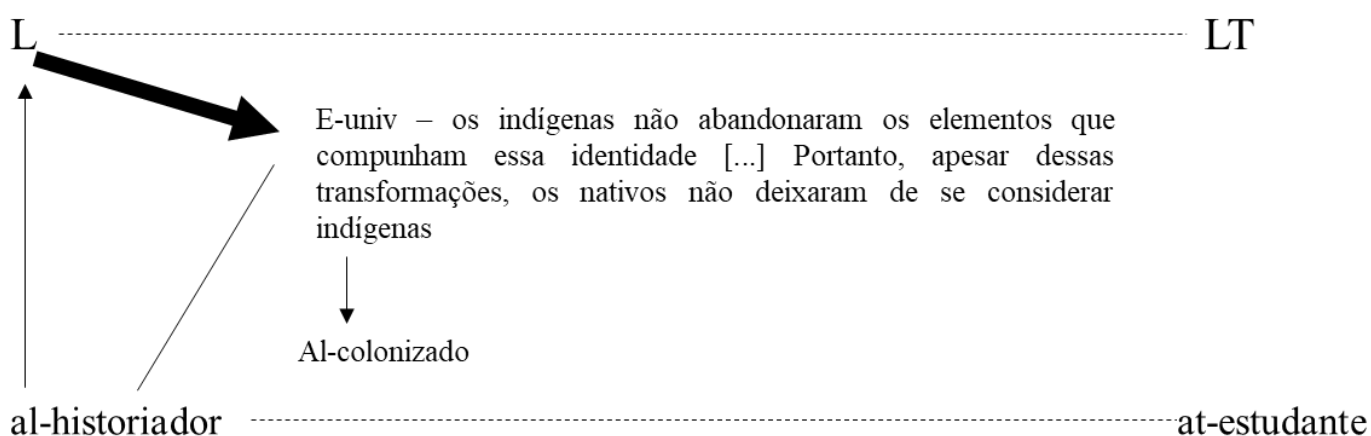


Figura 28 Esquema 2 de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R11]

Agora, analisaremos recortes que não tratam diretamente da colonização, mas de seus impactos, da forma como os povos explorados nesse processo e depois dele sofreram as consequências das mudanças que a conquista europeia na América gerou.

Os recortes a seguir foram retirados do livro didático *Araribá Plus 7 – História* (Apolinário, 2018) e falam da diáspora africana de negros que foram escravizados no Brasil no período colonial. Esses recortes integram o texto intitulado “A Diáspora Africana”, do capítulo “As terras do Atlântico interligadas pela escravidão”. Começamos pelo recorte abaixo para entender o conceito de diáspora africana que o texto desenvolve:

[R12] (E1) Até recentemente, o termo diáspora era aplicado para nomear a dispersão forçada dos judeus pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelos romanos, no século I d.C. (E2) Sabemos, porém, que o mesmo processo de dispersão territorial ocorreu com outros povos. (E3) Por isso, desde o final do século XX, muitos livros e artigos têm feito referência à diáspora africana, o movimento de migração forçada mais intenso e volumoso de que se tem notícia (Apolinário, 2018, p. 168)

No recorte (E1) a reescrituração do termo “diáspora” produz uma definição dele. Esse termo é reescriturado por expansão pelo trecho “dispersão forçada dos judeus pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelos romanos”. Após essa reescrituração, temos a articulação entre os enunciados (E1) e (E2) por meio da conjunção *porém*. Para entender como ela articula os enunciados e as conclusões para as quais eles apontam, vejamos a paráfrase abaixo:

[R12] (P-E1) Até recentemente, o termo que se utilizava para se referir à dispersão forçada dos judeus pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelos romanos, no século I d. C. era diáspora. (P-E2) Sabemos, no entanto, que esse processo de dispersão não aconteceu somente com os judeus. Ele também ocorreu com outros povos.

Por meio dessas paráfrases, vemos que a conclusão sustentada por (E1) é a de que o termo diáspora deve ser usado para se referir à dispersão dos judeus. O enunciado (E2) aponta para uma conclusão oposta, à medida que afirma que os judeus não foram o único povo que passou pelo processo de dispersão ou diáspora. Temos uma argumentatividade concessiva do tipo [E1 NE E2], na qual em (E1) afirma-se que o termo diáspora deve ser usado para o deslocamento dos judeus e em (E2), direciona-se para o uso desse termo também para outros povos, já que os judeus não foram os únicos a se dispersarem pelo mundo. Para entender a conclusão sustentada no final do recorte, vejamos a paráfrase abaixo:

[R12] (P-E3) Portanto, desde o final do século XX, muitos livros e artigos têm feito referência à diáspora africana, o movimento de migração forçada mais intenso e volumoso de que se tem notícia.

Esse enunciado, produz uma argumentatividade diretiva quando em relação com o enunciado (E2), temos, então, [E2 PT E3]. Desse modo, a conclusão para qual se direciona o enunciado (E2), de que o termo diáspora poderia ser utilizado para outros povos, porque eles também se dispersaram pelo mundo, se mantém no enunciado (E3), ou seja, (E3) conclui que o termo diáspora deve ser utilizado para outros povos. Dessa maneira, o livro didático vai construindo o conceito de “diáspora africana”. Essa formação nominal é reescriturada por expansão no enunciado (E3) no aposto “o movimento de migração forçada mais intenso e volumoso de que se tem notícia”. É por meio dela que se estabelece a conclusão para qual apontou o recorte: houve diáspora de outros povos e a dispersão de povos africanos é exemplo disso. Essa é a posição sustentada no recorte. Para entender como o lugar social sustenta essa posição, vejamos abaixo novamente o recorte para entendermos as figuras enunciativas mobilizadas pela argumentação:

[R12] (E1) Até recentemente, o termo diáspora era aplicado para nomear a dispersão forçada dos judeus pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelos romanos, no século I d.C. (E2) Sabemos, porém, que o mesmo processo de dispersão territorial ocorreu com outros povos. (E3) Por isso, desde o final do século XX, muitos livros e artigos têm feito referência à diáspora africana, o movimento de migração forçada mais intenso e volumoso de que se tem notícia (Apolinário, 2018, p. 168)

Primeiramente, é importante ressaltar que por se tratar de afirmações de um livro didático de História, podemos novamente dizer que o lugar social que esse enunciado constitui é de alocutor-historiador. Esse alocutor-historiador é que sustenta a posição de que a palavra “diáspora” deve ser utilizada para outros povos e assim o faz, ao enunciar a formação nominal “diáspora africana”. Essa sustentação se dá do alocutor-historiador para o alocutário-estudante de 7º ano do Ensino Fundamental (série para a qual é direcionado o livro didático). Como podemos perceber, no enunciado (E1), o alocutor-historiador alude o Locutor, apresentando um enunciador que fala do lugar da verdade, enunciando sobre aspectos que todos sabem. Apresenta-se, portanto, um enunciador-universal. Já no enunciado (E2), o verbo “Sabemos” no tempo Presente do Indicativo conjugado na primeira pessoa do plural indica que se fala aí a partir de um grupo que tem conhecimento da dispersão de outros povos, um grupo que discorda do uso do termo diáspora somente para os judeus e concorda com o seu uso para outros povos. Nesse enunciado, portanto, temos a apresentação de um dizer de enunciador-coletivo. Já no

último enunciado, apesar de novamente constituir-se um enunciador-universal, ele se dá pela apresentação que o alocutor-historiador faz, ao ancorar o seu dizer por meio do trecho “muitos livros e artigos têm feito referência”.

Assim, o esquema do agenciamento enunciativo desse enunciado se dá da seguinte maneira:

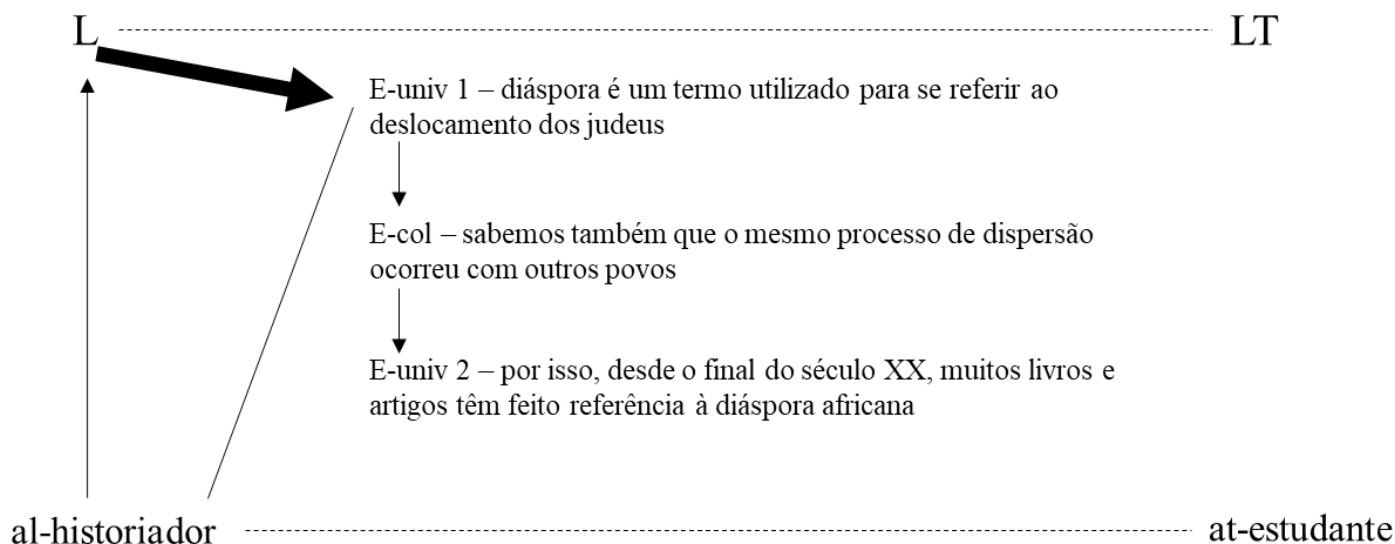


Figura 29 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R12]

Ao longo do texto do livro didático, a formação nominal “diáspora africana” é reescriturada de outras formas. Além da reescrituração pelo aposto “movimento de migração forçada mais intenso e volumoso”, a expressão é reescriturada por “O deslocamento territorial de milhões de africanos” na continuação do texto, conforme o recorte a seguir:

[R13] (E1) O deslocamento territorial de milhões de africanos através do Oceano Atlântico foi motivado pelos lucros obtidos com o tráfico negreiro e com a exploração do trabalho escravo na América. (E2) Os quatro séculos de deslocamentos forçados tiveram fortes efeitos na África, que sofreu uma grande perda demográfica, na Europa, que acumulou muitos lucros com o tráfico, mas principalmente na América, para onde a maior parte dos africanos escravizados foi levada (Apolinário, 2018, p. 168)

Em [R13], a formação nominal “diáspora africana” é reescriturada novamente pela formação nominal “deslocamento territorial de milhões de africanos através do Oceano Atlântico”. Essa formação é retomada no enunciado (E2) do recorte pela

formação nominal “deslocamentos forçados”, reescrevendo também novamente a diáspora africana.

Em (E2), temos uma ocorrência da conjunção *mas* exercendo função de adição, quando se enuncia sobre os impactos da diáspora africana. Essa função de adição se dá pelo fato de a conjunção não contrapor conclusões e trazer mais um lugar que foi afetado pelo deslocamento forçado de povos africanos. Esse “mas” enfatiza o grau de impacto que esse acontecimento histórico teve na América.

Retomando ao enunciado (E1) do [R13], ele indica o local pelo qual o deslocamento de povos africanos se deu, pelo Oceano Atlântico, e a motivação, que foi a escravização. Por esses dados, cria-se uma nova reescrituração para “deslocamento territorial de milhões de africanos” e, portanto, para “diáspora africana”, conforme aparece no recorte abaixo, continuação do texto sobre a diáspora africana:

[R14] (E1) O tráfico atlântico e a escravidão produziram sofrimento, mortes e um legado de preconceito difícil de superar. (E2) Porém, eles também promoveram encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas, ocorridos tanto nos navios negreiros como nos espaços que os sujeitos escravizados encontraram fora da África (Apolinário, 2018, p. 168)

Em (E1), temos uma articulação entre sujeito e predicado que estabelece uma relação de determinação. Nessa relação, o sujeito “o tráfico atlântico e a escravidão”, que é uma nova reescrituração de “deslocamento territorial de milhões de africanos” do recorte anterior (e também de “diáspora africana”), é determinado pelas formações nominais “sofrimento”, “mortes” e “legado de preconceito difícil de superar”. Considerando que “O tráfico atlântico e a escravidão” é também uma reescrituração da formação nominal “diáspora africana”, podemos afirmar que “diáspora africana” também é determinada pelas expressões “sofrimento”, “mortes” e “legado de preconceito difícil de superar”. Além disso, temos a relação de reescrituração anteriormente analisada, na qual “diáspora africana” era reescriturada e determinada pela formação nominal “migração forçada”. Desse modo, até este enunciado (E1) do recorte [R14], podemos afirmar que o texto direciona para uma conclusão que toma a diáspora africana ou tráfico de africanos e a escravidão como algo negativo, ruim e que trouxe consequências negativas. Isso é modificado no enunciado (E2) do recorte [R14], quando ele se articula com (E1) por meio da conjunção *porém*, além de produzir uma nova relação de determinação com “o tráfico atlântico e a escravidão”, na qual essa expressão é

determinada agora por “encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas”. Vejamos primeiro o tipo de argumentatividade que temos nesse enunciado pela paráfrase abaixo que substitui essa conjunção:

[R14] (P-E2) No entanto, eles também promoveram encontros e trocas entre diversas sociedades...

Com a substituição do *porém* por *no entanto* na paráfrase, vemos com clareza que a argumentatividade produzida no recorte é do tipo concessiva, em que se tem [E1 NE E2]. Com a articulação entre os enunciados produzindo uma argumentatividade concessiva, podemos afirmar que (E1) direciona para uma conclusão X e (E2) direciona para o oposto de X. Considerando que a conclusão X é a de que o tráfico de africanos e a escravidão foram ruins, e direcionando o enunciado (E2) para o oposto disso, temos que em (E2) afirma-se que o tráfico de africanos e a escravidão foram bons de algum modo, tiveram o seu lado positivo. Afirmar isso é dizer que o sofrimento, as mortes e o legado de preconceito, que determinam o tráfico de africanos e a escravidão no enunciado (E1), valem a pena em alguma medida, que tudo isso possui um lado positivo. Esta, então, é a posição de diáspora africana sustentada pelo alocutor-historiador: ela foi ruim, mas também teve um lado positivo. Vejamos abaixo como o lugar social constrói essa sustentação nos enunciados:

[R14] (E1) O tráfico atlântico e a escravidão produziram sofrimento, mortes e um legado de preconceito difícil de superar. (E2) Porém, eles também promoveram encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas, ocorridos tanto nos navios negreiros como nos espaços que os sujeitos escravizados encontraram fora da África (Apolinário, 2018, p. 168)

O que se afirma em (E1) é verdade incontestável, já que os prejuízos do tráfico de escravizados e a escravização deixaram sequelas que se mantêm ainda nos dias de hoje. Dizemos, portanto, que nesse enunciado, o alocutor-historiador novamente alude o Locutor, apresentando um enunciador-universal. Já em (E2), a alusão que o alocutor-historiador faz ao Locutor produz um lugar que fala sobre a diáspora africana como tendo um lado positivo. Nesse enunciado, vemos que a sustentação do alocutor-historiador é a de que a diáspora africana teve seu lado negativo, mas também foi boa de alguma maneira. Ver um lado bom no tráfico de escravizados e na escravização de pessoas é algo muito particular. De fato, nesse deslocamento compulsório de povos africanos para diversos

lugares do mundo, principalmente para América conforme citado no recorte [R13], houve o encontro de culturas diferentes, mas isso não apaga a crueldade do processo. Os “encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas” não presume e nem gerou, como vemos na atualidade, uma igualdade entre as etnias. Ao significar essa ideia no recorte, a enunciação do livro didático recupera o memorável do mito da democracia racial. Desse modo, o ponto crítico do recorte está no tipo de argumentatividade que ele constrói, que faz com que o “Porém” estabeleça uma contraposição às características negativas do tráfico e da escravização de povos africanos na América. Diante disso, o alocutor-historiador, ao enunciar sobre a escravização, alude o dizer de um enunciador-universal, mas há um deslize em seu dizer que constitui o discurso da colonialidade, significando uma perspectiva europeia de entender o tráfico de povos africanos e a escravização. Ou seja, o lugar social manifesta em seu dizer as influências do eurocentrismo, deixando constituir em sua fala uma concepção individual e peculiar sobre o tema de que trata. Desse modo, o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta o dizer de um enunciador-universal, aludindo também o dizer de um enunciador-individual. O esquema mostra um resumo das relações entre os lugares enunciativos desse acontecimento enunciativo até este ponto da análise:

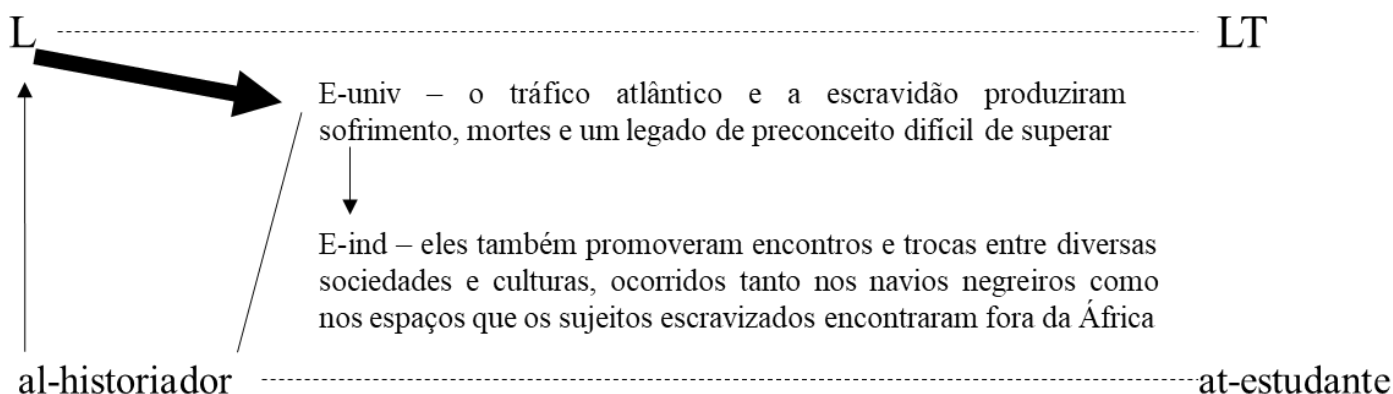


Figura 30 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R14]

Vejamos um outro recorte para entender melhor as posições sustentadas pelo alocutor e a perspectiva de diáspora africana que ele finalmente desenvolve:

[R15] (E1) Assim, a diáspora não é apenas sinônimo da imigração à força, (E2) mas também [...] a construção de novas formas de ser, agir e pensar no mundo. (E3) Os castigos físicos e o sofrimento fizeram parte da vida de homens e mulheres

escravizados. (E4) Mas as lutas diárias, os novos elos afetivos, os vínculos familiares também (Apolinário, 2018, p. 169)

O enunciado (E1) se inicia com uma conjunção conclusiva que integra o recorte [R15] ao [R14], orientando para a mesma conclusão para qual se orienta no enunciado (E2) do recorte [R14]: a conclusão de que a diáspora africana não foi somente ruim, mas teve um lado positivo. A partir dessa integração e da manutenção dessa conclusão, produz-se uma nova relação de determinação para o termo “diáspora”, que passa a ser determinado no enunciado (E1) do recorte [R15] por “imigração à força”. Em seguida, o enunciado (E1) articula-se com o enunciado (E2) por meio do conectivo “mas também”. Embora geralmente o “mas” seja categorizado como uma conjunção adversativa, nesse recorte, na expressão “mas também” associada ao “não” do (E1), ele não produz um efeito de oposição entre o que se afirma em (E1) e o que se afirma em (E2). A estrutura “não só... mas também”, semelhante ao que se constrói no recorte [R15], produz um efeito de adição. Realizamos a paráfrase abaixo para mostrar com mais clareza de que modo essa adição se constrói:

[R15] (P-E1) Assim, a diáspora é imigração à força. (P-E2) A diáspora é também a construção de novas formas de ser, agir e pensar no mundo.

Com a paráfrase, podemos ver que a expressão “novas formas de ser, agir e pensar no mundo”, assim como “imigração à força”, também determina “diáspora”. O enunciado (E2) complementa o sentido de (E1) com essa relação de determinação. Assim, na paráfrase de (E2), colocam-se a imigração forçada e a construção de novas formas de ser, agir e pensar como aspectos que fazem parte de uma mesma categoria, isto é, como características da diáspora. Novamente, temos a sustentação de diáspora como algo que tem seus pontos negativos e também positivos.

O mesmo recorte, [R15], traz também um outro uso do “mas”, agora com sentido de oposição mostrado pela paráfrase abaixo:

[R15] (E3) Os castigos físicos e o sofrimento fizeram parte da vida de homens e mulheres escravizados. (P-E4) No entanto, as lutas diárias, os novos elos afetivos, os vínculos familiares também

O sujeito do enunciado (E3), “os castigos físicos e o sofrimento”, representa o memorável da escravização e da violência consequentes da diáspora africana. Essa

expressão resgata o lado negativo da diáspora que foi tratado no início do texto, mas novamente, esse lado negativo é contrastado com características positivas que são introduzidas pelo enunciado (E4) na paráfrase com o uso da conjunção *no entanto*. Essa conjunção articula-se com (E3), gerando uma argumentatividade concessiva e novamente negando só haver lado negativo na diáspora africana e significando um lado positivo dela. O enunciado (E4) encerra o texto, sustentando a ideia de que o tráfico de escravizados, a escravização, o sofrimento, as mortes e os castigos físicos tiveram um lado positivo e trouxeram algo de bom para povos africanos e suas relações no novo ambiente.

Numa escala de argumentatividade, considerando a distribuição dos argumentos no texto sobre a diáspora africana, podemos concluir que a posição sustentada nele sobre esse processo de deslocamento compulsório de povos africanos é a de que esse deslocamento possui um lado bom e fomentou coisas positivas na sociedade.

Essa posição sustentada pelo alocutor, de que a diáspora africana ou a migração forçada de negros escravizados teve um lado positivo, se constrói pela apresentação que ele faz a partir de um dizer de enunciador-individual. Vejamos como isso se dá:

[R15] (E1) Assim, a diáspora não é apenas sinônimo da imigração à força, (E2) mas também [...] a construção de novas formas de ser, agir e pensar no mundo. (E3) Os castigos físicos e o sofrimento fizeram parte da vida de homens e mulheres escravizados. (E4) Mas as lutas diárias, os novos elos afetivos, os vínculos familiares também (Apolinário, 2018, p. 169)

Em (E1), o alocutor-historiador fala da diáspora enfatizando que ela não se resume aos lados negativos, ou seja, ele nega que ela seja somente “sinônimo de imigração à força”. Até aí, o alocutor enuncia a partir de um lugar que fala sobre o que se sabe da diáspora e direciona o seu dizer para a conclusão de que ela é outras coisas além de imigração à força. Assim, ele enuncia a partir do lugar de enunciador-universal. Já quando o enunciado (E1) articula-se ao (E2), o alocutor alude um enunciador-individual, já que ele apresenta em (E2) uma forma positiva e, portanto, particular de ver a imigração à força ou a diáspora. Em (E3), vemos que novamente o alocutor-historiador apresenta um enunciador-universal, ao remeter-se ao memorável da violência que marcou a escravização de negros africanos, enunciando sobre os castigos físicos e o sofrimento terem feito parte da vida dos escravizados. Mas novamente, o enunciador-individual é aludido em (E4) não por falar que a diáspora gerou “lutas diárias”, “novos elos afetivos” e “vínculos familiares” – já que o contato com novas pessoas pode, de fato, produzir esses

aspectos – mas por apresentar essas características em contraponto com “castigos físicos” e “sofrimento” por meio da conjunção “mas”, que articula (E3) e (E4). A articulação produz um enunciador-individual à medida que ela contrapõe um ponto negativo a outro, que acaba se tornando, pelo movimento argumentativo, a representação de algo positivo. Assim, essa última apresentação encerra o texto, mostrando a posição sustentada pelo alocutor-historiador para o alocutário-estudante: a posição de que a diáspora africana, além de ter causado danos irreparáveis, possibilitou coisas boas, “novas formas de ser, agir e pensar no mundo” e “novos elos afetivos” e “vínculos familiares”. Abaixo, mostramos no esquema essas últimas relações descritas entre as figuras enunciativas:

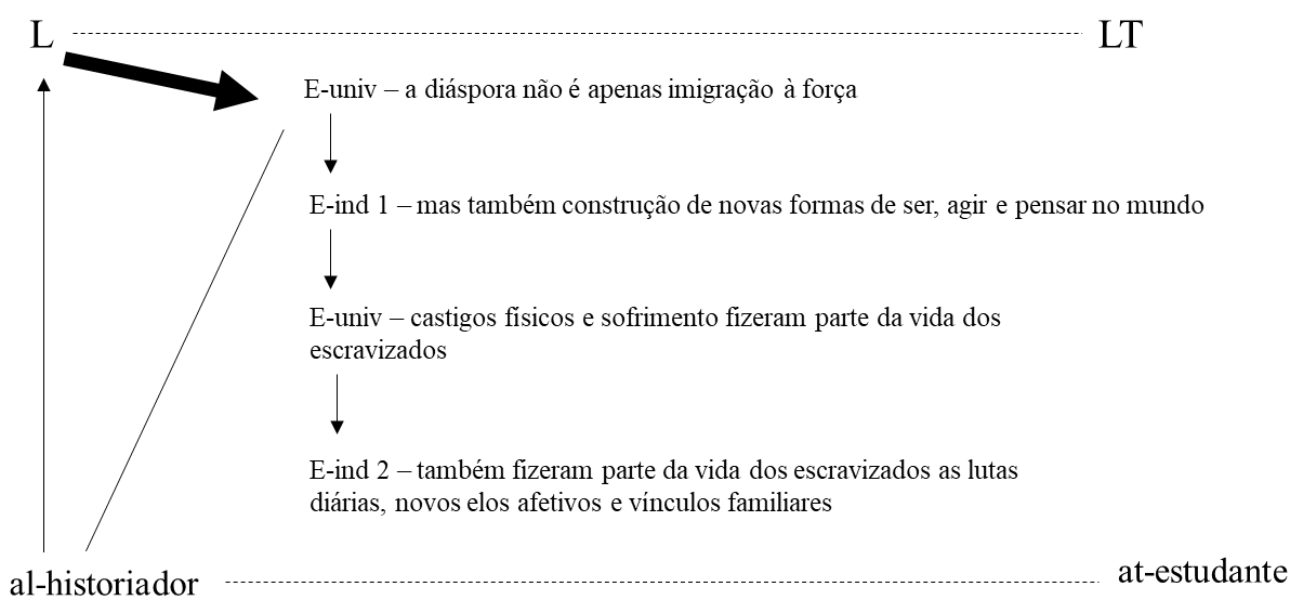


Figura 31 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R15]

O recorte que analisaremos a seguir, como nesse último recorte analisado, trata da temática da escravização de povos africanos no Brasil. Ele recupera uma palavra analisada no livro didático *História 1: ensino médio* (Vainfas et al., 2016) ao tratar desse mesmo tema; essa palavra é a palavra “utilizados”. Assim como no outro recorte em que esse termo aparece, aqui esse termo é novamente usado para tratar do trabalho desempenhado por povos africanos que foram escravizados no Brasil colônia. Vejamos:

[R16] Os africanos escravizados foram utilizados principalmente na produção de açúcar das Antilhas e da costa das atuais Colômbia e Venezuela (Apolinário, 2018, p. 135)

Iniciamos a análise desse enunciado destacando, novamente, quão incomum é o uso da palavra “utilizados” para se referir a pessoas, sendo geralmente usada para coisas e instituições. Desse modo, o uso desse termo, embora numa construção que informe algo que faz parte do que se considera como verdade, ele produz efeitos de sentido não diretamente ligados ao que se propõe narrar, deixando constituir no dizer do lugar social deslizamentos de sentido sobre os africanos escravizados.

Nesse enunciado, o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta um enunciador-universal, ao tratar de fatos sobre a escravização de africanos. É verídico que povos africanos que foram escravizados trabalharam em lavouras de açúcar na América, no entanto, ao enunciar esse fato, usa-se a palavra “utilizados”. Esse termo, assim como analisado no recorte do outro manual didático, objetifica os africanos escravizados. Essa objetificação recupera sentidos do espaço de enunciação da colonização, traduzindo na narrativa sobre a escravização a maneira como o colonizador via o escravizado – como mercadoria. Assim, nesse enunciado, dizemos que também se constitui um alocutor-colonizador, que é aludido no dizer do alocutor-historiador. A configuração das figuras enunciativas nesse espaço de enunciação da colonização nesse recorte fica da seguinte maneira:

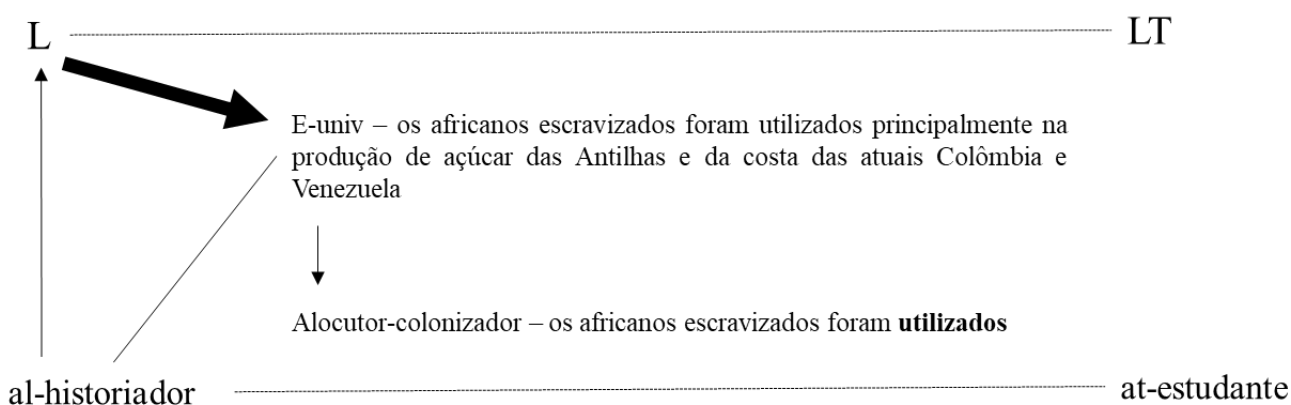


Figura 32 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R16]

Lê-se esse esquema da seguinte forma: o alocutor-historiador, ao sustentar para o alocutário-estudante que os africanos escravizados foram “utilizados” na produção de açúcar, alude o Locutor, que apresenta o dizer de um enunciador-universal. Esse enunciador-universal alude o dizer de um outro alocutor, o alocutor-colonizador. Este se

constitui pela forma como o enunciador-universal enuncia sobre os escravizados – por meio da palavra “utilizados”.

O recorte a seguir foge um pouco das temáticas que apareceram nos enunciados analisados até aqui. Esse recorte foi retirado do capítulo “Povos e culturas nas terras banhadas pelo Mediterrâneo” e trata da religião islâmica. O texto do qual foi retirado o recorte intitula-se “O islamismo” e nele, faz-se uma descrição das características dessa religião. Vejamos abaixo:

- [R17] (E1) O islamismo é uma religião simples, e este é, com certeza, um dos motivos de sua rápida expansão pelo mundo. (E2) Todo muçulmano deve:
- crer em um só Deus (Alá) e seguir os ensinamentos de Maomé, seu mensageiro;
 - orar cinco vezes ao dia com o rosto voltado para Meca;
 - dar aos necessitados uma ajuda proporcional aos bens que possui;
 - jejuar durante os trinta dias do Ramadã (mês do jejum). O fiel não deve ingerir nem alimento nem água, do nascer ao pôr do sol;
 - ir a Meca ao menos uma vez na vida, caso tenha recursos financeiros para isso (Boulos Júnior, 2018, p. 198)

No enunciado (E1), o adjetivo “simples” determina a formação nominal “O islamismo” e logo depois, o fato de a religião ser caracterizada como simples é apresentado como uma das explicações da sua rápida expansão. É interessante analisar nesse enunciado, além do adjetivo que caracteriza a palavra “islamismo”, a formação nominal “rápida expansão”. Nesta expressão, temos uma relação de determinação entre os termos, na qual o adjetivo “rápida” determina “expansão”. Conforme já analisado em outros enunciados, temos mais uma ocorrência de anteposição do adjetivo e novamente, nesse caso, essa ordem do adjetivo intensifica a palavra caracterizada (expansão).

O enunciado (E2) não se articula ao (E1) por meio de conectivos e já se inicia com “Todo muçulmano deve” e a enumeração das obrigações de quem segue a religião islâmica. Vemos que há uma relação entre a enumeração no enunciado (E2) e a afirmação em (E1) de que o islamismo é uma religião simples, mas essa relação não é estabelecida por um termo de ligação. Então, analisemos com a paráfrase e a inversão dos enunciados abaixo como funcionaria o recorte acrescentando-se um operador argumentativo entre (E1) e (E2):

- [R17] (E2) Todo muçulmano deve:
- crer em um só Deus (Alá) e seguir os ensinamentos de Maomé, seu mensageiro;
 - orar cinco vezes ao dia com o rosto voltado para Meca;
 - dar aos necessitados uma ajuda proporcional aos bens que possui;

- jejuar durante os trinta dias do Ramadã (mês do jejum). O fiel não deve ingerir nem alimento nem água, do nascer ao pôr do sol;
 - ir a Meca ao menos uma vez na vida, caso tenha recursos financeiros para isso.
- (P-E1) Portanto, o islamismo é uma religião simples, e este é, com certeza, um dos motivos de sua rápida expansão pelo mundo.

Pela paráfrase, podemos visualizar que a relação entre os enunciados é de conclusão. Já se pensamos na ordem em que os enunciados são apresentados no recorte original, essa relação é de explicação, em que a enumeração das obrigações dos islâmicos aparece como explicação para a afirmação de que a religião é simples. Nessas duas formas, a enumeração do que as pessoas que seguem o islamismo devem fazer funciona como fundamento para a afirmação de que o islamismo é uma religião simples. Assim, o autor enumera as obrigações de todo muçulmano e apresenta-as como o motivo pelo qual se pode considerar a religião islâmica simples. Vemos, então, com a paráfrase, que há entre (E1) e (E2) uma argumentatividade diretiva do tipo [E2 PT E1]. É importante ressaltar que a conclusão para a qual se orienta no recorte em análise é a de que a religião islâmica é simples e a forma utilizada para sustentar essa posição é apresentando as obrigações do muçulmano. Podemos interpretar com o recorte que é o bastante seguir algumas regras e, assim, a pessoa já faz parte do islamismo. Ou seja, usar as regras da religião como forma de caracterizá-la como simples pode significar que o grau de complexidade da religião é baixo. Essa é uma posição, no entanto, particular de enunciar sobre uma religião. Vejamos abaixo novamente o recorte para entender como essa visão individual se constitui a partir de uma análise das figuras enunciativas:

- [R17] (E1) O islamismo é uma religião simples, e este é, com certeza, um dos motivos de sua rápida expansão pelo mundo. (E2) Todo muçulmano deve:
- crer em um só Deus (Alá) e seguir os ensinamentos de Maomé, seu mensageiro;
 - orar cinco vezes ao dia com o rosto voltado para Meca;
 - dar aos necessitados uma ajuda proporcional aos bens que possui;
 - jejuar durante os trinta dias do Ramadã (mês do jejum). O fiel não deve ingerir nem alimento nem água, do nascer ao pôr do sol;
 - ir a Meca ao menos uma vez na vida, caso tenha recursos financeiros para isso (Boulos Júnior, 2018, p. 198)

No enunciado (E2), enumeram-se práticas que, de fato, são adotadas na religião islâmica, portanto, nessa passagem, o alocutor-historiador apresenta um enunciador-universal, falando das práticas exercidas na religião islâmica. Já no enunciado (E1), o alocutor-historiador faz uma avaliação da religião, com base nas suas práticas. Ele comenta sobre a religião de forma particular, adjetivando-a como “simples”. Ainda, o “com certeza” desse enunciado confirma o caráter particular da posição sustentada pelo alocutor-historiador ao ser uma expressão pouco usual em manuais didáticos de História e que conferem ao texto um tom de informalidade e quebra da linguagem científica, geralmente assumida em textos de livros didáticos. Assim, no enunciado (E1), o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta um enunciador-individual. A posição que o lugar social sustenta no recorte é a de que o islamismo é uma religião simples em virtude das suas práticas. Mostramos abaixo um esquema dos lugares enunciativos e suas relações que se constituem no recorte:

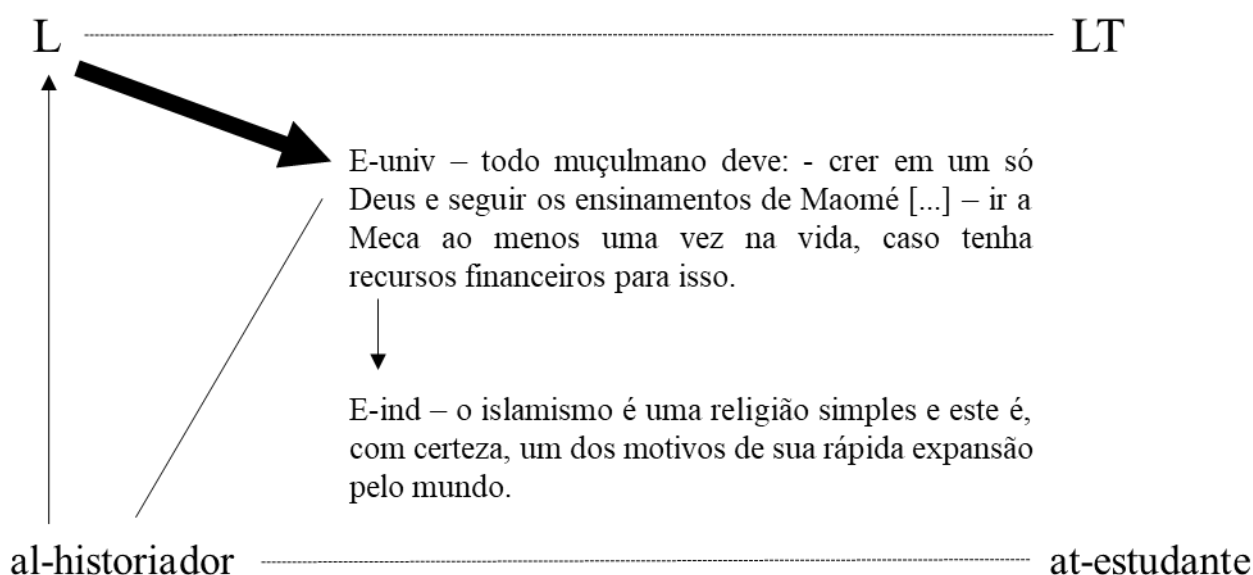


Figura 33 Esquema de configuração dos lugares enunciativos do recorte [R17]

Lemos este esquema da seguinte maneira: o alocutor-historiador sustenta para o alocutário-estudante que o islamismo é uma religião simples. Para isso, ele alude o Locutor, que apresenta o dizer do enunciador-universal afirmando o que todo muçulmano deve fazer. Também esse enunciador-universal alude um enunciador-individual, mostrando a avaliação que o historiador faz do islamismo – de que é uma religião simples e esse é um dos motivos de sua propagação pelo mundo.

Como dito anteriormente, é possível interpretar, pela posição sustentada pelo alocutor, que o islamismo é uma religião de baixa complexidade. Esse olhar para o islamismo poderia não ter um grande impacto na forma como a religião é estudada no livro didático, no entanto, quando comparada à forma como o cristianismo é descrito no mesmo capítulo do qual o recorte foi retirado, a avaliação que se faz do islamismo torna-se passível de uma análise mais cautelosa. Analisemos o recorte abaixo sobre o cristianismo no manual didático:

[R18] (E1) Para muitos romanos empobrecidos em consequência da crise, a religião oficial e o culto ao imperador já não traziam conforto espiritual ou esperança de dias melhores. (E2) Então, passaram a buscar remédio para suas aflições em outra religião. (E3) Foi justamente nessa época que o cristianismo se expandiu e se consolidou (Boulos Júnior, 2018, p. 186)

No enunciado (E1), existe uma contraposição entre a religião seguida no Império Romano e o “conforto espiritual” e a “esperança de dias melhores”, assim, pensando numa configuração de Domínio Semântico de Determinação, por exemplo, “religião oficial” e “culto ao imperador” viriam como antônimos de “conforto espiritual” e “esperança de dias melhores”. Aliado a isso, (E2) designa “remédio para suas aflições” a busca por outra religião. Nesse contexto, surge o cristianismo. Linguisticamente, a forma como o trecho é conduzido e apresenta o surgimento do cristianismo faz com que essa palavra seja determinada pelo que não mais se consegue na religião do Império Romano, o “conforto espiritual” e a “esperança de dias melhores”, e pelo que se busca em outra religião, o “remédio para as aflições”. Assim, como o cristianismo surge como alternativa para essas lacunas estabelecidas pela crise do Império, essa religião, no texto, passa a ser determinada por essas três formações nominais.

Vejamos mais um recorte sobre o cristianismo para entendermos os modos pelos quais o sentido das religiões se constrói no manual didático:

[R19] (E1) O cristianismo diminuía a distância entre as pessoas. (E2) Pobres ou ricos, clérigos ou leigos, nobres ou pessoas comuns, todos acreditavam em milagres e se preocupavam com a vida após a morte (Boulos Júnior, 2018, p. 226)

No enunciado (E1), “diminuía a distância entre” pode ser parafraseado por “unia”, deixando o recorte da seguinte maneira:

[R19] (P-E1) O cristianismo unia as pessoas. (E2) Pobres ou ricos, clérigos ou leigos, nobres ou pessoas comuns, todos acreditavam em milagres e se preocupavam com a vida após a morte.

Esse recorte refere-se ao cristianismo como uma orientação religiosa que colocava as pessoas numa mesma categoria, em situação de igualdade e união. Pensando na integração entre os enunciados do capítulo como um todo, vemos que o cristianismo é determinado por *conforto espiritual, esperança, remédio para aflições e união*, aspectos que são considerados norteadores das religiões.

Em contrapartida, além do recorte [R14] que fala sobre o islamismo, temos alguns outros enunciados que podem orientar para o sentido que essa religião tem no livro didático. Para falar da conquista de Meca pelos muçulmanos, temos o seguinte:

[R20] Depois, Maomé e seus seguidores conquistaram Meca pela força das armas (630), fato que marca o nascimento do Islã (Boulos Júnior, 2018, p. 197)

Outro trecho que aborda o islamismo é este que fala da sua expansão pelo mundo:

[R21] Entre os fatores da expansão muçulmana, estavam: a) o interesse no controle das vias de comércio por terra e por mar (através do mediterrâneo); b) a jihad, guerra santa para converter os infiéis, nome dado às pessoas de outras religiões; c) a crença de que aquele que morresse lutando pela expansão do islamismo ganharia o paraíso (Boulos Júnior, 2018, p. 198)

No recorte [R20], a conquista de Meca é significada pela formação nominal “força das armas” e no recorte [R21], a formação nominal “expansão muçulmana” é reescriturada e determinada pela enumeração de fatores, assim, é reescriturada por enumeração por “interesse no controle das vias de comércio”, “guerra santa” e “crença de que aquele que morresse lutando pelo islamismo ganharia o paraíso”. Assim, diferentemente do que determina o sentido de cristianismo no capítulo, o islamismo é determinado por interesses de comércio, guerra, armas e, como analisado, pela simplicidade.

Em momento algum, foi usada a palavra “complexo” ou “complexidade” para descrever o cristianismo, mas há uma contraposição subjacente entre as descrições que se fazem entre as duas religiões. Enquanto o adjetivo “simples” é usado para caracterizar o islamismo na apresentação de suas regras, o cristianismo não é adjetivado, mas significado pelas palavras “conforto”, “esperança” e “remédio”. Assim, fica clara a

distinção entre as duas religiões nos textos do livro didático, ao estabelecer o caráter espiritual de uma – o cristianismo – e o caráter comercial e bélico de outra – islamismo. Além disso, cabe à última ser avaliada por meio de adjetivo e à primeira, a descrição aparentemente sem avaliação pessoal.

Discussão dos Dados

Com as análises, percebemos que há algumas regularidades comuns aos recortes quando investigamos como se constituem as posições eurocêntricas nas enunciações de livros didáticos. A primeira regularidade diz respeito às temáticas das quais tratavam os recortes. A outra é a frequência de duas classes de palavras específicas para a sustentação das posições eurocêntricas nas enunciações analisadas: adjetivos e conjunções.

Começando pelos temas dos recortes, identificamos os seguintes temas: a) conquista espanhola na América; b) escravização; c) relações entre europeus, indígenas e africanos nas colônias; d) religião. Dentre esses temas, os mais frequentes nos recortes foram os dois primeiros e isso não deve ser por acaso. Esses dois temas envolvem diretamente descrever as relações de poder entre europeus, povos africanos e indígenas. Ao enunciar sobre a conquista, fala-se da forma como os europeus conseguiam vencer os indígenas, seja pelo nível de desenvolvimento bélico para guerrear com nativos, seja pela falta de condições dos indígenas para entrar nessa batalha. Sobre a escravização, de modo semelhante, enuncia-se sobre como os europeus precisavam de mão-de-obra para o funcionamento das colônias e buscavam isso da maneira que fosse menos custosa aos cofres do reino e que não envolvesse a exploração dos próprios europeus.

Para detalharmos melhor do que estamos falando, comentaremos aqui alguns recortes específicos. Iniciemos falando pelos recortes que tratavam da conquista espanhola na América, nos quais temos uma descrição das invasões europeias ao território asteca como sendo muito desafiadoras, mas que, no final das contas, os europeus de fato tinham recursos para vencer os astecas e o que foi determinante para a efetivação da conquista foi o estranhamento dos indígenas em relação aos utensílios de guerra dos europeus. Nessas descrições, vemos uma exploração constante do uso de adjetivos como “grande”, em “grande epopeia”; “ousada”, na expressão “uma empresa tão ousada”; “surpreendentes”; e “impossível”, na expressão “missão impossível”. Esses adjetivos foram um aspecto muito fortalecedor na evidenciação da imagem do colonizador europeu

nos recortes. Eles intensificavam o caráter dificultoso da conquista ao mesmo tempo que a tornavam maior e mais importante, significando a colonização espanhola como algo grandioso – e isso já é marcado pelo uso do substantivo *epopeia* para designar a conquista – e que torna o europeu ainda mais poderoso do que já aparenta no livro didático. A anteposição de alguns adjetivos nas descrições também é algo que intensifica a avaliação que se faz do colonizador.

Sobre o uso da anteposição dos adjetivos, mostramos na Introdução deste trabalho uma análise do adjetivo *antiga* na formação nominal *Antiga Rua da Floresta*, feita por Luiz Francisco Dias, em seu artigo “O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa” (2012). Conforme mostramos anteriormente, o autor analisa que o uso do adjetivo na formação nominal em estudo não indica algo que caracterize ou qualifique a rua. O uso desse adjetivo na formação nominal deve ser compreendido numa dimensão discursiva/enunciativa, na qual “[...] o adjetivo se articula com o núcleo sob o modo da incidência, e não da dependência” (Dias, 2012, p. 07), considerando o conceito de articulação e seus devidos tipos, conforme desenvolvido por Guimarães (2009). Nesse sentido, “O adjetivo *antiga* só poderá ser compreendido na medida em que na enunciação incide uma resistência por parte do locutor a uma mudança no nome da rua, que se instaurou quando a Câmara Municipal aprovou a mudança” (Dias, 2012, p. 07).

De modo semelhante, nas ocorrências de anteposição dos adjetivos que identificamos nos livros didáticos e, em especial, nas formações nominais *grande epopeia* e *grandes descobertas*, que foram analisadas, respectivamente, nos recortes sobre a colonização espanhola e sobre a colonização portuguesa na América, o adjetivo *grande* não estabelece uma relação de caracterização ou qualificação com os substantivos *epopeia* e *descobertas*. Nos enunciados em que aparece, ele não abrange o sentido de tamanho ou medida de algo, mas um sentido atrelado ao valor que um acontecimento histórico adquire ao ser enunciado no livro didático. Assim, o adjetivo articula-se não somente ao substantivo por meio da articulação por dependência na formação nominal, mas à enunciação, incidindo sobre ela e, portanto, sobre os acontecimentos das conquistas espanhola e portuguesa. A adjetivação, nesse caso, revela uma posição do lugar social em relação àquilo sobre o que se fala. Essa adjetivação inscreve-se no texto a partir do memorável da valorização de tudo ligado à Europa e significa, assim, um eurocentrismo que se circunscreve nas narrativas de História. Conforme afirma Dias (2012, p. 07), o que ocorre nas relações que se estabelecem em algumas adjetivações é que “A agregação do

adjetivo à FN¹⁰ é permeada pela historicidade específica da relação entre o sujeito e as instituições sociais”. Desse modo, os adjetivos são movidos na enunciação sobre as conquistas na América pelo passado de significações que os determina, além de mobilizarem, em muitos enunciados, um dizer de enunciador-individual, que marca impressões individuais sobre as narrativas da colonização e firma na enunciação uma posição eurocêntrica de contar a história da conquista da América.

De modo a contribuir ainda mais para o efeito provocado pelos adjetivos, nos recortes sobre as invasões espanholas aos territórios asteca e inca, utiliza-se ainda a palavra “pânico” para se referir às reações dos nativos a essas invasões. A escolha lexical do lugar social para essa designação se mostra como um tom pejorativo e que busca menosprezar as crenças e culturas indígenas diante do que é considerado moderno e desenvolvido. Nomear os cavalos pela expressão “monstros”, ao dizer que os astecas tiveram medo dos animais desconhecidos por eles para os ataques espanhóis é também uma forma de o lugar social apresentar uma visão individual que situa o indígena como inferior aos colonizadores. Em outras palavras, ao significar a conquista espanhola sob a ideia de que as características culturais (religião, crença) dos nativos da América favoreceram a derrota deles e vitória dos europeus e sob a dificuldade dos europeus para derrotarem os povos inca e asteca, o livro didático significa o conquistador como sagaz, inteligente, como mais avançado em termos de conhecimento e tecnologia. Esse modo de significar o europeu resgata o memorável da modernidade e faz com que o lugar social sustente uma posição eurocêntrica, que prega a figura do europeu como sendo associada a avanço, progresso, evolução e inteligência. Esses modos de significar as diferenças entre colonizadores e colonizados, de significar a conquista em si no livro didático se mostra como eurocentrismo nas enunciações dos manuais didáticos.

Outro modo mais específico de significar a conquista espanhola que identificamos nas nossas análises foi no recorte em que se falava do colonizador espanhol como “libertador” e o asteca como o povo que submeteu os indígenas das regiões da América à subjugação. Esse recorte tinha uma especificidade que era a constituição de um dizer do alocutor-europeu na enunciação do livro didático. Não foi frequente em nossas análises a constituição de um lugar social distinto do lugar de alocutor-historiador, mas quando isso ocorreu, foi para dar voz a um dizer que falava da perspectiva europeia de entender a colonização. Isso se mostra como um dado importante e que significa o eurocentrismo

¹⁰ FN é a sigla usada para *formação nominal*.

de maneira curiosa, já que esse sentido não se constitui somente na maneira como se fala sobre o europeu, mas ao dar lugar à sua perspectiva para entender um acontecimento histórico que é pauta oficial no ensino de História. O que vemos, portanto, nas narrativas sobre a colonização é que

[...] o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador (Orlandi, 1990, p. 52)

Assim, é pela perspectiva do colonizador que o lugar de colonizado se constrói, estando sua história, nas narrativas sobre colonização, condicionada ao que se conta sobre o europeu colonizador. Estando seu dizer, inscrito no dizer do colonizador.

Em relação aos recortes cuja temática era a escravização pelo europeu, de modo distinto ao que analisamos sobre os recortes sobre colonização, não houve necessariamente nos enunciados sobre escravização uma busca por colocar o europeu em evidência, ou construções que o engrandessem, mas identificamos alguns movimentos argumentativos que consideramos tentativas de atenuação das ações colonizadoras de exploração de negros e indígenas. Primeiramente, citamos aqui o recorte no qual se fala da escravização como “saída” ao colonizador, como via única de se construir as relações de trabalho na colônia. Tomar a escravização como “saída” já se mostra, num primeiro olhar, como um modo de corroborar com a concepção das relações de trabalho pautadas na ideia de raça, conforme explicita Quijano (2005). Isto é, o único trabalho que deveria ser assalariado seria o do europeu e, portanto, povos indígenas e povos africanos trabalhariam em regime de trabalho escravo. Além disso, nesse recorte, em especial, identificamos um movimento argumentativo diferente, no qual a argumentatividade se dá sem a presença de um conectivo. Retomemos abaixo:

A saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão, primeiro dos indígenas, ao longo do século XVI, logo sucedida pela dos africanos, que também foram utilizados na produção açucareira do arquipélago da Madeira. Muitas sociedades africanas recorriam à escravidão ou escravizavam prisioneiros de guerra para vender na própria África. Muitos chefes e reis africanos já tinham larga experiência nesse tipo de comércio (Vainfas et al., 2016, p. 239)

Nesse recorte, sem apresentar um motivo aparente, o alocutor-historiador cita a escravização de negros na África. Identificamos nas análises esse acréscimo de

informação (aparentemente despropositada) como uma posição eurocêntrica do lugar social por se tratar de uma maneira de tentar amenizar uma atitude considerada negativa do europeu, que é a exploração de trabalho escravizado, alegando que ela não era exclusividade do europeu, mas uma prática comum. O discurso de amenização das atrocidades do colonizador é ainda fortalecido novamente pelo uso de adjetivo na expressão “larga experiência” para se referir à experiência de africanos no comércio de escravos. Notemos dois aspectos: primeiro, novamente a anteposição do adjetivo para intensificar a avaliação do alocutor em relação a um ponto; segundo, em detrimento dessa construção para falar sobre a escravização na África, não há uma avaliação das ações do europeu em relação à escravização, o que poupa o colonizador da evidência do que é negativo em relação aos impactos gerados a outros povos. Esses impactos, inclusive, são silenciados nessa enunciação, à medida que nada se enuncia no texto analisado sobre o histórico de violência que essa decisão portuguesa trouxe no passado e que ainda reverbera atualmente. Em resumo, enunciar sob a perspectiva da falta de opção para Portugal, além desse silenciamento, fortalece, no acontecimento sobre a escravização no período colonial, o discurso de legitimação das ações colonizadoras, corroborando para o discurso da colonialidade e, portanto, produzindo aí uma posição eurocêntrica de enunciar sobre a escravização.

Outro recorte sobre escravização que merece uma atenção especial principalmente pelos possíveis impactos nas concepções que se desenvolvem a partir do conhecimento construído em livros didáticos é o recorte sobre “o tráfico atlântico e a escravidão”, ao tratar da diáspora africana. Recuperemos abaixo:

O tráfico atlântico e a escravidão produziram sofrimento, mortes e um legado de preconceito difícil de superar. Porém, eles também promoveram encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas, ocorridos tanto nos navios negreiros como nos espaços que os sujeitos escravizados encontraram fora da África (Apolinário, 2018, p. 168)

Esse enunciado defende uma posição que naturaliza os sofrimentos causados pelo período de escravização de povos africanos. Ele carrega um discurso que, de certo modo, naturaliza e ameniza o caráter cruel da escravização e de uma de suas danosas consequências, o racismo, bem como as condições de marginalização que foi colocado o negro em consequência dessa escravização. Esse recorte se constitui sob o memorável do mito da democracia racial, fortalecendo, portanto, o discurso da ilusão de que vivemos num país sem racismo e em que todos são aceitos e vivem em igualdade, quando a

realidade não é essa e os impactos disso são muito grandes, em todos os ambientes. Sobre a democracia racial, Bernardino-Costa (2018, p. 131) cita os seus impactos na construção do conhecimento nas universidades brasileiras:

O modelo de racismo consolidado no país e escamoteado pela ideia de democracia racial naturalizou até muito recentemente o fato de as universidades brasileiras terem um número baixíssimo de alunos negros, o que redundou na ausência de professores e pesquisadores negros que eventualmente pudessem fazer com que suas ideias viajassem pelo Atlântico Negro. [...] Em termos de desigualdades raciais, o Brasil é tão desigual, ou mais, quanto a África do Sul e os Estados Unidos, que institucionalizaram a segregação racial

Ao colocar a diversidade e troca cultural como ponto positivo do tráfico e escravização de povos africanos, portanto, o livro didático corrobora para o silenciamento da desigualdade racial atualmente, que exclui o negro, embranquecendo as universidades, empresas, instituições públicas e, enfim, a produção de conhecimento.

O recorte do qual estamos tratando pode ser ainda integrado a uma citação que o capítulo do livro didático traz sobre o número de africanos trazidos às Américas e a porcentagem que desembarcou no Brasil: “Foram aproximadamente 12 milhões de africanos trazidos às Américas, e, destes 40% desembarcaram no Brasil, marcando a história do país pela diversidade cultural, étnica e social” (Apolinário et al., 2018, p. 169). Assim, como defende Bernardino-Costa, esses dados são associados a aspectos positivos, à diversidade. Entretanto, é preciso não perder de vista que esses 40% de povos africanos que desembarcaram no Brasil chegaram no país para serem escravizados. A escravização de negros no país gerou prejuízos sociais que não foram reparados até os dias atuais. Embora se defenda a ideia de diversidade com a posição sustentada pelo alocutor-historiador nos recortes analisados, os meios pelos quais o livro mostra a conquista dessa diversidade custaram mais de 300 anos de escravidão, a marginalização da população negra no contexto pós-abolição, além de ter impactado diretamente no número de negros que morrem no Brasil diariamente vítimas de racismo. Dessa maneira, ao sustentar essa posição, o alocutor-historiador naturaliza o sofrimento da população negra, afirmando que os “encontros e trocas entre diversas sociedades e culturas” compensam todo o sofrimento de povos africanos e as sequelas disso. Desse modo, com esse discurso, o alocutor-historiador acaba sustentando uma posição em favor do europeu, branco, que foi o único povo beneficiado pelo tráfico de povos africanos. Uma posição, portanto, eurocêntrica de pensar a escravização.

Em relação a esse último recorte sobre a diáspora africana, é importante ressaltar que ele faz parte da obra *Araribá Plus: História*. Essa obra, como destacamos no início do capítulo sobre as análises, é uma reformulação mais aprimorada da obra *Projeto Araribá História*, que analisamos em Freitas (2020). Notamos, durante a leitura para realizar o procedimento de sondagem, que a obra teve algumas mudanças positivas na construção textual de alguns conteúdos, acrescentando textos sobre povos africanos e indígenas, pontuando suas peculiaridades. No entanto, encontramos, com as análises, um número significativo de dados que apontavam posições eurocêntricas e, como acabamos de mostrar, alguns recortes – como o da diáspora africana – apresentavam discursos bem problemáticos no que se refere às concepções sobre escravização e seus impactos nas formas de enxergar o negro socialmente.

Podemos perceber com isso que o livro didático utiliza terminologias que indicam uma apropriação dos movimentos sociais (por exemplo, por meio da formação nominal *diáspora africana*, pelo substantivo *escravizados* e *escravização*), mas isso se perde nas sustentações que o lugar social faz quando alude o enunciador-individual. Apesar de tentar falar sob um dizer que defende os movimentos sociais, a posição eurocêntrica e, portanto, carregada de preconceitos, se revela nas diferentes formas de argumentar sobre e significar os acontecimentos históricos. Assim, em relação, especificamente, à coleção *Araribá Plus*, mantemos a posição que defendemos em Freitas (2020) de que a obra (e não só ela) precisa rever a forma como apresenta algumas temáticas e aquilo que sustenta sutilmente ao trabalhar algumas questões.

Saindo um pouco dos principais temas encontrados nos recortes, destacamos aqui também o tema que menos apareceu: a religião. Esse tema, em especial, foi retirado de uma obra na qual tivemos dificuldade em coletar dados por não termos identificado, durante a sondagem, muitas enunciações ricas em adjetivos e conjunções, o que indicaria argumentações interessantes para nossa investigação. Sobre o primeiro recorte sobre religião analisado, retirado da obra *História, Sociedade e Cidadania 6* (Boulos Júnior, 2018), ele versava sobre a religião islâmica e identificamos uma posição eurocêntrica que se distingue das identificadas em outros recortes. Neste, não se trata da inferiorização de povos indígenas ou povos africanos, como comumente visto, mas da inferiorização de uma religião que tem suas origens no Oriente. Em relação a isso, pensando o cristianismo como orientação religiosa que se fortaleceu sobretudo na Europa e fez da Igreja Católica uma instituição com força econômica e política mundial, podemos analisar a disparidade entre as descrições das religiões cristã e islâmica como uma posição eurocêntrica do

alocutor-historiador, que privilegia a religião cristã em detrimento de uma religião que possui mais força e está mais associada atualmente ao Oriente. É preciso refletir o desprestígio das práticas do Oriente num contexto de produção de conhecimento científico e cultural majoritariamente ocidental. Podemos dizer, então, que novamente, temos a mobilização do discurso da colonialidade, que toma como parâmetro agora não somente a Europa, mas o Ocidente de modo mais amplo. Mais uma vez, numa obra didática diferente, o alocutor-historiador sustenta uma posição eurocêntrica, deixando constituir em seu dizer sentidos que possuem como memorável a forte influência ocidental e, sobretudo, cristã na sociedade.

Iniciemos agora uma reflexão sobre a segunda regularidade encontrada nos recortes: a frequência dos adjetivos e das conjunções como modos de significar as sustentações das posições nos recortes. As conjunções já eram uma categoria linguística que esperávamos constituir a argumentação, pois conforme os estudos de Oswald Ducrot e Eduardo Guimarães que exploramos neste trabalho, elas já se constituem num meio pelo qual a língua estabelece a orientação argumentativa, organizando o texto e gerando coesão e coerência (Guimarães, 1987) por meio da integração entre os enunciados e os recortes no texto. Mas os adjetivos se mostraram também nesse processo uma categoria linguística de peso na constituição da argumentação nos livros didáticos. Eles se mostraram como potencializadores dos discursos constituídos nos recortes, se mostrando como estratégia argumentativa frequente do alocutor para constituir dizeres sob o lugar de enunciator-individual, argumentando em favor do europeu quando assim o fazia.

Ainda, pudemos notar que embora os adjetivos sejam facilmente analisados na articulação por dependência como caracterizando os substantivos que acompanham, quando colocados numa articulação que incide sobre toda a enunciação, a regularidade proporcionada pelas ocorrências de relação de dependência nem sempre se mantém. Isso acontece bastante quando os adjetivos são colocados em anteposição em relação ao substantivo, conforme ocorrências mostradas nas análises. Isso revela que os adjetivos não devem ser tomados somente pelo aspecto composicional, já que eles significam pelo seu caráter histórico e, portanto, por aspectos ligados à exterioridade da língua. Esse modo de pensar os adjetivos foi analisado por Dias (2018) por meio das redes enunciativas, conforme apresentamos em tópico anterior, e evidencia que, de fato, é preciso uma abordagem enunciativa das formas linguísticas e tomá-las pela noção de formação nominal nas nossas análises tornou isso viável. Por esse motivo também, pudemos

perceber a função dos adjetivos nos livros didáticos como estratégia argumentativa para sustentação de posições nas enunciações.

No histórico de significações dos acontecimentos que analisamos, destacamos ainda o discurso do descobrimento que se mostrou entranhado nas narrativas. Conforme analisado em Freitas (2020), as maneiras de designar o português, o espanhol, enfim, o colonizador, sob enunciações que significam o termo “conquistador”, mobilizam o discurso do descobrimento ao entender a chegada dos europeus não na perspectiva de invasão, mas de conquista, de apropriação de uma terra inabitada, em várias narrativas sobre colonização. Esse discurso vem imbricado com o discurso da colonialidade, um discurso de que a astúcia do colonizador faz da sua chegada uma descoberta (explicitada pela formação nominal *grandes descobertas*), numa terra já habitada, já conhecida por diferentes povos. De modo semelhante, nas enunciações sobre a escravização e a conquista espanhola, por exemplo, subjaz a ideia de legitimidade do poder europeu sobre os indígenas e povos africanos, que carrega também o discurso da descoberta, do início da História de um povo, de uma cultura a partir de uma intervenção europeia. Desse modo, funcionam aí efeitos de sentido que não giram em torno da perspectiva de invasão, mas da legitimação do europeu como grande desbravador de terras. Orlandi (1990, p. 238) afirma que

O discurso das descobertas, sempre desenvolvendo sentidos na direção do colonizador para o colonizado, produz um processo discursivo no qual não é o que vem de fora que é o inimigo. Ele não é um invasor, é um descobridor

Esse é um dos sentidos que motivam a produção de outros efeitos de sentido que circulam no livro didático de um modo geral, dado que as narrativas do “descobrimento” guiam modos específicos de entender a História da América e do Brasil, os textos sobre escravização e até sobre religião como integrados por um discurso principal, fiador dos sentidos. Em outras palavras, “[...] o discurso das descobertas é um discurso que domina a nossa existência como brasileiros, quer dizer, ele se estende ao longo de toda a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos” (Orlandi, 1990, p. 14).

Nesses diferentes sentidos que permeiam a construção da História como currículo escolar, é preciso destacar dois aspectos: 1) o caráter político dos livros didáticos, enquanto espaços de enunciação divididos pela disputa de diferentes vozes; 2) a forma

como os modos de dizer nas enunciações significam na linguagem e são também maneiras de interpretar e apresentar visões sobre o mundo.

Começando pelo primeiro aspecto pontuado, pudemos ver pelas diferentes formas de dizer e significar os acontecimentos, que os livros didáticos de história acabam sendo um espaço de enunciação no qual há uma disputa de vozes. A primeira voz parte do que se enuncia a partir de um lugar social, na condição de historiador, considerando o lado negativo dos processos de colonização e que narra as atrocidades feitas pelos colonizadores. Essa voz científica e socialmente validada, que tem como premissa os conhecimentos pertinentes à formação de historiador e que incluem nas narrativas históricas o indígena e o negro, no entanto, é atravessada por um dizer determinado pelas suas condições de colonizado, que vive num mundo no qual os padrões atendem às características ditadas por uma figura branca, masculina, heteronormativa e cristã, ou seja, a figura do colonizador europeu. Em nossas análises, identificamos essa disputa pelos modos como, nas enunciações, o alocutor-historiador ao aludir em seu dizer o dizer de um enunciador-individual, acabava sustentando posições eurocêntricas sobre os acontecimentos históricos.

Quanto ao segundo aspecto, as posições eurocêntricas apresentadas pelas sustentações do alocutor-historiador nas análises mostram que concepções e maneiras de enxergar o mundo fazem parte do processo de construção dos sentidos nos textos. Ao enunciar, deixamos impressos a nossa visão de mundo, o que acreditamos e, portanto, aquilo que é influenciado pela construção social dos sujeitos. Para corroborar com o desenvolvimento das nossas reflexões acerca das diferentes posições sustentadas na argumentação dos livros didáticos e nos modos como isso influencia na construção do ensino de História, apoiamo-nos no conceito de domínio de mobilização, desenvolvido por Luiz Francisco Dias, na obra *Enunciação e Relações Linguísticas*, conforme explicitamos anteriormente. Dias (2018, p. 65) afirma que:

A concepção de *domínio de mobilização* indica isso: quando falamos, imprimimos um modo de dizer que nos permite ver o mundo de uma determinada maneira; quando falamos, orientamos a nossa fala para determinadas direções, argumentando em cima de posições sobre o mundo extralinguístico; quando falamos, nos situamos numa relação com o espaço de enunciação que determina o alcance dos sentidos do que dizemos, e é assim que a enunciação é um acontecimento da relação entre o indivíduo e a sociedade

Esse conceito se encaixa bem com o fenômeno que identificamos nos livros didáticos: a posição constituída em suas enunciações é um retrato das concepções sobre o mundo, da maneira de enxergar e narrar a história numa perspectiva e não em outra. O lugar social, na enunciação do livro didático, alude um lugar de dizer individual, ou seja, um modo particular de significar os acontecimentos históricos. É nesse sentido que a enunciação do livro didático é afetada por um domínio de mobilização que reproduz uma maneira eurocêntrica de entender a História, e produz sentidos que podem impactar nos modos de enxergar os povos, as etnias, as culturas, a História. Essa possibilidade de impacto existe justamente porque as posições sustentadas pelo alocutor-historiador já exprimem uma determinada visão de mundo, a visão que emerge da colonialidade e que, portanto, é eurocêntrica.

Esse domínio de mobilização já é previsto pela BNCC, ao pontuar que

[...] convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (Brasil, 2018, p. 401)

Ou seja, as influências da colonização nos modos de olhar para os diferentes povos e culturas já são uma questão levantada pelos documentos oficiais que orientam a Educação Básica do Brasil e que deve ser cuidadosamente refletida nas escolas, pensando nas concepções não somente de História, mas de mundo que os alunos construirão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou, por meio das análises enunciativas da argumentação em livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, que os sentidos que se constituem pela maneira como os falantes são agenciados na enunciação dependem da integração entre enunciados num texto e das articulações entre eles e em seu interior. Identificamos com as análises que existem alguns modos específicos de falar sobre a História que são mais frequentes na construção de enunciados que sustentam posições eurocêntricas. Foi frequente nos enunciados analisados o uso de adjetivos e conjunções como estratégias argumentativas para sustentar esse tipo de

posições. Em relação aos adjetivos, percebemos que em alguns enunciados eram empregados adjetivos específicos de avaliação do substantivo caracterizado e também identificamos uma frequência de adjetivos antepostos ao substantivo, o que enfatiza as características selecionadas para serem destacadas nos conteúdos, fazendo com que elementos que integravam relações de contiguidade nos enunciados incidissem sobre a enunciação como um todo. Em relação às conjunções/operadores argumentativos, elas aparecem em todas as temáticas analisadas e, com as análises que realizamos, pudemos identificar que, em muitas enunciações, elas eram empregadas de maneira a fortalecer ideias que favoreciam uma perspectiva eurocentrada de encarar a os acontecimentos históricos.

Desse modo, identificamos com as nossas análises que os empregos específicos de categorias linguísticas para a sustentação de determinadas posições na enunciação se configuram em estratégias argumentativas de defender uma ideia nos livros didáticos. Essa ideia (a posição eurocêntrica), quando interpretada pelos conceitos de argumentação, discurso e domínio de mobilização dão visibilidade ao caráter social e histórico da linguagem.

Identificamos, com este trabalho, também que o livro didático é um material político, de modo que suas enunciações se constituem por uma disputas de vozes e lugares entre aquele que tem o seu dizer legitimado, o europeu, e aquele a quem *deve* ser dado o direito de estar na História e ter voz. Identificamos uma disputa entre o dizer do alocutor-historiador que procura adequar-se a um modo de dizer objetivo e universalizado, mas sempre atravessado pela individualidade, que marcou nas análises os dizeres sob uma perspectiva colonialista e de colonizado, que prioriza e legitima o colonizador, o europeu nos acontecimentos históricos. Esse processo de disputa é frequente nas narrativas analisadas, as da colonização, da escravização, da relação entre colonos e da religião; assim, podemos dizer que a História, de um modo geral, é marcada pelo discurso da colonialidade e do eurocentrismo. Somos ainda submetidos ao discurso colonialista produzindo sentidos dominantes, marcados por uma colonização que ecoa na História, no conhecimento, na cultura.

Assim, os livros constituem sentidos que podem gerar reflexões sobre as maneiras pelas quais a escola tem contribuído para as concepções/sentidos que circulam na sociedade brasileira e que se constituem em discursos eurocêntricos construídos desde o período de colonização na América. Isso pode ser um alerta às editoras que produzem livros didáticos e aos profissionais da Educação para lançarem mão de discussões

cuidadas acerca desse assunto e de outros que estão na base do colonialismo, como o racismo e outros preconceitos que envolvem a maneira como as culturas são entendidas quando em relação umas com as outras.

Essas discussões são importantes porque, tendo um caráter político, isto é, sendo marcado pela disputa entre uma tomada de posição eurocêntrica de entender a história e uma perspectiva que alerta sobre os processos de dominação, o livro didático faz com que os estudantes (alocutários das enunciações de manuais didáticos) sejam afetados por ambos modos de dizer sobre a história. Estando afetados por uma posição eurocêntrica, se tornam agentes de manutenção das relações de dominação que os discursos da colonialidade exercem sobre a sociedade.

A obra *Terra à vista! – discurso do confronto: velho e novo mundo* (1990), de Eni Orlandi, retrata bem o que destacamos sobre o livro didático contar a História tendo como parâmetro a Europa, ou seja, uma História contada sob a ótica do colonizador. A autora traduziu essa reflexão, dizendo: “Procuramos nos conhecer conhecendo como a Europa conhece o Brasil” (Orlandi, 1990, p. 19). Para além do Brasil, os livros didáticos mostraram que a história dos povos é conhecida pela maneira como a Europa a reconhece.

Ao mostrar os efeitos de sentido produzidos pelas enunciações dos livros didáticos, mostramos como o discurso da colonialidade ainda está presente nos manuais didáticos e, portanto, na escola, na sala de aula. Isso promove uma busca pelo esclarecimento sobre esses discursos que circulam no social e sobre como somos atravessados, constituídos ainda pela subjugação e dominação a que fomos submetidos durante a colonização. Isso dá voz à busca por uma emancipação que ainda não se concluiu, por uma emancipação na linguagem, no conhecimento, nos modos de pensar e de enxergar o mundo. Em outras palavras, esta pesquisa viabiliza ecoar a voz da resistência a uma ordem mundial que se instalou com a colonização, ecoando também a voz daqueles que buscam um rompimento com essa ordem, procurando, portanto, por uma descolonização da história, uma descolonização do saber.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Maria Raquel (Org.). *Araribá Plus: História 7*. São Paulo: Moderna, 2018. 5 ed.
- BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação e Benveniste e Ducrot. **Revista Letras**. n 33, 2006. pp. 23-35.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3 ed. Campinas: Pontes, 1991.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**. v. 33, n. 1, 2018. pp. 119-137.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; Grosfoguel, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**. vol. 31, n. 1, 2016. pp 15-24.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013. 5 ed.
- BOTOLUCI, José Henrique. Para além das Múltiplas Modernidades: Eurocentrismo, Modernidade e as Sociedades Periféricas. **Revista Plural**. v. 16, n. 1, 2009. pp. 53-80.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade e cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais*. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2017: história – Ensino Fundamental anos finais. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CHATTERJEE, Pharta. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, 2004. Tradução do inglês: Fábio Baqueiro Figueiredo.
- DIAS, Luiz Francisco. O Adjetivo na Formação Nominal: uma abordagem enunciativa. **Web Revista Discursividade**. v. 9, 2012.
- DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e Relações linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Os Topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. **Revista Brasileira de Letras**. v. 1, n. 1, 1999. pp. 1-11.
- DUCROT, Oswald. Topoi e formas tópicas. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Relações entre Pragmática e Enunciação*. Editora Sagra Luzzano: Porto Alegre, 2002.

FREITAS, Bárbara de Souza. *Significando o conquistador e o indígena: uma análise enunciativa de livro didático*. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FREITAS, Bárbara de Souza; SCHREIBER DA SILVA, Soeli Maria. Agenciamento enunciativo e sustentação de posições: analisando a conquista espanhola da América no livro didático. In: VENTURA, Adilson; VIANA, Jorge (Orgs.). *Semântica: Estudos Enunciativos do Sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002. 2ed.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração – funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. v. x, n. 51, 2009. pp 49-68.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto – Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes Editores: 2017. 4ed.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)**. v. 2, n. 1, 2009.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. 5 ed., São Paulo: Contexto, 2014.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista! – discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª ed. Pontes Editores: Campinas, 2015.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Compreender discursivamente a escola: uma possibilidade construída. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Orgs.). *Análise de*

discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral.* 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

STEIGENBERGER, F. F.; MACHADO, J. C.; SILVA, S. S. Fronteira entre análise do discurso e semântica histórica da enunciação: abordagens teóricas. **Revista de Estudos da Linguagem.** v. 19, n. 2, 2011. pp. 51-79.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História 1: ensino médio.* São Paulo: Saraiva, 2016.

Veyne, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.* Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 285 p.